

JOSÉ JOAQUIM ROQUE

A MORFOLOGIA URBANA DA VILA DE CORUCHE

Orientadora: Professora Doutora Margarida Helena de La Féria Valla

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Informação

Lisboa

2016

JOSÉ JOAQUIM ROQUE

A MORFOLOGIA URBANA DA VILA DE CORUCHE

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 31 de Janeiro de 2017, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 430/2016, de 11 de novembro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia [ULHAT]

Arguente: Prof.^a Doutora Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira Antunes (ULHT)

Orientadora: Prof.^a Doutora Margarida Helena De La Féria Valla [ULHT]

Vogal: Prof.^a Doutora Eliana Pereira Sousa Santos [ULHT]

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2016

DEDICATÓRIA

À Piedade, à Inês, à Ana e à Beatriz;

Aos meus pais e avós

AGRADECIMENTOS

À Piedade, minha companheira de há longos anos, pela abnegação, compreensão e apoio irrestrito.

À Inês, à Ana e à Beatriz, minhas filhas, pelo grande incentivo que as suas palavras inspiradoras me transmitiram sempre que me invadiu o desânimo.

Aos meus pais e avós por me terem transmitido os valores que nortearam todo o percurso da minha vida.

À minha família e aos meus amigos pelo apoio que me dispensaram.

A todos os meus amigos e colegas de curso, com especial destaque para o Henrique Barata e o Luís Garcia, pelo companheirismo e pela solidariedade.

Aos técnicos da Câmara Municipal e do Museu Municipal de Coruche, pelo apoio e sobretudo pela generosidade na transmissão de conhecimentos, fruto das suas relevantes investigações.

A todas as pessoas que têm dedicado muitas horas das suas vidas ao estudo e valorização do património e identidade da vila de Coruche, de entre os quais destaco os meus grandes amigos, Sr. Heraldo Bento, António João Bacalhau e Paulo Coelho.

Um agradecimento especial ao grupo de coordenação do curso de arquitetura da Universidade Lusófona, bem como a todos os professores que me transmitiram os conhecimentos que adquiri nas diversas disciplinas que constituem o currículo deste curso.

Um agradecimento muito especial à Professora Doutora Margarida Valla que aceitou ser minha orientadora, tendo-se, desde logo, disponibilizado e empreendido toda a sua dedicação, generosidade e profissionalismo.

RESUMO

O objetivo desta dissertação centra-se na análise dos elementos morfológicos da vila de Coruche, desde os seus primórdios até aos nossos dias. Desde a colina do castelo, passando pelo espaço ocupado pelo edificado até ao rio Sorraia, são escassas as fontes onde nos possamos ancorar para formular premissas que sustentem quer a origem quer a evolução da vila. Assim, as respostas para as questões colocadas num trabalho desta natureza foram pesquisadas nos dados disponíveis, quer em textos quer na análise morfológica *in loco*.

No ano de 1975 a vila de Coruche viu aprovado o seu primeiro Plano Geral de Urbanização. Porém, o espaço e o tempo encarregaram-se de o destituir de exequibilidade. Nos últimos anos têm-se verificado algumas intervenções ao nível da reabilitação do espaço público. Ora, se a alguns casos se tem que reconhecer qualidade, uma vez que trouxeram aos espaços em apreço uma requalificação assinalável, a aferir pela forma como as pessoas dele fruem, outros há que, não obstante terem operado transformações significativas, contrariaram tal tendência.

No sentido de tirar partido de fundos comunitários, o município de Coruche está a proceder à demarcação de áreas de reabilitação urbana (ARU), sendo que uma delas, na circunstância a mais significativa, abrange toda a área do Centro Histórico da vila. Contudo, sem o conhecimento da génese fundacional e do conseqüente enquadramento histórico, capazes de fornecer dados relevantes relativamente ao núcleo pré-existente, será difícil produzir qualquer documento que traduza uma ideia de reabilitação do todo, em detrimento da reabilitação isolada das partes.

Foi, pois, a busca destas inter-relações, centralidade e periferias, zona alta e zona baixa, espaços públicos, semipúblicos e privados, cheios e vazios urbanos, zonas habitacionais, de comércio e de serviços, frente ribeirinha, intensidade de fluxos, em suma, de todos os elementos essenciais caracterizadores da identidade da zona de estudo, que consubstanciou a orientação desta dissertação.

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Património, Centro Histórico, Génese do Lugar, Rua Direita.

ABSTRACT

This study focuses on the analysis of the morphological elements of Coruche village, from its early development to the present day. From the castle hill, through the space occupied by the buildings to the Sorraia river, the sources that can be examined to formulate assumptions supporting either the origin or the evolution of the village are quite scarce. Therefore, in a study of this nature, the answers to the posed questions must be searched in the available data, whether it is written text or morphology analyses *in loco*.

In 1975 Coruche village had approved its first Urbanization General Plan. But space and time destroyed its feasibility. Despite some projects have recognized quality, since they brought a remarkable rehabilitation to the spaces being considered, assessed by the way people enjoy them, there are others that, despite having operated significant changes, are against this trend. In order to take advantage of EU funds, the municipality of Coruche is undertaking the demarcation of urban renewal areas (ARU), one of which, in this case the most significant, covers the entire area of the village's Historical Centre.

However, without the knowledge of its origins and subsequent historical framework, capable of providing relevant data for the pre-existing nucleus, it will be difficult to produce a document translating an idea of rehabilitation of the whole, rather than the isolated rehabilitation of the sections.

It is therefore the search of these interrelations, centrality and peripheries, uptown and downtown area, public, semi-public and private spaces, full and empty urban spaces, residential, shopping and service areas, waterfront, intensity of flows, overall, the essential elements characterizing the identity of the study area, that marked the orientation of this dissertation.

Keywords: Urban Morphology, Heritage, Historical Centre, Place Genesis, Straight Street.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIA.....	17
ESTADO DA ARTE	18
CAPÍTULO I.....	25
1 - Conceito de Património.....	25
1.1 - O Centro Histórico como Lugar.....	25
1.2 - Cartas Internacionais do Património.....	28
1.3 - O Centro Histórico de Coruche	31
CAPÍTULO II.....	35
2 - Génese do lugar da vila de Coruche	35
2.1 - A fundação da vila de Coruche	35
2.2 - Os portos fluviais e o rio Sorraia	46
2.3 - A Colina do Castelo na origem do Povoado.....	49
2.4 - A carta de Foral	51
CAPÍTULO III.....	54
3 - Evolução urbana da vila de Coruche.....	54
3.1 - A vila Medieval.....	54
3.2 - A vila no século XVI.....	59
3.3 - A vila em finais do século XVIII.....	64
3.4 - A vila no século XX.....	68
3.5 - Paisagem urbana da vila de Coruche	75
3.5.1 - O Largo de Santo António.....	78
3.5.2 - A Rua Direita.....	81
3.5.3 - A Praça	84
3.5.4 - O Largo de São Pedro	88
3.5.5 - A Frente Ribeirinha	90
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
Livros	102
Artigos.....	104
Webgrafia.....	104
ANEXOS.....	106

1 - Mapas de Portugal e do concelho de Coruche.....	107
2 - Cartografia da vila de Coruche.....	108
3 - Ortofotomapa da vila de Coruche.....	109
4 - Plano Diretor Municipal de Coruche.....	110
5 - Legenda do extrato do Plano Diretor Municipal de Coruche.....	111
6 - Quadro I.....	112
APÊNDICES.....	113
I - Representação da vila de Coruche no século XIII.....	114
II - Representação da vila de Coruche no século XVI.....	115
III - A vila de Coruche no século XVIII.....	116
IV - A vila de Coruche em meados do século XX.....	117
V - A vila de Coruche em finais do século XX.....	118
VI - Alçado norte da Praça.....	119
VII - Pormenores de vãos e gradeamentos. (Alçado norte da Praça).....	120

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 – O limite do Centro Histórico de Coruche e a Zona de Proteção. (Autor, 2016).

Fonte: Câmara Municipal de Coruche.

Fig. 2 – Extrato da carta dos sistemas de aquíferos das aluviões do Tejo.

Fonte: Almeida, C. *et al.* (2000). Esquemas aquíferos de Portugal Continental, p. 649.

Fig. 3 – Principais sítios arqueológicos da era Romana no Vale do Sorraia (Coruche).

Fonte: Mantas, V. (2014). Os deuses e os homens: a romanização em Coruche, in: *Coruche: O Céu, a Terra e os Homens*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, p. 71.

Fig. 4 – Capitel coríntio e Ara funerária achados no sítio arqueológico de Nossa Senhora do Castelo.

Fonte: Mantas, V. (2014). Os deuses e os homens: a romanização em Coruche, in: *Coruche: O Céu, a Terra e os Homens*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, p. 74 e 78.

Fig. 5 – Representação do espólio arqueológico encontrado numa cripta junto à Igreja de São Pedro. (s/d).

Fonte: António João Bacalhau.

Fig. 6 – Principais locais de extração de minérios.

Fonte: Brito, R., Fabião, C., Macías, S., Mattoso, J. & Torres, C. (s/d). História de Portugal: Antes de Portugal, vol. 1. Coord. Matosso, J. Lisboa: Editora Estampa, p. 389.

Fig. 7 – Traçado das vias Romanas.

Fonte: Brito, R., Fabião, C., Macías, S., Mattoso, J. & Torres, C. (s/d). História de Portugal: Antes de Portugal. Vol 1. Coord. Matosso, J. Lisboa: Editora Estampa, p. 390.

Fig. 8 – O império romano no século II.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Romano. Recuperado em 03 de julho de 2016.

Fig. 9 – Capitel com decoração aparentemente compósita. Séculos VI a VIII.

Fonte: Correia, A. (2014). Coruche: do século V ao século XIII, in: *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, p.97.

Fig. 10 – Domínio das Ordens Militares/A reconquista.

Fonte: Correia, A. (2012). Coruche: do século V ao século XIII, in: *Coruche: O Céu, a Terra e os Homens*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal p. 99.

Fig. 11 – Tipo de ânforas achadas nos sítios arqueológicos ao longo do vale do Sorraia.

Fonte: Mantas, V. (2014). Os deuses e os homens: a romanização em Coruche, in: *Coruche: O Céu, a Terra e os Homens*, Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, p.83.

Fig. 12 – Representação de duas hipóteses do funcionamento do Porto João Ferreira. (s/d).

Fonte: António João Bacalhau.

Fig. 13 – Representação do *oppidum* no cimo do monte.

Fonte:

http://salles.sous.bois.free.fr/images/p04_histoire/histoire_oppidum_de_beauregard/oppidum_gaulois.jpg. Recuperado em 03 de junho de 2016.

Fig. 14 – Representação da vila de Coruche no século XIII. (Autor, 2016).

Fig. 15 – As cercas de Lisboa no século XVI.

Fonte: Traçado das malhas de Lisboa,

<http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.pt/2015/09/lisboa-capital-do-imperio-portugues.html>. Recuperado em 19 de agosto de 2016.

Fig. 16 – Inundações na vila por volta dos anos 30 do século XX. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 17 – Muralha e torre do Castelo vistas do lado poente. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 18 – Muralha e torre do Castelo vistas do lado sul. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 19 – Representação da vila de Coruche no século XVI. (Autor, 2016).

Fig. 20 – Mapa Topográfico da vila de Coruche, datado de 1789.

Nazareth, M. & Sousa, F. (1983), in: *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime – aspetos sociodemográficos de Coruche*, vol. 4. Lisboa: Livraria Sá da Costa, p. 69.

Fig. 21 – A vila em finais do século XVIII. (Autor, 2016). Com base no levantamento topográfico representado na figura 18.

Fig. 22 – A destruição provocada pelo sismo de 1909.

Fonte: <http://fotos.sapo.pt/fotosamora/perfil>. Recuperado em 30 de agosto de 2016.

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 23 – A vila em meados do século XX. (Autor, 2016).

Fonte: Câmara Municipal de Coruche.

Fig. 24 – A vila em finais do século XX. (Autor, 2016).

Fonte: Câmara Municipal de Coruche.

Fig. 25 – Cartografia da Igreja e do Largo de Santo António.

Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Mapas Online. Recuperado em 13 de agosto de 2016.

Fig. 26 - Inundações no Largo de Santo António no ano de 1907. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 27 – O Largo de Santo António visto da porta da igreja. (Autor, 2016).

Fig. 28 – Planta da igreja de Santo António. (s/d).

Fonte: Fábrica da Igreja Paroquial de Coruche.

Fig. 29 – O Largo e fachada da Igreja de Santo António (atual). (Autor, 2016).

Fig. 30 – Cartografia da Rua Direita.

Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Mapas Online. Recuperado em 13 de agosto de 2016.

Fig. 31 – Inundações na Rua Direita no ano de 1907. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 32 – Imagem atual da Rua Direita vista do Largo de Santo António. (Autor, 2016).

Fig. 33 – Construção ocupada na Rua Direita. (Autor, 2016).

Fig. 34 – Construção devoluta na Rua Direita. (Autor, 2016).

Fig. 35 – Travessa Porto João Ferreira. (Autor, 2016).

Fig. 36 – A Rua da Música vista da Rua Direita. (Autor, 2016).

Fig. 37 – A Travessa do Arco. (Autor, 2016).

Fig. 38 – A Rua Direita à entrada da Praça da Liberdade. (Autor, 2016).

Fig. 39 – Cartografia da Praça.

Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Mapas Online. Recuperado em 13 de agosto de 2016.

Fig. 40 – Planta da Praça no século XIX. (s/d).

Fonte: Biblioteca Nacional – Lisboa.

Fig. 41 – A Praça no século XIX. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 42 – O mercado na Praça, anos 30 do século XX. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 43 – Conjunto de edifícios alinhados que conforma a Praça a sul. (Autor, 2016).

Fig. 44 – Edifício com cota de soleira mais elevada. (Autor, 2016).

Fig. 45 – Alçado norte da Praça da Liberdade. (Autor, 2016).

Fig. 46 – Edifício dos Paços do Concelho. (Autor, 2016).

Fig. 47 – Planta atual da Praça. S/escala.

Fonte: A Praça em Portugal. Inventário do Espaço Público. (2007). Vol I (p. 321).

Fig. 48 – Corte transversal atual da Praça. S/escala.

Fonte: A Praça em Portugal. Inventário do Espaço Público. (2007). Vol I (p. 320).

Fig. 49 – Cartografia da Igreja e do Largo de São Pedro.

Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Mapas Online. Recuperado em 13 de agosto de 2016.

Fig. 50 – Esquízo da casa Lagos e Fróis, mais tarde o solar medieval dos Britos. (2012).

Fonte: H. Barata, L. Garcia, J. Roque.

Fig. 51 – Alçado principal da igreja matriz. (Autor, 2016).

Fig. 52 – Planta da Igreja de São Pedro. (2012).

Fonte: Fábrica da Igreja Paroquial de Coruche.

Fig. 53 – Fachada Principal da Igreja de São Pedro. (Autor, 2016).

Fig. 54 – Edifício da residência paroquial. (Autor, 2016).

Fig. 55 – Antigo Hospital da Misericórdia. (Autor, 2016).

Fig. 56 – Secretaria e Farmácia da Santa Casa da Misericórdia. (Autor, 2016).

Fig. 57 – Cartografia da Frente Ribeirinha.

Fonte: C. M. de Coruche - Mapas Online. Recuperado em 13 de agosto de 2016.

Fig. 58 – Frente Ribeirinha junto ao atual jardim 25 de Abril. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 59 – Frente Ribeirinha junto ao atual Largo Porto João Ferreira. (s/d).

Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Fig. 60 – Açude insuflável que controla o nível do espelho de água em frente à vila e a ponte pedonal. (Autor, 2016).

Fig. 61 – O muro e o areal da Frente Ribeirinha. (Autor 2016).

Fig. 62 – A avenida, a ciclovia, o passeio e o muro. (Autor, 2016).

Fig. 63 – O Antigo Rossio hoje Parque do Sorraia. (Autor, 2016).

Fig. 64 – Bar e esplanada do Parque do Sorraia. (Autor, 2016).

Fig. 65 – Arranjo da antiga Manga dos Touros. (Autor, 2016).

Fig. 66 – Vista geral do arranjo da antiga Manga dos Touros. (Autor, 2016).

Fig. 67 – Projeto com a proposta de requalificação do Largo Porto João Ferreira.

Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Coruche magazine: setembro - dezembro/2014, Nº 57/3ª Série.

Fig. 68 – Arranjo do Largo Porto João Ferreira 1. (Autor, 2016).

Fig. 69 – Arranjo do Largo Porto João Ferreira 2. (Autor, 2016).

Fig. 70 – O Jardim 25 de Abril. (Autor, 2016).

Fig. 71 – Jardim 25 de abril e Largo Porto João Felício. (Autor, 2016).

Fig. 72 – Projeto com a proposta de requalificação do Jardim 25 de Abril e do Largo Porto João Ferreira.

Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Coruche magazine: setembro - dezembro/2014, Nº 57/3ª Série.

Fig. 73 – Adro da ermida de N. S. do Castelo. (Autor, 2016).

Fig. 74 – Local de onde foi retirado um esqueleto humano. (Autor, 2016).

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ARU - Área de Reabilitação Urbana

BMC - Biblioteca Municipal de Coruche

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

CMC - Câmara Municipal de Coruche

DGCP - Direção Geral do Património Cultural

DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EU - European Union

Fig. - Figura

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

MMC - Museu Municipal de Coruche

NSC - Nossa Senhora do Castelo

PDM - Plano Diretor Municipal

SIM - Serviço Internacional de Museus

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Nota: A presente dissertação foi redigida segundo o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A Morfologia Urbana da vila de Coruche é o tema que se pretende desenvolver na dissertação para obtenção do grau de mestre em estudos avançados de arquitetura, ministrado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

A origem dos aglomerados urbanos e a sua morfologia tem suscitado, desde há alguns anos a esta parte, inquietação à sociedade civil, vários discursos fervorosos dos diversos atores políticos e um interesse particular dos profissionais ligados à arqueologia, à história, à geografia, ao urbanismo, à arquitetura, etc., a quem importa descobri-los, entendê-los, estudá-los e valorizá-los.

O princípio da casa, como espaço de habitação, nasce com o fim do nomadismo, período até ao qual o ser humano usava os recursos naturais de um dado lugar para fazer face às suas necessidades, partindo em busca de outro quando estes se esgotavam, e com o surgimento do homem sedentário que deixou de viver em cavernas.

São as grandes civilizações clássicas, entre as quais se encontram a egípcia, a grega e a romana, que nos dão a conhecer algumas estruturas urbanas, constituídas por casas simples, sucedâneas e com uma forte analogia às cabanas. No entanto, tais estruturas, dificilmente poderiam ser entendidas como espaço de territorialidade, uma vez que esses núcleos dependiam de uma classe dominante, na circunstância, o feudalismo.

Uma das grandes inquietações do homem foi, desde sempre, a de compreender a sua relação com o universo. Nessa medida, algumas escavações que puseram a descoberto vestígios das primeiras casas, nomeadamente na cidade de Jericó e no planalto da Anatólia, evidenciaram na sua organização e orientação algumas regras cósmicas que vieram a ser introduzidas na organização das primeiras cidades.

A casa urbana e multiforme, tal como a percebemos atualmente, adquire a sua origem na Idade Média, em resultado de uma das mais importantes evoluções sociais verificadas no início da civilização ocidental. Neste contexto, é criada a cidade livre que, para além de integrar os três extratos sociais até ali dominantes, na circunstância a aristocracia, o clero e os servos, abrir-se-ia agora a um novo extrato social, multifacetado e facilmente conciliável com os demais, a burguesia. Foi a partir daqui que os elementos pertencentes a este último extrato social, não obstante algumas evoluções que ainda foram acontecendo, nomeadamente até ao início do século XVII, elevaram o conceito de intimidade e de carácter familiar que hoje identificamos no simbolismo associado à casa. Doravante, com a conquista da intimidade, geravam-se nos habitantes vínculos de domesticidade e de propriedade territorial generalizados, mesmo nos que, social e culturalmente, eram menos evoluídos. Desde então, passou a haver plena consciência de

que pertenciam a uma espécie gregária em que, quer vivendo em cidades, vilas ou outros lugares, a sua sobrevivência era uma consequência inevitável da interdependência entre todos os indivíduos como tal organizados. Nesse sentido, a criação de lugares apresentava-se como a mais sublime forma de influenciar a interação social entre os indivíduos, em espaços construídos, mas onde se não perdesse o referenciador construído, de modo a congregar, de forma muito prezada, todos os habitantes em torno do *espírito do lugar*.

Os nossos aglomerados urbanos, independentemente da sua dimensão, tiveram sempre como origem questões relacionadas com defesa do território, comerciais, de trabalho, sociais, económicas, políticas etc. Qualquer uma delas, ou algumas em conjunto, tiveram a força suficiente para fazer com que ali se fixassem pessoas com capacidade para desenvolver relações de vizinhança e entreajuda bastantes para criarem raízes com o lugar.

Assim, uma vila ou cidade, cuja ascensão a tal categoria lhe terá sido sempre legada por uma entidade política ou administrativa, não o é apenas pelo título ou qualificação. De igual modo, não é apenas uma forma de ocupação do território, um espaço reservado à produção e distribuição de bens e serviços ou um modo de vida. Ela corresponde, em primeira análise, a um dado espaço que, em resultado das suas características físicas e dos seus recursos disponíveis, associados à ação humana que a apropriou e a foi transformando desde a sua origem, assumindo-a como o seu lugar antropológico, a soube preservar, sem prejuízo de a modificar através de objetivos e recursos diversos e a soube transmitir às gerações vindouras. A vila ou cidade tem que resultar de uma perfeita simbiose entre lugar e espaço onde se gerem metamorfoses e interações de apropriação e de memória dessas mesmas apropriações. O antes e o depois de cada vila ou cidade constitui-se na síntese das transformações pelas quais passou e que culminaram na expansão do seu espaço geográfico e, bem assim, no desenho urbano que a define.

A vila de Coruche, tal como a generalidade dos aglomerados urbanos tem, desde a sua fundação e ao longo dos tempos, vindo a ser submetida a transformações na sua estrutura urbana, que a vão moldando aos estímulos que a sociedade, na procura dos caminhos do progresso, lhe vão impondo.

Situada entre a margem direita do rio Sorraia e o sopé de uma colina, no cimo da qual chegou a ser construída uma fortaleza que funcionava como posto avançado de defesa de Santarém, foram implantadas as primeiras construções que vieram a dar origem ao que mais tarde se veio a designar como Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche. Dotada de uma frente ribeirinha determinante na sua história, épica na sua poética e foco fundamental da sua beleza natural, não deixou, contudo, de lhe trazer o constrangimento de se poder expandir para sul. Perante essa impossibilidade, o seu crescimento, em termos de

expansão da malha urbana, fez-se para nascente e poente, logo paralelo ao rio, tornando essa frente ribeirinha cada vez mais extensa.

Para norte existe uma encosta, com acentuado declive, que durante muitos anos não só assumiu o papel de zona verde de proteção e enquadramento, mas também funcionou como plano de projeção vertical do edificado de toda a vila, constituindo-se como austera dominadora do *sky line*. Só a ermida de Nossa Senhora do Castelo, com a sua torre sinal, impregnada de simbolismo, instalada no espaço onde anteriormente havia existido a atalaia/castelo, quebrava tal regra.

Porém, também a encosta se apresentava como mais um obstáculo ao crescimento da vila para aquela latitude, situação que persistiu até por volta de meados do século XX. Além disso, porque havia a noção de que, se tal viesse a acontecer, as ligações viárias entre a parte baixa e a parte alta da vila, se afiguravam de difícil solução, face à curta distância e à grande diferença de cotas altimétricas entre ambas.

Por outro lado, sendo o rio completamente desassoreado e profundo, perfeitamente navegável, este constituía-se como a única via mais viável, quer para o escoamento dos produtos agroflorestais ali produzidos, quer para entrada de produtos para fazer face às carências, dos mais diversos tipos, dos habitantes da vila.

Com a presente investigação pretende-se perceber quais foram as razões que levaram a que as primeiras pessoas se instalassem neste local, quais os seu padrões socioeconómicos e de vivência, bem como as condições de habitar que satisfaziam o modelo de vida de então.

Outro dos aspetos que importa entender, relaciona-se com as lógicas de expansão deste centro e, de uma forma particular, com os fatores que determinaram tal expansão numa dada direção, promovendo essa capacidade de criar enraizamento suficiente para agarrar as pessoas aos lugares.

Interessa ainda analisar quais as razões que levaram à deslocalização dos serviços do centro para as periferias, dando origem à fragmentação da vila e à acentuada desertificação da zona antiga. Terá sido em busca de melhores condições de habitabilidade? Por inexistência ou má qualidade dos espaços públicos? Pela dispersão dos serviços públicos pelos vários fragmentos que constituem a vila? A relação da vila com o rio terá perdido o seu fulgor?

As respostas a estas questões passarão, inevitavelmente, pela análise dos elementos morfológicos representados na vila, segundos os quais se pode avaliar se na sua atual delimitação, em termos da cartografia existente, se verifica a coerência ditada por tais elementos.

A escolha da área de estudo assentou em pressupostos que se prendem com o particular interesse em investigar as origens da vila de Coruche, em compreender como se deu o seu crescimento e em que pilares assentou.

Pretende-se que esta investigação, que se sustentará nas questões que se encontram elencadas pelos autores nas obras trazidas à colação na bibliografia desta dissertação, bem como na análise *in loco* dos elementos morfológicos, contribua para um melhor esclarecimento dos acontecimentos e causas que estiveram na origem da vila, que a foram mantendo ao longo dos tempos e capazes de a trazer até aos nossos dias.

Ao ser alcançado tal objetivo, ficará a satisfação de se ter contribuído para um melhor entendimento do passado, como se chegou até ao presente, perspetivando, com mais clareza, os passos necessários para alcançar um futuro mais promissor para esta vila ribatejana.

METODOLOGIA

A metodologia seguida nesta dissertação baseia-se numa pesquisa qualitativa, envolvendo uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, onde existe a clara evidência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O ambiente natural é a fonte direta de recolha de dados, que o pesquisador, com base na interpretação dos fenómenos e dos respetivos significados que lhe vai atribuindo, sem recurso a elementos estatísticos, procura analisar de forma indutiva.

Na fase inicial procedeu-se ao levantamento bibliográfico de obras de autores, desde os populares aos mais eruditos, que à vila de Coruche dedicaram os seus estudos nas mais diversas áreas.

Num segundo momento recorreu-se aos arquivos da Câmara Municipal e do Museu Municipal de Coruche, no sentido de se obter documentação escrita, cartográfica e fotográfica, que pudesse contribuir para levar a cabo o propósito deste trabalho de investigação.

Na tentativa de obter um maior e mais esclarecedor rol de documentos relativos à vila de Coruche, foram também consultados:

O Arquivo Distrital de Santarém - Santarém

A Direção Geral do Ordenamento do Território - Lisboa

O Arquivo Histórico Militar - Lisboa

A Torre do Tombo - Lisboa

A Biblioteca Nacional - Lisboa

Os Serviços Cartográficos do Exército - Lisboa

O Palácio dos Condes do Lavradio - Lisboa

A Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa

A Biblioteca Vítor de Sá - Lisboa

A Biblioteca Municipal de Coruche - Coruche

O estudo dos elementos morfológicos do lugar em apreço, aliados aos conhecimentos adquiridos na análise e leitura atentas dos diversos documentos, disponibilizados pelas entidades acima mencionadas, revelar-se-ão tão imprescindíveis quanto fundamentais para o sucesso que se almeja para o trabalho que se pretende levar a cabo.

ESTADO DA ARTE

A obra do autor Gordon Cullen (1914-1994), intitulada *Paisagem Urbana* (1983), pela sua singeleza e objetividade, constitui-se como uma das propostas mais divulgadas enquanto instrumento de apreciação dos espaços urbanos. Há quem defenda que tais conceitos facilitam a forma de análise e compreensão do espaço, intuitivamente ou de uma forma consciente, vulgarmente mais usadas, não só pelo cidadão comum, mas também por especialistas.

De acordo com Cullen, paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Tal conceção de paisagem exerce forte domínio em arquitetos e urbanistas, na medida em que possibilita análises sequenciais e dinâmicas da paisagem a partir de princípios estéticos, ou seja, quando os elementos e jogos urbanos provocam impactos de ordem emocional.

Um exemplo desse conceito, segundo o autor, é o de uma rua ou avenida em linha reta, em que a perspetiva visual seja apreendida rapidamente, torna-se monótona ou então grandiosa. Traz também à colação a experiência de uma tela de Corot, na qual uma paisagem monocromática em verde possui uma minúscula figura vermelha, relativamente à qual produz o seguinte comentário, “é talvez a coisa mais vermelha que eu já vi.” (Cullen, 1983, p.14).

Cullen estrutura essa ideia de paisagem recorrendo a três conceitos:

A ótica, formulada por perceções sequenciais dos espaços urbanos, rua, pátio, monumento, etc., que traduz a visão serial propriamente dita;

O local, que diz respeito às reações do sujeito relativamente à sua posição no espaço, habitualmente designado de sentido de localização, “estou aqui fora”, a seguir, “vou entrar num novo espaço”, culminando no, “estou cá, dentro”, traduzindo, deste modo, as sensações provocadas pelos espaços, aberto, fechado, alto, baixo etc.;

O conteúdo, que diz respeito à construção da cidade, cores, texturas, escalas e estilos caracterizadores dos edifícios e setores da malha urbana.

A proposta de Cullen surge como um verdadeiro estímulo à percepção da cidade por parte do sujeito que, em qualquer espaço que se posicione e por mais variável que seja a velocidade de apreciação, pode fruir de poéticas urbanas que nem sempre são valorizadas.

No livro *A Imagem da Cidade* (1960), Kelvin Lynch (1918-1984), observa sobre a percepção que cada indivíduo tem da cidade e como essa imagem se estrutura. Defende que essa percepção é parcial e fragmentada e envolve, necessariamente, outras referências, já que imagem não poderá ser percecionada num elemento isolado mas sim num conjunto de

elementos. No entanto, o mesmo elemento implantado em espaços diferenciados poderá provocar leituras diversas, tendo em conta não só esse espaço específico, mas também a leitura de cada indivíduo, face à memória e significado que lhe atribui. Essa memória e significado são insuscetíveis de um caráter universal e generalizado. O quadro mental generalizado do mundo físico exterior de cada indivíduo, assente na imagem ambiental, constitui-se no elo estratégico da sua orientação. Um ambiente ordenado, permitindo uma locomoção mais fácil e rápida, terá sempre na origem uma imagem clara do meio envolvente no qual o indivíduo se movimenta. É essa imagem que transmite ao indivíduo o sentimento de segurança emocional, da qual tanto necessita para que sinta uma perfeita harmonia entre si e o espaço que o envolve.

A ideia central desta obra tem por base a “imaginabilidade”, na qual Lynch defende a clareza, coesão, legibilidade e estruturação de identidade em planeamento urbano, como meio para atingir essa qualidade.

Kevin Lynch estudou três cidades norte americanas (Boston, Jersey City e Los Angeles), onde realizou inquéritos, entrevistas e observações, no sentido de perceber a forma como o cidadão comum imaginava a sua cidade.

Os professores e investigadores Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, no seu livro intitulado *O Urbanismo Português: séculos XIII a XVIII, Portugal – Brasil* (1999), analisam o desenvolvimento dos traçados urbanos regulares das idades medievais até ao urbanismo Pombalino, nestes dois países. A partir desse estudo demonstram que o urbanismo português e o urbanismo brasileiro, pelos traços comuns que assumem, não só são indissociáveis como complementares, porque têm raízes que se entrecruzam no tempo e no espaço. Ao longo dos sucessivos capítulos do livro, os seus autores vão apontando o desenvolvimento de uma regularidade crescente dos traçados urbanos destes dois países, que atingirão a sua maior expressão no período do iluminismo setecentista. Desde então tudo é planeado desde a casa à cidade.

O objetivo do trabalho foi o de caracterizar os princípios urbanísticos das povoações em quatro momentos históricos, relevantes no período acima referido e a influência que os habitantes de cada uma delas tiveram na organização dos territórios, os quais se vão paulatinamente adaptando às suas necessidades e adindo linhas à sua história.

Os autores selecionaram, para cada um desses períodos, povoações que foram objeto de estudo aprofundado, baseado em primeiro lugar na análise sistematizada da cartografia e etnografia históricas existentes, como fonte primária e, em segundo lugar, em informações bibliográficas, descrições e documentos originais.

Os modelos de planeamento urbano em Portugal, no período que o estudo abarca, estão bem patentes nas imagens que a obra nos apresenta.

Françoise Choay (1925), professora de arquitetura e urbanismo e crítica de arte, na sua obra *A Alegoria do Património* (2000), apresenta os conceitos de monumento e património histórico, organiza as noções de classificação, conservação e restauração do património histórico edificado e giza um trajeto da sua evolução. Neste retorno arqueológico às origens, a autora alude aos diferentes períodos da instauração progressiva do património histórico edificado, desde a fase anterior ao Quattrocento até à da sua confirmação. O seu propósito é o de colocar o património histórico edificado no centro de uma reflexão acerca do destino das sociedades atuais, avaliando as motivações que as condutas patrimoniais subentendem hoje. No texto em análise, extraído do último parágrafo desta obra, a autora sintetiza o seu objetivo último que transcende a própria arquitetura e se dirige ao Homem e à sua competência de edificar entretanto perdida.

A essência do monumento (do latim *monumentum*, de recordar, *i. e.* usar a memória) diz-nos Choay, reside na sua relação com o tempo vivido e com a memória. Este sentido foi-se alterando e, hoje, quando se vê um monumento, para além da evocação de um tempo passado, aprecia-se-lhe também a sua beleza artística e mestria técnica.

Enquanto um monumento é criado *a priori*, propositadamente comemorativo ou recordatório de algo, o monumento histórico, por outro lado, é uma definição *a posteriori* de um vestígio material do passado. A expressão monumento histórico surge pela primeira vez durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII, associada à preocupação de preservação dos monumentos nacionais, por oposição à onda de vandalismo que assolou então a França, destruindo os objetos representativos do passado - do clero, da monarquia e da feudalidade. Mas a preocupação de conservação já existia no século XV, a que Choay apelida de fase anarquizante devido à sua limitação aos edifícios e obras de arte da Antiguidade

Françoise Choay (1925), na sua obra *As Questões do Património: Antologia Para um Combate* (2015), começa por clarificar a definição entre monumento e monumento histórico recordando o seu sentido e a sua diferença, concluindo com um apelo à urgente tomada de consciência para a necessidade da preservação desta riqueza de valor cultural inestimável. Reúne vários documentos, a que chama de antologia, a partir dos quais faz uma análise crítica em torno dos preceitos relativos à conservação do património. Desde o Abade Suger (1081-1151), com as obras de ampliação da abadia de Saint-Denis, sob sua direção, até a André Marlaux (1901-1976), que havia sido preso por partir monumentos e, depois de eleito ministro da cultura de França, implementou as suas políticas “fachadistas”. A estrutura do livro permite-nos entender a evolução histórica da reabilitação e conservação do património arquitetónico e a sua visão crítica, positiva ou negativa, sobre as teorias de John Ruskin,

Viollet-le-Duc, Victor Hugo, entre outros pensadores que produziram, ao longo da história ocidental, o conceito de património.

O arquiteto e urbanista Hélder Carita, no seu livro intitulado *Bairro Alto – Tipologias e Modos Arquitetónicos* (1990), aborda, de modo muito eloquente e elucidativo, as formas dos quarteirões iniciais e o modo como se processou a sua evolução ao longo dos tempos, permitindo a implantação das diversas tipologias que compõem o Bairro. Faz também um estudo exaustivo das várias tipologias, não só no que respeita à sua evolução ao longo de todas as fases de transformação como também das suas formas, da composição das suas fachadas, da cobertura, da fenestração, dos materiais aplicados, etc. Faz ainda uma análise relativamente à arquitetura pombalina no contexto que esta tem com este Bairro e a razão pela qual esta não gozou de um maior nível de implantação neste espaço.

Estas questões têm um valor inestimável na ajuda à compreensão destas matérias, as quais podem e devem ser extrapoladas para casos semelhantes. O Centro Histórico de Coruche, cujas origens serão porventura distintas das que se observaram neste Bairro, terão certamente pontos de convergência em alguns dos aspetos que importa apreender e deles partir para uma análise consistente rumo ao objetivo pretendido.

Segundo o arquiteto José Manuel Ressano Garcia Lamas, no seu livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (2004), a morfologia urbana estuda os aspetos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas. Nesse sentido, é a partir desta análise que se pode determinar e interpretar a paisagem urbana e a sua estrutura em todas as suas vertentes. Todavia, para se conhecer o meio urbano é necessário que haja instrumentos de leitura e uma estreita relação objeto-observador. Mas, não será só através da leitura, por mais metódica que seja, que se conseguirá explicar o objeto. Nessa medida, defende ainda o autor, serem necessárias diferentes leituras e informações para que se possa explicar a cidade. No entanto, é comum que na produção das formas urbanas existam características que sejam determinantes, às quais o arquiteto, ao produzir o seu espaço, poderá dar maior ênfase a este ou àquele aspeto que, em análise posterior, se revelará mais evidente.

Critica ainda a forma como, nas cidades atuais, o urbanismo se subjeta aos interesses imobiliários, cujo objetivo é o da rentabilização dos solos, em boa parte dos casos, indiciando processos de especulação. “Não é mais possível aceitar a intervenção da arquitetura só no final do processo de produção da cidade, esquecendo o momento fundamental que é o desenho urbano e as suas implicações a montante e jusante desse mesmo processo.” (Lamas, 2004, p. 536).

Em suma, pode concluir-se da tese defendida por este autor que, as funções da cidade se manifestam através da morfologia urbana, estudo da forma nas suas partes

físicas, tanto na sua produção como nas transformações de que vão sendo alvo ao longo do tempo.

Camilo Sitte, na sua obra *A construção da Cidade Segundo Seus Princípios Artísticos* (1992), propõe, através de uma análise das cidades na história, reavaliá-las com base nos seus espaços existentes, dando particular ênfase às suas praças. Segundo Françoise Choay, esta obra surge como uma crítica contundente aos planos de Otto Wagner para a cidade de Viena e de Haussmann para a cidade de Paris.

Este autor defende que a praça deveria estar completamente desobstruída de qualquer tipo de edifícios, privados ou públicos, entre os quais se deveriam considerar os monumentos. Em seu entender, esta prática privilegiaria tanto a praça como o próprio monumento. Define as praças em duas categorias, segundo a sua dimensão e geometria e chama a atenção para a relação proporcional que deve existir entre estas e os edifícios que as configuram. Traz ainda ao debate a sucessão visual que se pode obter a partir das ruas que, em alguns casos se perde, face à falta de planeamento das cidades e dos elementos estéticos que as compõem, coartando assim, com o crescimento gradual das ruas principais e deslocação dos seus eixos, a possibilidade de se obter uma perspetiva infinita.

Aborda também o crescimento e desenvolvimento das cidades modernas e o planeamento das cidades contemporâneas afirmando que o mesmo segue critérios quase exclusivamente de ordem técnica e descora os valores estéticos que, em seu entender terão, inevitavelmente, que ser considerados na sua conceção.

O livro intitulado *Saber Ver a Arquitetura* (1984), da autoria do arquiteto italiano Bruno Zevi, descreve a arquitetura como se de uma grande escultura escavada se tratasse, permitindo ao homem que entre no seu interior e nele caminhe. Nessa medida, a arquitetura provem do interior de um espaço encerrado onde os homens andam e habitam, sendo essa circunstância que lhe confere a essência do caráter arquitetónico. Defende ainda este autor que, todo o objeto que não proporcione espaço interior não é arquitetura. “A experiência espacial própria da arquitetura prolonga-se na cidade, nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado vazios, isto é, tenha criado espaços fechados.” (Zevi, 1984, p.44).

Sendo a cidade constituída por esses espaços interiores, criados pela obra de arquitetura e por espaços urbanos exteriores, que correspondem aos intersticiais deixados entre cada uma das obras arquitetónicas, a construção do seu espaço material é consequência da sua arquitetura.

O arquiteto Aldo Rossi, no seu livro *A Arquitetura da Cidade* (1969), defende que a forma da cidade se resume na arquitetura da cidade. Na sua perspetiva, a cidade deverá ser entendida como uma grande obra de arquitetura e engenharia, que se vai expandindo e

criando novos limites com o passar do tempo ou com o resultado de acontecimentos urbanos, expressos por uma arquitetura que cria a sua forma. Porém, este autor admite que “a arquitetura não representa senão um espelho de uma realidade mais complexa.” (Rossi, 1966, p. 47).

O professor Romulo Krafta, na sua obra *Notas de Aulas de Morfologia Urbana* (2014), apresenta uma profunda reflexão dos aspetos de configuração de uma cidade organizada tanto com base em objetos, como das suas relações de padrão ou de exceção como de espaços com as suas particularidades formais de ordem geográfica, topológica ou geométrica, baseando-se para o efeito, para consubstanciar a sua tese, em estudos de caso concretos.

Sem marginalizar os principais exemplos de análise configuracional urbana, os quais alude e fundamenta, a sua obra analisa o desempenho da forma urbana e de que modo ela se interliga e dá sentido ao processo urbano e, nessa medida, ao projeto urbano.

A forma urbana e a configuração espacial aparecem de tal forma inter-relacionadas originadas por processos de alteração caracterizados por um intrincado feixe de relações, que apenas podem ser apercebidas por uma análise muito atenta e bem orientada.

Leonardo Benévolo, na sua obra *A Cidade e o Arquiteto* (2016), aborda os seguintes temas: o desenvolvimento da cidade moderna nos países industrializados; o crescimento caótico das metrópoles do Terceiro Mundo; as ideias do movimento moderno de Gropius e Le Corbusier; a valorização estética de um Edifício; a conservação dos Centros Históricos; a profissão de Arquiteto e o ensino da Arquitetura. As experiências agrupadas neste volume aludem às ideias gerais encontradas pelo autor na sua atividade de arquiteto e de historiador da arquitetura: cidade, cidade antiga, cidade moderna, conservação da cidade antiga.

Colocados em simultâneo e por ordem de assunto, os ensaios refletem um conjunto de dificuldades com que se deparam todos os estudiosos da arquitetura, independentemente dos locais e métodos de trabalho que utilizem para o efeito.

A monografia que tem por título *Estudo Histórico de Coruche* (2009), da autoria da professora, investigadora, arqueóloga e etnóloga Margarida Rosa Cassola Ribeiro (1911-2001), mais conhecida por Margarida Ribeiro, é composto por uma introdução, primeira parte e segunda parte.

Na introdução, a autora defende que a sua obra não pretende ser um trabalho científico mas tão-somente e muito por razões que se prendem com o limitado espaço de tempo de que dispôs para o cumprimento de um plano que havia sido tratado, sendo que algumas das questões ficaram por completar, uma monografia onde estão publicados um número considerável de documentos até então ignorados no meio erudito coruchense.

O desenvolvimento do estudo histórico encontra-se vertido na primeira parte desta obra. Nos vinte capítulos que este trabalho contém, a autora trata, através de uma descrição pormenorizada, de questões que vão desde a toponímia à lenda da fundação da vila, da sua origem romana à denominação árabe, desde a sua conquista e expansão ao ermamento do termo do concelho, entre muitos outros de relevante interesse e terminando no repositório artístico e na etnografia.

A segunda parte da sua obra é constituída pela publicação de quarenta e quatro documentos desde a doação feita por D. Afonso I à Ordem Militar de Avis até às licenças concedidas para permitir os aforamentos e alguns documentos relacionados com organização administrativa, não só entre as várias localidades do concelho mas também na relação deste com os concelhos vizinhos.

Trata-se, pois, de uma obra específica que muito irá contribuir para se perceber as questões relacionadas não só com as origens desta vila mas também com a sua evolução ao longo dos séculos.

A monografia intitulada *Coruche e as Suas Gentes* (1987), da autoria do professor Joaquim Antunes Pinto, revela-se de extraordinária importância no fornecimento de dados que permitem uma análise mais circunstanciada do que se terá passado, ao longo dos tempos, no que á vila diz respeito. Das quatro partes que a compõem, todas elas bem documentadas, inclusivamente com datas precisas dos acontecimentos, interessou sobremaneira, para a realização deste trabalho, não obstante se terem recolhido elementos muito úteis nas restantes, a última. É, pois, nos quatro capítulos que a compõem, que são abordados os temas fundamentais que consubstanciam os argumentos necessários para a elaboração desta dissertação, na circunstância, o Centro Histórico com especial enfoque para as zonas de Santo António, da Praça, da Misericórdia, de São Pedro e de Nossa Senhora do Castelo.

CAPÍTULO I

1 - Conceito de Património

1.1 - O Centro Histórico como Lugar

Se até ao século XVIII se falava em Antiguidades, durante este e até finais do século XIX passou a falar-se de Monumentos e, posteriormente, em Património Urbano, que implicava já a noção de uma posse coletiva desse legado. Nos nossos dias pronuncia-se cada vez mais o conceito de Património Paisagístico e Património Territorial, que encerra em si a designação de Património Cultural, com todas as vastíssimas significações e dimensões que lhes estão subjacentes.

Não obstante a cidade antiga ser hoje um recurso ecológico e uma estrutura onde se pode intervir recuperando, reconfigurando e/ou preenchendo vazios urbanos, preservando a sua imagem e identidade iniciais, outras existem que não são apenas isso. Estas últimas apresentam-se-nos como verdadeiras obras-primas dignas da distinção de arte coletiva de Património Urbano, as quais urge estudar, compreender e preservar a todo o custo, para que não descoremos a nossa própria identidade.

O conceito de cidade histórica enquanto coletânea memorial das conexões entre gerações, tendo em conta que só poderemos saber quem somos e para onde vamos se soubermos de onde realmente viemos, é defendido por John Ruskin (1819-1900), no período do Romantismo. Estávamos em pleno século XIX e assistia-se ao surto transformista da Revolução Industrial e, essa memória física das cidades de onde viemos e que carecia preservar, começavam a desaparecer diante desse vertiginoso fenómeno.

Pouco tempo volvido, também Camilo Boito (1836-1914), tendo por base a fenomenologia de Quatremère de Quincy (1755-1849), se questionou porque é que, em plena revolução industrial, se estavam a fazer cidades tão feias, sem a beleza urbana encontrada nas cidades antigas. Tentando mitigar as suas dúvidas encetou o estudo de uma série de cidades especialmente belas das quais representou a ligação entre os espaços urbanos e sua relação com os cenários arquitetónicos. Embora, o resultado desse trabalho, não lhe tenha trazido o que esperava relativamente ao conceito de beleza urbana, em consequência da incomensurável diversidade que tal conceção encerrava, trouxe à colação a vontade de salvar os belos fragmentos da cidade antiga, que deveriam ser preservados eternamente, consubstanciando o conceito de cidade museu. Este novo conceito de cidade, proporcionaria aos apaixonados pela arte e estudantes de arquitetura e de urbanismo, atingir a tarefa na procura da sublime beleza urbana que ele observara mas em relação à qual o estudo que empreendera sobre as cidades belas se revelara inconclusivo.

Mas, o encerramento na memória e na musealização do conceito de património urbano era contrário ao avanço da cidade histórica rumo ao futuro. As cidades são, por natureza, espaços dinâmicos, onde passado, presente e futuro terão de coexistir de forma harmoniosa, em função dos requisitos sociais, económicos, financeiros, políticos, etc., aos quais terá que responder em cada momento.

Mas será Gustavo Giovannoni (1873-1947), aluno de Camilo Boito, que vem defender, pela primeira vez, a teoria integradora do papel da cidade histórica na cidade vindoura. Segundo Giovannoni, seria impossível salvar a cidade histórica se se continuasse a considerá-la como o centro da cidade. Estes centros, só poderiam continuar a sê-lo, se não perdessem a sua capacidade operacional e funcional, que os levaria a tornar-se obsoletos. Não raras vezes, os centros históricos, face às exigências impostas pelos setores da indústria e da economia do século XX, tiveram que ceder a condição de espaço que afirmava a sua centralidade, em detrimento de outros já não tão estáticos e axifugos, designadamente policentros e polinúcleos.

A solução passaria, segundo Giovannoni, por encontrar novas vocações e funções adequadas para os antigos centros históricos, com um desenho urbano e edificados modernos, capazes de conferir ao espaço público uma forte capacidade de promover a convivialidade humana.

Giovannoni defende ainda que, quem trabalha com arquitetura de conjunto, onde cada unidade só por si vale pouco, sendo o todo que vale muito, esta defesa da arquitetura da cidade, tem necessariamente de ter em conta a consideração suprema pela tipologia cadastral, pelas arquiteturas, pelos edifícios e volumetrias preexistentes, pelo prosseguimento do contexto formal da arquitetura da cidade antiga para que daí resulte uma estreita harmonia entre morfologia urbana e tipologias edificatórias. As capacidades dos tipos de espaços domésticos e bem assim as escalas e formas da morfologia dos tecidos urbanos históricos, que encerrem elevado valor expressivo, terão sempre de ser tidas em conta nas intervenções a efetuar, constituindo-se como o princípio basilar da conservação dos tecidos urbanos históricos. De excluir serão sempre intervenções que, ao pretenderem impor funções potencialmente mais exigentes, redundem na destruição da tipologia cadastral, das volumetrias preexistentes que se constituem no complexo formal da arquitetura da cidade antiga que se deve salvaguardar. Estes princípios defendidos num primeiro momento por Giovannoni e, mais tarde, por Aldo Rossi, iam em sentido contrário ao que se veio a verificar, em termos de intervenção na cidade, nas décadas de setenta e oitenta do século passado. A evolução conceptual nestas décadas, onde se promoveu a demolição do interior dos quarteirões para dar lugar à construção de edifícios novos, culminou no que se veio a denominar por arquitetura fachadista, uma vez que, por detrás

das vetustas fachadas impregnadas de indelévels marcas estilísticas antigas, surgiam edifícios modernos, contíguos e unificados. Este processo de intervenção no espaço da cidade foi criticado, na altura, por alguns arquitetos, entre os quais se encontra Fernando Távora, no que à intervenção no Bairro do Barredo, no Porto, diz respeito.

Nos dias de hoje, são cada vez mais as vozes que se levantam contra as intervenções deste tipo nas cidades históricas e, como tal, designadas como património urbano de Portugal. Defendem sim que, a intervenção terá que ser tratada lote a lote e caso a caso, sob pena de, se assim não for, se vir a perder a autenticidade deste extraordinário legado e o próprio valor e noção de cidade histórica. Nestas zonas de excelência terá que ser a sociedade, através duma gestão social e urbana integrada, a adaptar-se às tipologias e não o contrário.

É de notar que, no sentido de evitar este tipo de renovação fachadista a que atrás aludimos, foram criados, a nível internacional, alguns documentos orientadores para as práticas de conservação e restauro dos edifícios. O primeiro desses documentos foi a Carta de Atenas, de 1931, que veio a ser substituída pela Carta de Veneza de 1964, também conhecida por Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, relativamente aos quais o interesse coletivo passou a sobrepor-se ao interesse privado. Outro tema abordado nos documentos atrás citados e depois corroborado pela Carta Internacional Para Salvaguarda das Cidades Históricas, texto aprovado em Toledo de 1986 e ratificado pelo ICOMOS em Washington em 1987, tem a ver com a exigência das funções serem adquiridas no pressuposto da salvaguarda das funções das preexistências, impedindo a aceitação de alterações funcionais que pudessem desvirtuar a autenticidade e a organização espacial dos edifícios históricos.

Porém, os mesmos arquitetos que tinham participado na aprovação da Carta de Atenas da Conservação, de 1931, também se organizaram, reuniram e elaboraram, em Atenas mas no ano de 1933 a Carta do Urbanismo. Este último documento foi considerado por muitos arquitetos como anti conservação uma vez que introduzia o conceito do espaço aberto urbano e no edificado que, durante várias décadas, veio condicionar o ensino da arquitetura.

Com o surgimento do Moderno, a arquitetura começou a viver um tempo intrincado, onde a apologia ao admirável mundo novo se manifestava através das obras de alguns autores, entre os quais Mies van der Rohe, com as torres transparentes, Le Corbusier com as cidades torre e as unidades de habitação, entre outros. A intenção de Le Corbusier de acabar com a “rua corredor” (Arantes, 1995, p. 30) quando elaborava os seus desenhos propondo-se arrasar o centro histórico da cidade de Paris, ilustra bem os ideais modernista daquela época. Um contexto desta natureza assume, inequivocamente, que a cidade

histórica simboliza a tristeza, logo, o obstáculo a esquecer e a ultrapassar num futuro quase imediato. Na primeira metade do século XX, a cidade antiga nada tinha a ver com a cidade do futuro que a arquitetura moderna se propunha edificar. As questões referentes à reabilitação e conservação das cidades históricas, praticamente nem se colocava, uma vez que para os arquitetos modernistas, o seu melhor destino seria a demolição, dando lugar à construção de arranha-céus. Esta visão dos arquitetos modernistas, que encerrava um claro desrespeito pela cidade antiga, acabou por influenciar o ensino da arquitetura e do urbanismo durante algumas décadas do século XX.

Felizmente que, muitos dos ideais e intenções manifestados nas primeiras décadas do século passado, não tiveram acolhimento e/ou não foram implementados. Após a segunda Guerra Mundial, no decurso da qual se assistiu a uma clara destruição de monumentos históricos, nomeadamente objetos metálicos que foram roubados, fragmentados e utilizados em material bélico, surgem e consolidam-se as chamadas ideias renovadoras e, com elas, a cultura da industrialização e do consumo. Por volta de meados do século XX dá-se uma ruptura com as reminiscências modernistas e, conseqüentemente, a pacificação duradoira com as cidades e monumentos históricos (Aguar, s/d).

1.2 - Cartas Internacionais do Património

Carta de Veneza (1964). *Carta Internacional Sobre Conservação e o Restauro de Monumentos e sítios.*

No articulado deste documento estão plasmadas as normas a observar na conservação de todos os tipos de monumentos históricos.

Nas definições estabelece o conceito de monumento histórico em todas as suas vertentes, dimensões e significados, no sentido de ser promovida a sua proteção quer enquanto património monumental quer enquanto evidência histórica.

No âmbito da conservação obriga a que sejam efetuadas operações regulares de manutenção, mantendo sempre a sua disposição e decoração, admitindo apenas as modificações estritamente necessárias para poder manter a sua utilização para fins sociais úteis.

No que ao restauro diz respeito, implica um tipo de operação altamente especializada que contribua para a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, respeitando os materiais originais. Caso os materiais sejam de épocas diferentes assim se devem apresentar perante o monumento original de forma a apresentar marcas que reportem, claramente, ao tempo presente.

Para os sítios dos monumentos históricos recomenda que sejam tratados com um cuidado especial, a eles se aplicando as regras enunciadas para o restauro.

Nas escavações, os trabalhos devem ser efetuados de acordo com as normas científicas e com a recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas, adotadas pela UNESCO em 1956. As ruínas deverão ser mantidas e serem tomadas todas as medidas para a conservação dos elementos arquitetónicos e objetos descobertos.

A publicação refere que os trabalhos de conservação, restauro ou escavação devem ser sempre acompanhados por um registo preciso, sob forma de relatórios analíticos, ilustrados com desenhos e fotografias.

Carta de Toledo (1987). *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.*

Este documento resultou de um movimento que considerava que todas as cidades do mundo são a representação material da diversidade das sociedades através da História e, nessa medida, todas elas são históricas.

A Carta convoca tanto as cidades grandes como as mais pequenas e, bem assim, os bairros e centros históricos, com o seu enquadramento natural ou construído, defendendo ainda que, para além de se constituírem como documento histórico, expressam igualmente os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Mostra grande preocupação com a degradação e, em alguns casos mesmo, a destruição, que tem vindo a ocorrer no património em resultado do urbanismo praticado para responder aos problemas criados pela Revolução Industrial e que atingem, transversalmente, todas as sociedades. A fim de por cobro a estas situações lancinantes que acarretam perdas irreversíveis sob o ponto de vista cultural, social e económico, impôs-se a necessidade de redigir uma Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.

Este novo texto, para além de complementar os preceitos inscritos na Carta de Veneza, define os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados para salvaguardar a qualidade das cidades históricas. Nessa medida, contribui para fomentar a harmonia da vida individual e social, eternizando o conjunto dos bens, mesmo os mais despretensiosos, que imortalizam a memória da humanidade.

Carta de Cracóvia (2000). *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.*

Este documento, que vem na linha do espírito preconizado pela Carta de Veneza, inclui recomendações internacionais tendo em conta o espírito do processo de unificação europeia e as singularidades que cada estado membro encerra no que concerne à cultura,

aos valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual. Estas questões implicam significados diversos que originam conflito de interesses.

Nessa medida, cada comunidade, considerando a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável não só pela identificação mas também pela gestão do seu património.

A Nova Carta de Atenas (2003). *Do Passado à Visão do Futuro*

Este documento foi adotado pelo Concelho Europeu de Urbanistas (CEU – ECTP) em Maio de 1998, aquando da conferência internacional de Atenas, tendo resultado de um processo de revisão dos últimos quatro anos da Carta, desde esse ano. A Nova Carta de Atenas propõe uma visão coerente da cidade que pode ser atingida pelo urbanismo, implementada não só pelos urbanistas mas também com a colaboração de outros profissionais. Propõe novas lógicas de governância e pistas que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, utilizando as vantagens das novas tecnologias de comunicação e de informação.

Estes bons princípios da prática urbanística para as cidades do século XXI, configuram, desde logo, o cenário urbano para um futuro cobiçável, numa visão progressista de redes de cidades onde, naturalmente, os processos de construção e a arquitetura em geral tomam um comprometimento enorme no objetivo sustentável do ambiente urbano.

A visão que fundamenta a Nova Carta de Atenas 2003 é ainda complementada por uma curta referência às capitais questões e desafios que afetam as cidades no princípio do século XXI, bem como os inevitáveis compromissos dos urbanistas para a pôr em prática.

Os temas estão subdivididos e tratam, pormenorizadamente e de forma sucinta, questões, tendências, desafios e compromissos que se colocam aos intervenientes na cidade, quer sob o ponto de vista técnico quer sob o ponto de vista político, tendo em conta: A Cidade Coerente; A Coesão Social; A Coerência Económica; A Coerência Ambiental; A Síntese das Relações Sociais.

Carta de Leipzig (2007)

Este documento, sobre Cidades Europeias Sustentáveis, foi assinado no dia 24 de Maio de 2007, pelos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território e urbanismo, numa reunião informal sobre desenvolvimento urbano e coesão territorial organizada pela presidência alemã da União Europeia. Nele se definem as bases de uma nova política urbana europeia, focada em auxiliar as cidades a resolver os problemas de exclusão social, envelhecimento, alterações climáticas e mobilidade.

As cidades geram 75% a 85% do Produto Interno Bruto da Europa. Promover um ambiente urbano com qualidade é uma das prioridades da renovada Estratégia de Lisboa para tornar a Europa um espaço mais atrativo para viver e trabalhar. Porém, muitas cidades europeias sofrem de elevados níveis de tráfego, poluição, de ruído e exclusão social. As cidades europeias são os locais onde se consomem, sensivelmente, três quartos da energia, pelo que é fundamental que nelas se promova o combate às alterações climáticas.

Embora a União Europeia não tenha qualquer competência ao nível das questões urbanas, as suas políticas de coesão bem como as políticas sectoriais nas áreas dos transportes, ambiente e questões sociais, por exemplo, podem ter um impacto muito significativo ao nível das cidades e da sua capacidade para lidar com as mudanças. Nessa conformidade, é imprescindível implementar uma política integrada de desenvolvimento urbano, que combine todas as políticas relevantes da União Europeia e que envolva os atores a todos os níveis: local, regional, nacional e comunitário.

Com a Carta de Leipzig, os 27 Estados-Membros definiram, pela primeira vez, o modelo ideal de cidade para a Europa do século XXI e acordaram estratégias comuns para uma política de desenvolvimento urbano.

1.3 - O Centro Histórico de Coruche

A ação do homem sobre os recursos patrimoniais e naturais tinha começado a criar desequilíbrios e ameaças ao meio ambiente, em todas as suas vertentes, particularmente após a Revolução Industrial. Tornou-se pois evidente a necessidade de introduzir instrumentos legais, no sentido de proteger certas áreas que, pelas suas características particulares, eram consideradas de grande valor natural, histórico e cultural. Estava, assim, dado o primeiro passo para o início da criação de Áreas Protegidas em Portugal. Esta prática já se havia registado nos Estados Unidos da América em 1872, com a criação do Parque Nacional da Yellowstone e, só 30 anos mais tarde, chega à Europa e a África.

Em Portugal, a primeira referência que é feita a Áreas Protegidas data de 1948, através do Decreto 37188, que confere a possibilidade da criação de Parques Naturais. Depois de um interregno de cerca de 22 anos, com a publicação da Lei 9/70, numa expressiva alusão ao desenvolvimento sustentado, fica claro que cabe ao governo promover a proteção da natureza, através da defesa de áreas onde o meio natural devesse ser reconstruído ou preservado contra a degradação provocada pelo homem, além do uso racional e a defesa de todos os recursos naturais em todo o território de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras.

No ano de 1976, com a Secretaria de Estado do Ambiente, entretanto criada, foi publicado o Decreto-Lei 613/76 que, nas alíneas a) a f) do ponto 1 do seu artigo 1.º vem definir a classificação das Áreas Protegidas da seguinte forma:

- a) Reservas naturais (integrais e parques nacionais);
- b) Reservas naturais parciais;
- c) Reservas de recreio;
- d) Paisagens protegidas;
- e) Objetos, conjuntos, sítios e lugares classificados;
- f) Parques naturais.

Já o número 5 do artigo 2.º do mesmo diploma legal vem esclarecer o que deveria ser entendido como lugares, sítios, conjuntos e objetos classificados, nos seguintes termos:

“(…) onde se propõe a definição de áreas e medidas indispensáveis à salvaguarda paisagística de determinadas ocorrências naturais e/ou construídas de interesse cultural, científico, técnico ou outros, tais como povoações, aglomerados rurais, estações arqueológicas, ruínas, acidentes orográficos caraterísticos, penedos, árvores isoladas ou em grupo e comunidades ecológicas caraterísticas.”

Estava aqui dado o mote para que pudesse ser criado o Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche. Nesse sentido, os responsáveis pela Câmara Municipal, deram início a um conjunto de ações de levantamento e caraterização do núcleo antigo da vila, nomeadamente de um conjunto de ruas, praça, largos, igrejas e alguns edifícios que, em seu entender, seriam compagináveis com a ascensão a esse grau. Na exposição de motivos atinentes a tal objetivo, apresentavam como relevantes aspetos relacionados por um lado com os constrangimentos físicos que impediam a evolução da malha urbana, como sejam a acentuada descontinuidade topográfica, o rio Sorraia e o facto da zona urbana confinar com propriedades rústicas e, por outro lado, com quatro sítios que, ao nível da imagem, caraterizavam e definiam a zona urbana proposta, na circunstância Santo António, a Praça, Rua de Santarém e Largo de São Pedro. As vivências observadas nas zonas referidas e a sua envolvente urbana, em todas as suas perspetivas, consubstanciavam, segundo os autores que desenvolveram o estudo, uma simbólica urbana em que as pessoas interagem com esse ambiente de diversas formas no sentido de realizarem as suas tarefas diárias, colmatar a suas necessidades e contentar as suas vontades.

Outro dos aspetos que defendem é o valor físico da zona em apreço onde eram, e ainda hoje são, visíveis as caraterísticas medievais do traçado das ruas. Também os critérios de qualificação arquitetónica foi tomada em consideração, quer em edifícios

isolados quer em conjuntos edificados, tendo em linha de conta não só a sua antiguidade mas também a sua tipologia e ainda a sua inserção na ambiência urbana do espaço estudado. Daqui resultou a seguinte classificação: edifícios com muito interesse; edifícios de acompanhamento; edifícios dissonantes.

A zona de proteção foi proposta como Sítio Classificado visando a salvaguarda do seu valor urbano entendido no seu todo, pressupondo-se a manutenção de valores existentes, sem descorar a sua adaptação a novas funções desde que se viessem a revelar necessárias e/ou possíveis.

Seguidamente, o estudo elencava um conjunto de regras, que se constituiriam como orientações a verificar em futuras intervenções nesta zona. Este documento teve por base um estudo levado a cabo pelo extinto Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

Assim, em 10 de Abril, respondendo às questões acima colocadas, é publicado o decreto 28/79, emanado do Ministério da Habitação e Obras Públicas, através da Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente, com a exposição de motivos, os considerandos e o articulado que sustentavam e regulavam o Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche. Em 29 de maio de 1979, a Câmara Municipal de Coruche,

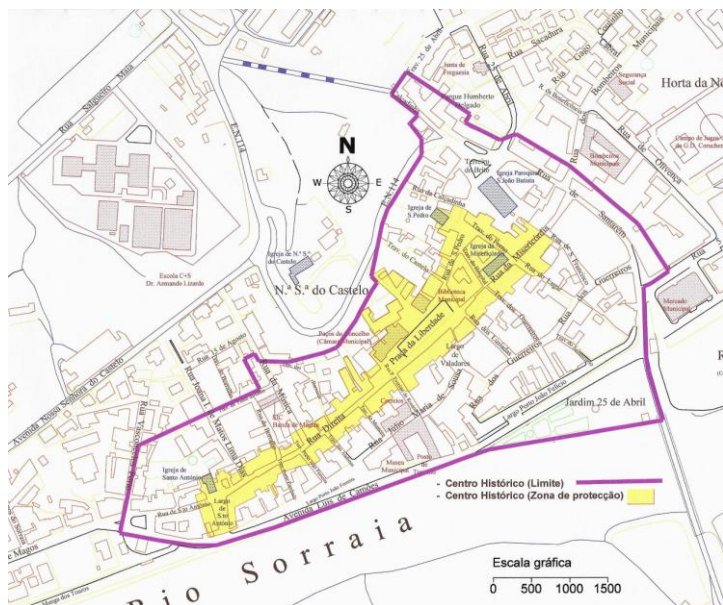


Fig. 1 - O limite do Centro Histórico de Coruche e a Zona de Proteção. (s/d).
Fonte: Câmara Municipal de Coruche.

publica um edital dando conhecimento à população da classificação da zona que, doravante, se passaria a designar por Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche. (Fig. 1) Este documento, para além de manifestar as preocupações já apontadas no decreto 28/79, poder-se-ia entender como um reforço clarificador do mesmo, uma vez que apontava já algumas regras ao nível da elaboração

do projeto e da forma como se poderia intervir ao nível da reabilitação, reconstrução e construção, naquele espaço classificado. Porém, este normativo demonstrava, cada vez com maior evidência, as suas omissões relativamente a alguns aspetos, não só sob o ponto de vista da construção e demolição de edifícios, mas também da utilização de alguns materiais, cores e equipamentos, aplicados nas fachadas das construções existentes, que

contribuíam para a sua descaraterização e descontextualização. A aplicação de aparelhos de ar condicionado e de toldos de uma forma desregrada proliferava, a olhos vistos, tornando urgente a necessidade de aplicar mecanismos de controlo, tendentes a por cobro a tal situação.

No dia 1 de janeiro de 1985, entrava em vigor o Regulamento do Centro Histórico de Coruche, no qual se evocava ser esta uma zona de praça antiga, que deveria ser preservada através da conservação dos elementos de maior interesse arquitetónico. Mas só em 27 de novembro de 1996, surge o Regulamento do Centro Histórico da vila de Coruche, publicado em diário da república, dando-lhe verdadeira força de lei, no qual foram definidos os valores das coimas a aplicar a quem, de forma dolosa, viesse a desrespeitar as normas nele plasmadas.

O sítio classificado do Centro Histórico de Coruche surge da convergência de pontos de vista e de interesses manifestados quer pelo presidente da Câmara Municipal de então, Eng.º Carlos Alberto Gomes que, face à sua formação académica e à sensibilidade que já vinha demonstrando relativamente às questões ambientais e à preservação do património, quer pelo Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, homem de convicções inabaláveis na defesa do ordenamento do território e do património histórico em todas as suas dimensões. Sem o seu inestimável empenho tudo seria muito mais complexo e, provavelmente, a classificação deste espaço enquanto tal, só viria a ocorrer bastante mais tarde, como veio a acontecer em muitos outros locais.

Porém, o decreto-lei n.º 142/2008, de 24 de julho, vem introduzir novas medidas de Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. O n.º 4 do artigo 49.º do aludido diploma legal vem dar um prazo de dois anos às entidades tutelares desse património, para que o mesmo fosse objeto de ponderação, sob pena da cominação de perda desse estatuto. A alínea *b*) do dito n.º 4 refere-se especificamente ao Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche, definido e constituído pelo decreto-lei n.º 28/79, de 10 de abril, face aos regimes de proteção do património arquitetónico em vigor. Como não foi dado seguimento, no prazo legalmente estabelecido, ao que era disposto nesta nova legislação, o Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche veio a perder esse estatuto, o que revela a manifesta falta de interesse e a despreocupação com que alguns decisores políticos lidam com situações desta natureza.

CAPÍTULO II

2 - Génese do lugar da vila de Coruche

2.1 - A fundação da vila de Coruche

Só a partir de meados do século XII é que se começaram a conhecer referências sobre o topónimo com a grafia inicial de Culuchi ou Coluchi. Nos dois séculos seguintes surge já como Curuche ou Coruche e mais tarde como Cruche. As dúvidas sobre a origem do mesmo continuam, ainda hoje, a subsistir, não obstante doutos estudiosos deste assunto se tenham sobre ele debruçado e apresentado algumas hipóteses cientificamente plausíveis.

Porém, antes de se apresentarem aqui essas hipóteses de base científica, não podemos deixar de referir outra diferente, de cariz popular. Diz uma lenda que, D. Afonso Henriques, ao passar por estas terras, avistou sobre uma árvore uma linda coruja, tendo desde logo decidido que aquele lugar se passasse a designar pelo nome de Coruja. Este nome, que ao longo dos tempos se foi alterando, transformou-se no topónimo Coruche. Aliás, esta lenda parece ter merecido acolhimento por parte de Vilhena Barbosa, já que em 1860, veio a publicar um brasão da vila, no centro do qual colocou a grafia de uma coruja. Mas, para os mais estudiosos desta questão, esta hipótese não passa de uma fantasia.

O Dr. Joaquim Silveira, filólogo, na monografia (Ribeiro, M. 2009, pp. 55 a 60), faz uma apreciação muito rigorosa sobre a origem do topónimo Coruche, consubstanciando a sua análise em documentos científicos que o levaram a defender a tese de que este terá derivado de ponto mais alto (cume, coruto, extremidade superior de qualquer elemento, etc.) do planalto que limita a zona aluvionar do baixo Sorraia, do lado norte. A existência do castelo nesse lugar, munido da torre da atalaia vinha, segundo o autor, evidenciar aquele marco na paisagem não só devido a sua cota elevada (89 metros) mas ainda face à sua importância estratégica enquanto fronteira na defesa de Santarém. Dali se conseguia avistar uma vasta área, para sul, este e oeste, sobre o campo aberto da extensa lezíria.

Por seu turno, o Professor António Rei, numa conferência organizada pela Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho de Coruche, levada a cabo no auditório José Labaredas no Museu Municipal de Coruche no dia 29 de novembro de 2014, subordinado ao tema Coruche Velhinha, a Medievalidade, veio defender um novo conceito para a justificação do topónimo Coruche. Embora anunciando, desde logo, que não trazia conclusões mas sim considerações prévias, relativamente ao topónimo em questão, a sua intervenção ir-se-ia situar à volta da sua identidade, questão da maior relevância para que se pudesse perceber a sua origem.

“Continua a não haver praticamente nenhuma informação sobre Coruche e também sobre a região, em data anterior à nacionalidade portuguesa.” (Rei, 2014). Face a tal situação, pegou no topónimo Coruche, já perfeitamente definido no século XII, fazendo daí retroagir o seu estudo, recorrendo à sua formação superior especializada em língua Árabe, de modo a obter, por essa via, o vocábulo que esteve a origem da sua formação. “Um vocábulo tem, regra geral, muito mais a ver com a sua inserção no espaço do que, como durante algum tempo se chegou a crer, com mitos e lendas mais ou menos aleatórias.” (Rei, A. 2014). Defendeu ainda este cientista que, muitas vezes a resposta à nossa pergunta de partida pode ser encontrada fazendo uma observação mais atenta daquilo que nos rodeia. “Não sendo esta uma regra geral é, na maioria dos casos, uma possibilidade que muito importa analisar.” (Rei, 2014).

Coruche situa-se no limite entre a planície e o vale do tejo, realidades físicas, orográficas e corográficas completamente diferentes. Também sob o ponto de vista histórico tínhamos, no período Romano, a divisão da Península Ibérica tendo Mérida como a capital da Lusitânia. Nesse mesmo período Coruche ficava entre duas cidades portuguesas de extrema importância para a época, na circunstância (Scalabis) Santarém e (PaxJulia) Beja, constituindo-se também num limite entre elas. Coruche encontrava-se ainda no limite dos reinos suevo e visigodo. Nesse sentido e depois de uma explicação exaustiva acerca da evolução do vocábulo, sempre numa perspetiva da sua origem ser árabe, defende o orador que Coruche significará ponto de transição, de passagem, de saída.

A fundação de Coruche não poderá ser dissociada das características geomorfológicas da bacia sedimentar dos rios Sado e Tejo, unidade morfo estrutural de características litológicas e cronológicas análogas. Esta bacia teve origem no período Terciário, mercê do afundamento da região entre falhas a que se seguiu o seu enchimento por sedimentação continental, tendo na sua base formações detríticas grosseiras e calcários e argilitos nas camadas mais superficiais. No período Miocénico registaram-se testemunhos de alterações devido a ações que resultaram da penetração do mar na bacia e, no período Pliocénico, de sedimentação fluvial. A espessura total dos depósitos cenozoicos da bacia pode atingir os 1400 metros entre Benavente e Coruche.

Observando o mapa onde estão assinalados os sítios arqueológicos da era romana, podemos verificar que três deles têm localização privilegiada relativamente ao espaço onde se situa a vila de Coruche. (Fig. 3) Um deles, designado por Nossa Senhora do Castelo e onde hoje existe uma ermida com o mesmo nome, disposto num dos pontos mais elevados da região, que a dada altura, em tempos remotos, motivou a construção de uma estrutura defensiva.

Outro, designado por S. Pedro onde, tal como no primeiro caso, existe uma igreja com o mesmo nome. E ainda um outro, designado por Santa Luzia onde, à semelhança dos dois anteriores, existe uma ermida com o mesmo nome.

Sabe-se que, a cota do espaço hoje ocupado pela vila, em resultado do assoreamento e de escorrências do lado das encostas adjacentes, sofreu um aumento médio de cerca de 6,00 metros. Sabe-se também que, os materiais de construção utilizados no período de dominação romana, essencialmente nas zonas rurais como era o caso de Coruche, eram obtidos a partir de matéria-prima existente no local. Estes materiais podiam ser facilmente produzidos em qualquer lugar e a baixo custo. Nessa medida, eles eram facilmente deterioráveis, como era o caso da taipa ou da madeira, ou reutilizáveis quando se tratava de materiais cerâmicos. A conjugação destes dois fatores pode concorrer para que se não tenham encontrado mais vestígios arqueológicos no espaço ocupado pela vila.

Mas será que a origem de Coruche terá surgido no local onde hoje se encontra instalado o seu casco urbano mais significativo? A proximidade entre o rio e o sopé da colina, conjugada com as frequentes inundações a que o local estava constantemente sujeito, não terão condicionado a instalação da vila neste lugar, em data anterior à reconquista cristã?

Retomemos o sítio arqueológico de Santa Luzia localizado nas encostas do poente, desfrutando da luz meridional do sol e avizinhas por Santo Atanásio, Hortinhas, Monte dos Lacraus e Correntinhas. Era aqui que se encontravam, e ainda hoje assim é, as zonas de maior biodiversidade, não só da periferia da vila de Coruche como a nível de todo o concelho. Os francos recursos biológicos e hidrológicos deste local terão fascinado os nossos antepassados que dele certamente souberam tirar partido para a sua subsistência e bem-estar. A água, enquanto bem essencial, associada aos recursos agrícolas que ali se lhe ofereciam, terão sido as duas proveitosas fontes exploradas pelo povo romano, que delas sempre soube, com elevada proficiência, tirar partido.

Santa Luzia assumiu grande relevância originando a que ali fosse erguida uma das mais importantes *villae* da região. Segundo a arqueóloga espanhola Alice Maria Canto, que visitou o local, será de crer que, onde se encontra a ermida de Santa Luzia, terá existido um espaço de culto romano, porventura em louvor a tudo o que se criava no vasto espaço que dali se avistava e pertencia à *villae*. Note-se que, Santa Luzia é a santa protetora da vista. Também no Monte do Lacrau, cabeça sobranceiro a Santa Luzia, terá existido um povoado, do tempo do homem pré-histórico do Calcolítico, que dominava a lezíria. A *villae* romana de Santa Luzia, cujos achados arqueológicos testemunham a sua existência, pode ter estado na origem da vila de Coruche, "(...) é capaz de não ser despropositada a tese de que ali nasceu Coruche." (Malta, 2014, p. 16).

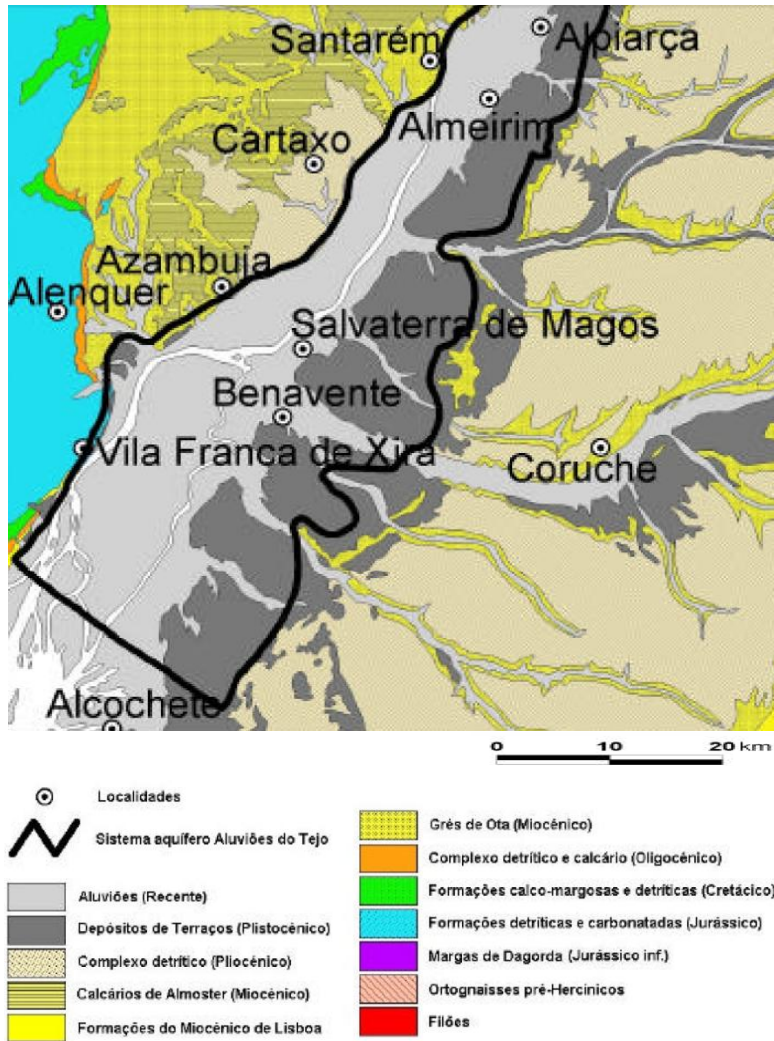


Fig. 2 - Extrato da carta dos sistemas de aquíferos das aluviões do Tejo. (s/d).
 Fonte: Esquemas aquíferos de Portugal Continental, p. 649.

“É na bacia terciária do baixo tejo que se localiza o maior sistema aquífero de Portugal continental.” (Almeida, C. *et al.* 2000). (Fig. 2) Este recurso que, num primeiro momento terá sido elemento facilitador para a fixação dos primeiros povos na região, veio a constituir-se, mais tarde, num importante fator de desenvolvimento já que tem a capacidade de fornecer água potável para os mais diversos fins.

A separação dos rios tejo e sado deu-se pelo surgimento do assoreamento aluvionar, não obstante a dependência do mar da palha, que ditou, com as suas oscilações aluvionares, salobras ou continentais, a interpretação

técnica de repleção do golfo. Coruche situa-se numa região que os geólogos designam como baixa do Sorraia, constituída por duas subdivisões distintas: o miocénico lacustre que foi capaz de provocar as deformações das terras que ladeiam a margem direita do rio Sorraia, imprimindo-lhe o surgimento de um vasto número de tergos e vales; o pliocénico que constitui as terras de formação litológica arenosa facilmente recortada pelas águas do Sorraia e seus tributários. Enquanto a primeira vai, através do processo erosivo, provocando um desgaste lento nas terras da margem direita, o segundo vai realizando o processo de assoreamento devido à capacidade de transporte e de depósito que as águas vão propiciando face ao seu maior ou menor ímpeto. Estes processos acontecem face às dinâmicas próprias de cada lugar, ainda que estas se possam replicar a outros lugares de características semelhantes, e resultam de fatores de ordem mecânica, física e química. Há cerca de 900 anos o curso do rio Sorraia, provavelmente, nessa altura, influenciado pelo movimento das marés, corria junto ao Monte da Barca. “As cotas de nível dos terrenos,

especialmente os da margem direita do rio, em virtude de sucessivos desabamentos e movimentos de terras devidos à erosão e aos abalos sísmicos, subiram consideravelmente.” (Ribeiro, 2009, p. 63). Foram essencialmente os fenómenos de origem tectónica que originaram a subida das terras submersas, concorrendo para o desaparecimento da água do mar. Todos estes mecanismos, motivados pelas leis da natureza, vão influenciando os vários tipos de cultura e arborização que vão redundando na transformação sistemática, ainda que muito paulatina, dos lugares.

Nessa medida, pelas razões atrás expostas e tal como afirma Fleury (1878-1958), “existem semelhanças muito acentuadas entre as várzeas do rio Sorraia, as zonas baixas da península de Setúbal ou as da margem direita do Sado inferior.”

Os achados arqueológicos provam que, a presença humana nas margens dos rios Tejo e Sorraia, data de pelo menos há 8 mil anos. A provar tal facto atentemos aos sítios arqueológicos das Casas Novas (Gonçalves, 2009), e de Monte da Barca (Gonçalves, 2011), dois dos locais até hoje estudados com maior detalhe. Verifica-se, pois, que os sítios



Fig. 3 - Principais sítios arqueológicos da era romana, no vale do Sorraia (Coruche).
Fonte: Coruche, o Céu, a Terra e os Homens, p. 71.

arqueológicos da era romana, até hoje observados, traduzem uma ocupação com alguma densidade ao longo das duas margens do rio Sorraia, sendo que, na margem direita, ela assume maior relevância. (Fig. 3). Este facto resulta de três elementos que se afiguram fundamentais:

- Topografia mais acidentada dos terrenos daquela margem.
- Maior abundância de água potável.
- Melhor exposição solar e maior proteção dos ventos dominantes.

A apropriação do espaço por povos de tradição mediterrânica, em regra, é constituída por núcleos urbanos cuja dimensão depende sempre das áreas disponíveis que,

franqueando terras húmidas para aproveitamento agrícola, encostas de sequeiro e baldios para fornecimento de lenha e proporcionar a pastorícia, ofereçam capacidade económica para a sua subsistência. Por norma, estes povoados posicionavam-se nos terços de cota mais elevada, já que os vales adjacentes, pela sua abundância de água doce, proporcionavam as práticas agrícolas e a pastorícia. Note-se que, por esta época, a lezíria do Sorraia não passaria de lodaçais onde as práticas atrás referidas seriam, porventura, inacessíveis naquele espaço. Por outro lado, na generalidade dos pontos assinalados como sítios arqueológicos, exatamente nos mesmos locais ou a escassos metros de distância, ainda hoje se pode verificar a existência de pequenos povoados. Alguns deles são, ou foram porque deles hoje apenas existem ruínas, constituídos por casas senhoriais ladeadas pelas casas dos criados e por dependências agrícolas e, noutros casos, apenas estas duas últimas marcam indelevelmente pequenos trechos da paisagem rústica. Porém, como a área alvo deste estudo é a vila de Coruche, vamos reter-nos apenas no mapa representado (Fig. 3) e, de forma particular, nos sítios denominados: Santa Luzia, Nossa Senhora do Castelo e São Pedro. No sítio arqueológico de Nossa Senhora do Castelo foram encontrados um Capitel coríntio e uma Ara funerária (Fig. 4) e, já no ano de 2001, numa escavação levada a



Fig. 4 - Capitel coríntio e Ara funerária achados no sítio arqueológico de Nossa Senhora do Castelo. (s/d).
Fonte: Coruche: o Céu, a Terra e os Homens, pp. 74 e 78.

efeito junto à Igreja de São Pedro, foram encontradas ossadas, utensílios e um sino cuja origem remonta ao século XIII. (Fig. 5)

Coincidindo com percursos mais antigos, as vias romanas, desenrolando-se em rigorosos traçados, são os caminhos por onde passaram os vários minérios extraídos no território do então al-Andaluz. (Fig. 6, 7). O traçado de uma dessas vias importantes, que estabelecia a ligação entre Santarém e Évora, passava exatamente por Coruche.

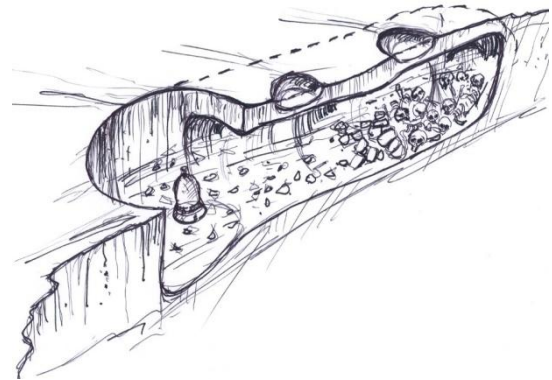
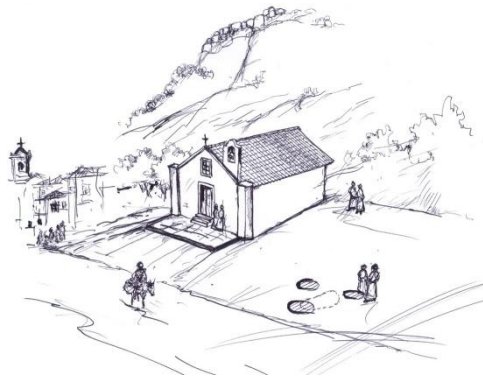


Fig. 5 - Representação do espólio arqueológico encontrado numa cripta junto à Igreja de São Pedro. (s/d).
 Fonte: António João Bacalhau.



Fig. 6 - Principais locais de extração de minérios.
 Fonte: Brito, R., Fabião, C., Macías, S., Mattoso, J. & Torres, C. (s/d). História de Portugal: Antes de Portugal. Vol. 1. Coord. Matosso, J. Lisboa: Editora Estampa, p. 389.

Daqui se pode inferir a importância que Coruche tinha já nessa época funcionando, segundo alguns historiadores, como posto avançado na defesa de Santarém, até porque, no topo do monte e junto à já citada via importante, se encontrava construída uma fortificação com essas características. Assim sendo, não será de estranhar que a importância que era dada a Coruche dependesse da importância que Santarém assumia, em cada momento, no contexto dos interesses das povoações que ocupavam a faixa ocidental da Península Ibérica. (Mattoso, s/d, pp. 388, 393). Em 61

a.C., com as guerras civis de Roma, a morte de Sertório na Península e a consequente nomeação de Júlio César para protetor da Lusitânia, levam à modificação da organização da província e aos ataques às zonas do interior. Porém, algumas dificuldades na estratégia de pacificação e romanização e na arduidade da transposição da Lusitânia para a Bética, Santarém perde o seu papel político-administrativo e, Mérida passa a ser a capital da Lusitânia. (Fig. 8) Durante algum tempo mantém ainda alguma hegemonia face ao papel que desempenhou na ajuda das tropas estacionadas ao longo do rio até Lisboa, fornecendo-lhe provisões e reforços. Mas, com a preponderância que Lisboa foi ganhando, Santarém vai perdendo influência a partir do século III d.C. O mesmo não aconteceu relativamente ao nó viário pelo qual era atravessada, nomeadamente com as estradas que uniam Lisboa a Braga e a Mérida, dada a importância estratégica destas (Batista, 2010, pp. 5-6).



Fig. 7 - Traçado das vias Romanas.

Fonte: Brito, R., Fabião, C., Macías, S., Mattoso, J. & Torres, C.(s/d). História de Portugal: Antes de Portugal. Vol 1. Coord. Matoso, J. Lisboa: Editora Estampa, p. 390.

Continuam a ser parcas as informações sobre os povos que teriam ocupado o espaço atualmente apropriado pela vila de Coruche, antes que os romanos dele se tenham apossado, o que aconteceu por volta de meados do século II a.C. Este território também terá sido ocupado pelo povo visigótico em período posterior à ocupação romana, embora não existam fontes que explicitem tal facto. O mesmo acontece no que concerne ao período de ocupação islâmica, durante o qual terá sido erigida, muito provavelmente em taipa à semelhança de muitos outros existentes ao sul do rio

Tejo, num dos locais mais elevados, a estrutura militar defensiva a que atrás aludimos. Esta fortaleza também seria utilizada para proteção dos habitantes dos arrabaldes em períodos



Fig. 8 - O Império Romano no Século II.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Romano. Acedido em 03 de julho 2016.

de maior instabilidade face às investidas do inimigo. Este castelo assumiu um papel preponderante quando, no período da reconquista, mais precisamente no ano de 1166, D Afonso Henriques o tomou aos mouros (Correia, 2012, pp. 192-193). Segundo as fontes de que dispomos, cremos estar em condições de afirmar, com alguma segurança que, a seguir ao século V, que corresponde à queda do império romano ocidental, ficou a população que vivia na vila de Coruche, sob o domínio visigótico. O capitel que corresponde à ordem compósita, não obstante ter havido alguma dificuldade na sua datação devido ao adiantado estado de degradação, assinalará o período de domínio visigótico atrás referido. (Fig. 9)



Fig. 9 - Capitel compósito séc. VI a VIII.
Fonte: Coruche: o Céu, a Terra e os Homens, p. 97.

Todavia, o domínio visigótico não se prolongou por muito tempo. No início do século VIII as tropas muçulmanas, vindas do norte de África, dominaram com facilidade a Península Ibérica, tais eram as fragilidades com que os Visigodos se debatiam. Nessa medida, a conquista do al-Andaluz redundou na integração das populações de forma pacífica, sendo as terras repovoadas maioritariamente por povos cristãos (Correia, 2014, p. 97).

Pelos dados de que dispomos, parece não restarem dúvidas que, aquando da reconquista de Coruche aos mouros, levada a cabo por D. Afonso Henriques no ano de 1166, existia uma fortaleza no cimo do monte onde, em época posterior, foi mandada erigir uma capela em honra de Nossa Senhora do Castelo, que perdurou até aos nossos dias. A expulsão dos mouros era a principal prioridade dos reis portugueses. Mas nos anos que se seguiram reacendeu-se a luta entre almorávidas e almóadas, situação que agravou as relações com os cristãos, retardando a intensão que estes mantinham em libertar a península daqueles que consideravam como inimigos da fé.







Após alguns anos de lutas entre as duas raças, marcadas por assaltos e cercos, não obstante a função bélica ter sido pouco utilizada, mas nem por isso deixando de haver situações arriscadas quando ocorriam os fossados e as algaras, o território ficou, finalmente, na posse dos cristãos. Com a conquista e ocupação desta posição os limites que até ali se ficavam pelo rio Tejo, em Santarém, foram alargadas até ao rio Sorraia. Estavam, doravante, criadas as condições para que pudessem ocorrer as campanhas portuguesas para a tão almejada conquista das cobiçadas terras de Além Tejo.

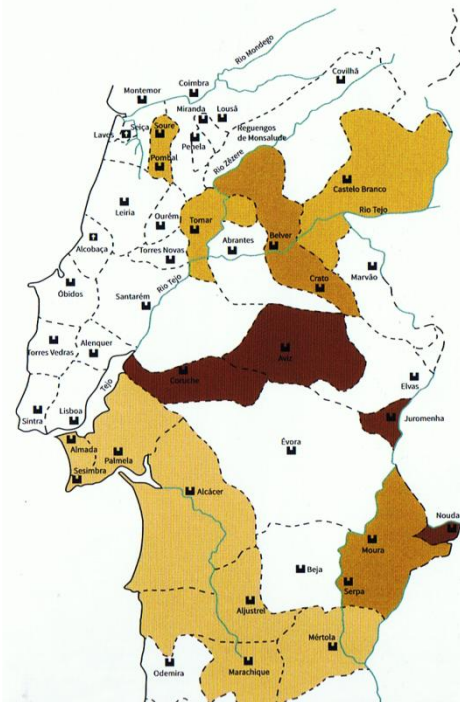
Porém, para que tal pudesse acontecer com sucesso, teria que ser assegurada a defesa das terras já conquistadas, na circunstância Coruche. Assim, no ano de 1176, D. Afonso Henriques doa o castelo de Coruche à melícia da Ordem de São Bento de Évora, mais tarde designada por Ordem de Avis. Sob proteção desta melícia, que já havia assinalado relevantes serviços na defesa daquela cidade, ficaria salvaguardada a integridade do castelo de Coruche contra eventuais danos ou destruição provocados por forças inimigas. É de notar que, no referido documento, pode ler-se “faço carta e escritura de doação e firmidão da minha povoação murada, que se chama Coruche, com seus termos, para que a tenhais e possuais com direito hereditário.”

No entanto, nos anos de 1180 e 1181, as forças almóadas tentaram reconquistar Évora. Perante a impossibilidade de o conseguirem e com o objetivo de se dirigirem para Santarém, rumaram a Coruche tendo aqui provocado se não a destruição total, pelo menos parcial, da estrutura defensiva, donde terão resultado inúmeras baixas nas forças cristãs que então ocupavam aquele território. O domínio definitivo das terras de Coruche por parte dos cristãos deu-se no ano de 1184, após a última investida almóada. (Fig. 10)



Crê-se que terá sido por esta altura que foram construídas as muralhas do castelo, à semelhança do que aconteceu em muitas povoações abertas no Alentejo, com a função não só de defesa mas também para servir de abrigo à população, aquando de eventuais ataques das forças inimigas (Ribeiro, 2009, pp. 85-88 e 219).

Domínio das ordens militares no Centro e Sul do país (com base no mapa de José Mattoso)

-  Principais castelos
-  Principais mosteiros
-  Domínio dos Templários
-  Domínio dos Hospitalários
-  Domínio da Ordem de Avis
-  Domínio da Ordem de Santiago



A Península Ibérica Islâmica e Cristã

-  Fronteira entre cristãos e muçulmanos em 1157
-  Fronteira entre cristãos e muçulmanos em 1210

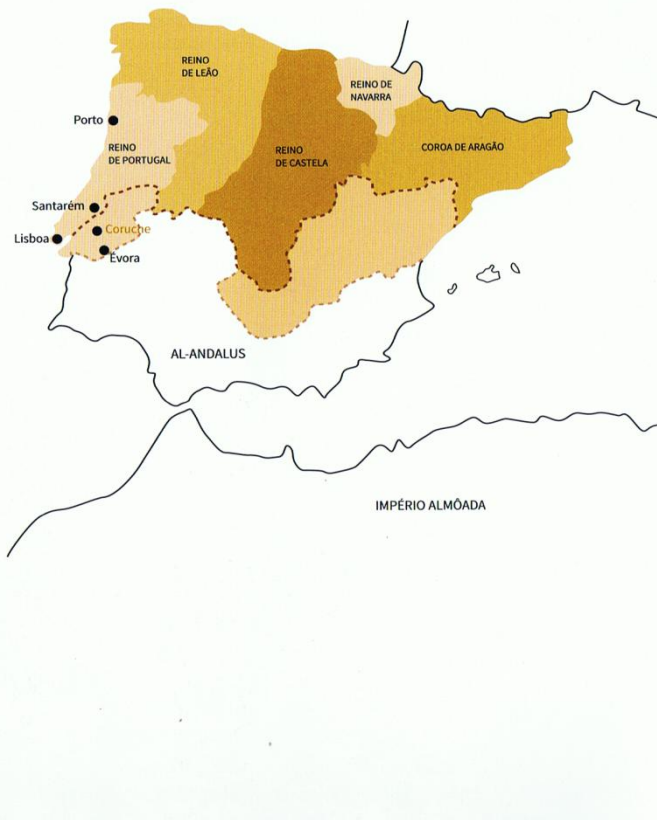


Fig. 10 - Domínio das Ordens Militares/A reconquista.
 Fonte: Correia, A. (2012). Coruche: o Céu, a Terra e os Homens, p. 99.

2.2 - Os portos fluviais e o rio Sorraia

Ainda não existem dados, arqueológicos ou históricos, devidamente documentados, que nos permitam definir concretamente como funcionavam os portos fluviais em Coruche, nem tão-pouco, o tipo de barcos que a eles aportavam. Porém, é da arqueologia que surgem hipóteses de trabalho que permitem que possamos, com alguma segurança, afirmar que existiu, durante o período em que Coruche se manteve sob a hegemonia do império romano, entre os séculos I a.C. e V d.C., um intenso tráfego marítimo no rio Sorraia. Tal testemunho é-nos trazido pelos achados arqueológicos traduzidos nos vários tipos de ânforas, encontrados nos diversos sítios arqueológicos que pulverizam ambas as margens do Sorraia. Estas ânforas, que encerram várias configurações e dimensões, destinavam-se ao transporte, por via fluvial, de produtos como o vinho, azeite, conservas de peixe, ou ainda de azeitonas e amêndoas. (Fig. 11)

O rio Sorraia foi, sem dúvida, o elemento fundamental para fomentar a realização do comércio na época romana. Como grande tributário do rio Tejo, que tinha na cidade de Lisboa um grande centro privilegiado de comunicação com o mundo marítimo sob tutela romana, foi este rio que, de uma forma mais rápida e económica, fez chegar a Coruche o processo de trocas comerciais que permitiu a subsistência dos povos que aqui habitavam (Mantas, 2014, pp.82-83).

Todavia, a existência do que se designa genericamente por porto, seja qual for a sua importância ou dimensão, implica a presença de equipamentos que configurem uma realidade portuária, como sejam: chegada, partida, carga, descarga, importação, exportação, etc. Esta realidade terá, no passado, possuído predisposição natural e, bem assim, os adequados equipamentos às funções portuárias, nomeadamente fundeadouros, árvores de margem ou colunas para amarrar, rampas de varadouro, cais, etc.

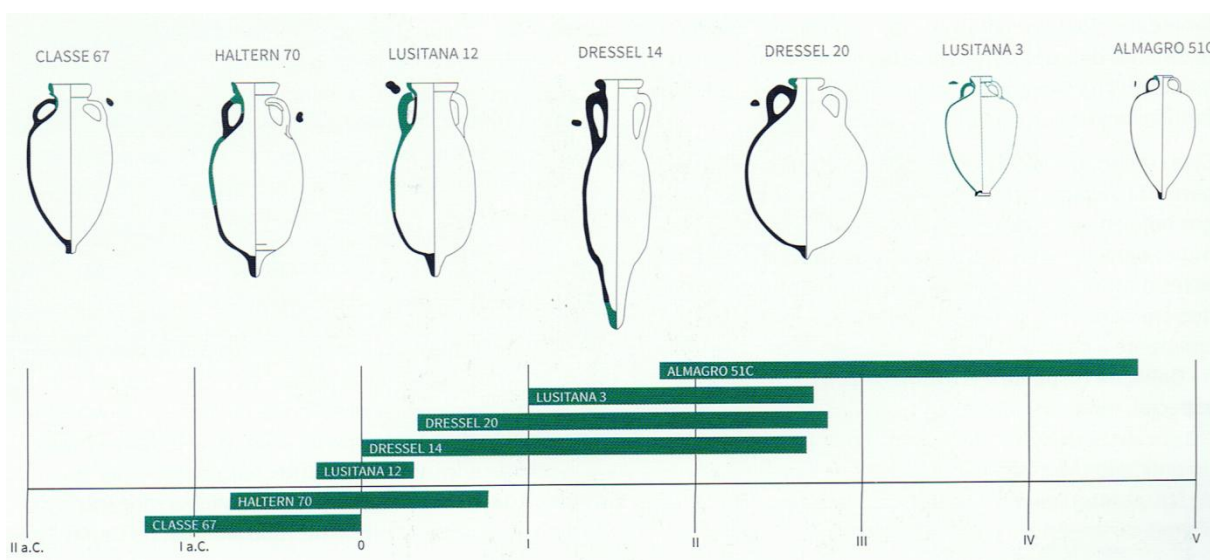


Fig. 11 - Tipo de ânforas achadas nos sítios arqueológicos ao longo do vale do rio Sorraia.
Fonte: Coruche: o Céu, a Terra e os Homens, p. 83.

Uma zona portuária acaba sempre por ser complementada por infraestruturas de apoio que viabilizem o armazenamento e melhor possibilidade de conservação dos produtos transportados ou a transportar por via aquática. Será de admitir que, pelo menos em épocas em que o rio fosse menos caudaloso, os barcos que se dirigissem a Coruche, fossem de pequeno calado e, em certos casos, não podendo ser manobrados à vela, tivessem de ser puxados a partir das margens por animais ou força braçal para poderem atracar nos portos.

Assim, seriam pois, estes barcos mais pequenos, que faziam o transporte entre as embarcações de grande calado, que ficavam fundeadas em águas mais profundas do Tejo, quiçá junto a Lisboa, e os portos existentes ao longo do percurso do rio Sorraia.

Não existe qualquer vestígio, a não ser algumas representações gráficas recentes, do que teriam sido esses recursos, especialmente no que diz respeito aos três portos principais que existiram na margem direita do rio Sorraia, precisamente onde hoje se encontra o espaço ocupado pela vila, na circunstância, o porto João Felício, o porto João Ferreira e o porto Zambado, deixando margem para equacionar algumas hipóteses.

O porto João Felício é relatado desta forma:

“Era aqui que, nesta época se fazia o mercado do peixe...As instalações eram apenas uma alpendurada, com a cobertura em folhas de zinco...O peixe chegava no comboio e os peixeiros de Coruche iam busca-lo nas suas carroças. O peixe era sardinha, carapau e algum peixe grosso.”
(Pereira, 1995, pp. 13-14):

Se atendermos a que, na falta de fontes, poder-se-á partir da premissa que o que hoje nos chega ao conhecimento vem pela tradição, faz algum sentido que ali tivesse sido a praça do peixe mesmo em tempos mais remotos. Se tal acontecia na data a que o autor atrás referido alude, o que nós acreditamos, é porque já anteriormente assim poderia ser. O peixe, quer o resultante da faina piscatória no próprio rio Sorraia, quer o que eventualmente fosse trazido de outros locais por via fluvial, seria ali comercializado. É de notar que, em finais do século XX, encerrou a única e última peixaria onde era vendido diariamente peixe fresco, que se localizava exatamente no largo Porto João Felício, a escassos metros da cobertura alpendurada descrita pelo autor que atrás citamos. Uma das hipóteses que teriam levado este porto a ser considerado menos importante do que o porto João Ferreira, terá sido a construção, por volta do século XV, da ponte de madeira. Há quem defenda que, a partir daí, apenas os barcos que vinham do Couço e Santa Justa, ali aportavam. Já Ribeiro (2009, p. 172) se refere ao Porto João Felício como sendo um local de passagem e de pequeno tráfego concelhio.

No que respeita ao porto João Ferreira, a mesma autora refere-se-lhe como sendo o principal e mais importante da vila de Coruche. (Fig. 12) Ali se encontrava instalada a



Fig. 12 - Representação de duas hipóteses do funcionamento do Porto João Ferreira. (s/d).

Fonte: António João Bacalhau.

alfândega comarcã e a fiscalização, por parte dos oficiais do fisco, das entradas e saídas de mercadorias. A importância que lhe é atribuída, em termos de trocas comerciais em época remota, pode aferir-se pela existência de armazéns, adegas destilaria e azenhas, no largo que veio a merecer o mesmo nome. Alguns

desses testemunhos resistiram até às últimas décadas do século XX tendo dado lugar: uns a novas construções para habitação, comércio e serviços e outros foram demolidos apresentando-se hoje como pequenos vazios urbanos, em virtude da crise económica e financeira com que nos deparamos. Infelizmente não foram encontrados vestígios arqueológicos ou documentos históricos que, de alguma forma, nos admitam aprofundar, com mais consistência, esta tese. Para tal terá contribuído a falta de conhecimento da importância que a arqueologia tem para fornecer dados que nos permitam podermos saber de onde viemos e, de uma forma mais apoiada, traçar o nosso futuro. Por outro lado, a eventual utilização de materiais facilmente percíveis nas estruturas de apoio ao exercício da atividade nestes portos, poderá ter levado ao desaparecimento de vestígios que pudessem proporcionar qualquer tipo de estudo. Nem aquando da construção das obras de rega do vale do Sorraia, que incluiu a contenção da margem direita do rio através da construção de uma parede inclinada em pedra, em meados do século XX, nem, mais recentemente, por volta do ano 2003, com a construção das obras do emissário para condução dos esgotos à estação de tratamento das águas residuais domésticas da vila, foram encontrados vestígios de quaisquer equipamentos alusivos aos aludidos portos.

Quanto ao porto Zambado, dado que não existe qualquer documento que se lhe refira, colocamos como hipótese e a merecer melhor atenção em estudos subsequentes, que se trataria de uma infraestrutura portuária pouco utilizada. Poderá significar também um porto onde aportariam barcos mais antigos, sem condições de navegação em segurança ou, quiçá, um pequeno estaleiro onde ocorreria a reparação de embarcações.

2.3 - A colina do Castelo na origem do povoado

A falta de elementos, quer documentais quer físicos, não nos permitem afirmar, de forma segura, que a colina do castelo esteve na origem da vila de Coruche. Todos os autores que a ela se referiram, nas várias vertentes dos seus estudos, não assumiram que tal pudesse ter acontecido, tais são as dúvidas que a esse respeito se colocam.

Porém, cremos que a apropriação do espaço da colina do castelo não surgiu *ex nihilo*, tão pouco a sua ocupação se deveu à chegada dos romanos, mas em consequência da instalação de um povoado de natureza tribal. Situação semelhante terá ocorrido no lugar designado por Monte do Lacrau onde, em resultado dos achados arqueológicos ali recolhidos, aponta para uma ocupação pelo homem pré-histórico do calcolítico, formando um povoado que dominava a lezíria. Ora, não havendo certezas quanto a esta questão e não estando nós também em condições de afirmar o que, de facto, se terá passado, mais não pretendemos do que colocar hipóteses, deixando para todos aqueles que se disponham estudar esta matéria, a busca de elementos que explicitem a verdade material dos factos e, consequentemente, a inequívoca origem e identidade da vila de Coruche.

Partamos então do princípio que poderão ter existido algumas semelhanças entre a ocupação da Colina do Castelo e o Monte do Lacrau, ainda que em tempos não coincidentes mas sempre antes da ocupação romana. Sabe-se que foi no período do Calcolítico, designado também pela idade do cobre, que surge a metalurgia. Este facto introduz significativas mudanças no quotidiano dos povos então já organizados em pequenas comunidades. A mudança do paradigma social surge face à criação de novas hierarquias que têm implicações ao nível da imposição da identidade que vem a ter consequências na rivalidade entre grupos, com repercussão na cada vez maior necessidade de defesa (Calais, 2003, pp. 38-39). A defesa a que atrás aludimos torna-se mais premente quando os Celtas, povo turbulento e guerreiro, invadem o território da Península Ibérica por volta do século VI a.C.

Porém, o povoado estabelecido no Monte do Lacrau, distava algumas centenas de metros da Calçadinha que se supõe ser uma via ancestral que estabelecia a ligação entre Évora e Santarém. Nessa medida parece-nos não ser descabido supor que na colina onde, mais tarde, se veio a erguer a atalaia/castelo, se tivesse então instalado um posto de vigia. O facto de o atravessamento do rio Sorraia e da lezíria afluir ao local onde hoje se encontra instalada a atual vila, vem reforçar a tese que apresentamos.

O surgimento da atalaia/castelo terá acontecido, porventura, por iniciativa do povo celta, tendo posteriormente servido para albergar as forças romanas, visigóticas, muçulmanas e cristãs, que por diversas vezes a tiveram que reerguer e adaptar às suas estratégias de defesa.



Fig. 13 - Representação do oppidum no cimo do monte.

Fonte: http://salles.sous.bois.free.fr/images/p04_histoire/histoire_oppidum_de_beauregard/oppidum_gaulois.jpg.
Acedido em 03 de julho 2016.

Nessa medida, aquando da ocupação romana, a colina do castelo apenas acomodaria um pequeno assentamento fortificado da idade do ferro (*oppidum*), funcionando, eventualmente, como ponto estratégico de um território de natureza tribal. (Fig. 13)

Com a chegada do povo romano as vias foram alvo de um estudo minucioso e muito bem concebido de forma a criar uma adequada ligação que lhe permitisse quer uma gestão a nível regional, através de uma rede de estradas secundárias ligando pequenos povoados, quer entre os grandes focos de desenvolvimento económico que, ao tempo, se constituíam como pontos estratégicos de excelência para a sustentabilidade do império romano. Foi a organização da rede viária, facilitadora destas ligações, com todas as vantagens que daí advieram, que permitiram proveitos para suportar quer a construção de novas vias quer a reparação das que já existiam. Os materiais de construção, processos construtivos e o sistema de financiamento aplicados à execução de infraestruturas romanas dão-nos, ainda hoje, bons exemplos de sustentabilidade, durabilidade e rigor financeiro.

Não existem dados relativos à densidade populacional da vila e seu termo nesta época. Contudo, essa referência com dados do século XV aponta: “Em 1430 existiam 110 vizinhos, segundo a Carta da Bolsa instituída por D. João I e em 1473 menos de 400 vizinhos” (Ribeiro, 2009, p. 109).

Ora, se assim era no século XV, no século XIII, ao qual se reporta esta análise, o número de vizinhos não seria superior aos 110, o que significa uma população reduzida,

levando a que a circunscrição que se faz da vila murada à zona da colina e sopé desta, não se afigure desprovida de consistência. (Fig. 14)

Obviamente que existiram fatores adversos como as guerras, as catástrofes naturais, as mortes por doença, entre outras, que poderão ter influenciado a densidade populacional, nos diversos períodos trazidos à colação neste trabalho. Uma das catástrofes que terá contribuído para a desertificação da vila terá sido a Peste Negra que, em meados do século XIV, no reinado de D. Afonso IV, se terá abatido sobre a população, contribuindo não só para a sua devastação mas também para a sua debandada em busca de refúgio nas zonas do litoral.

No entanto, a reconquista cristã, a atribuição do foral e a doação da vila à Ordem de Avis, não parece ter trazido, num horizonte temporal curto médio, grande evolução ou reconfiguração à vila existente. Há quem defenda que a vila foi conquistada aos mouros por Giraldo Giraldes, “*sem Pavor*”, que depois a ofereceu a D. Afonso Henriques, tal como havia acontecido na conquista da cidade de Évora no ano de 1165. Se tal aconteceu, provavelmente o rei D. Afonso Henriques nunca terá passado por Coruche. Assim sendo, poder-se-á admitir que a povoação fortificada tenha servido não apenas para precaver a defesa de Santarém, mas também para dar a sua contribuição na organização, implementação e defesa dos latifúndios que até aos nossos dias terão prescrito e constringido os destinos deste chão firmado no limiar do Além-Tejo.

2.4 - A carta de Foral

“Eu, el-rei D. Afonso, filho do conde D. Henrique e da Rainha Dona Teresa, juntamente com os meus filhos, el-rei D. Sancho, rainha Dona Urraca e rainha Dona Teresa, quero restaurar e povoar Coruche, que tomámos aos Sarracenos”.

Foi este o intento da carta de foral dada pelo rei D. Afonso Henriques, em 26 de Maio de 1182, aos habitantes de Coruche, que veio depois, em 1189, a ser confirmada por D. Sancho I, numa conjuntura caracterizada pela instabilidade face à guerra que ainda persistia.

Esta carta de foral foi baseada no modelo de Évora uma vez que, ao contrário do modelo de Santarém, tinha por base a adequação a uma sociedade militarizada de fronteira, dando-lhes particular hegemonia na hierarquia social. Saliente-se que Coruche, já antes era considerada não só como uma região privilegiada de acesso aos campos da zona de Évora como ao vale do Tejo e à cidade de Santarém, mas também um território de fronteira de onde se poderia partir para conquistar as terras do Além-Tejo. Nessa medida, o domínio militar era fundamental para assegurar a continuidade da sua apropriação pelas forças cristãs. A par dos privilégios concedidos aos militares, foram também e na mesma linha de

atribuição de responsabilidades na defesa do território, dados direitos semelhantes a outros homens, nobres e não nobres, que na sua posse tivessem armas.

Porém, para responder à necessidade de repovoamento do território e viabilizar a condição de sustentabilidade económica e social das pessoas que ali se quisessem fixar, seria necessário tomar medidas adequadas no contexto de um quadro fiscal atrativo. Mas, uma carta de foral é um documento jurídico para aplicação numa área geográfica delimitada, criando normas tendentes à organização social, económica e política dos habitantes a ela circunscritos. “Com efeito, a dinâmica concelhia coruchense poderá ser aqui percecionada somente de modo aproximativo e genérico” (Roldão & Serafim, 2012, pp. 11-21).

Deste período pouco ou nada mais se pode adiantar e, mesmo o que se disse, mais não significa do que hipóteses, baseadas no pouco que se encontra escrito ou é falado por estudiosos que, à pesquisa do que terá sido o passado da vila de Coruche, se dedicaram com toda a perseverança. É de notar o consenso existente entre os aludidos estudiosos no que respeita ao período em que a vila começou a extravasar as muralhas antigas e começou, paulatinamente, a ocupar o espaço disponível até à margem do rio Sorraia. Este facto coincide com a pacificação do lugar, em virtude da deslocalização definitiva da linha de fronteira defensiva mais para sul. Esse testemunho decorre da troca de informações entre o bispo de Évora, Soeiro II, e D. Fernando Enes, mestre da Ordem de Avis, texto no qual se pode ler que, no início do século XIII, existiam na vila três igrejas: a igreja de São Pedro no extremo nascente da vila, na praça central a igreja de São João Batista e a igreja de São Miguel na entrada poente da vila (Correia, 2012, p. 194).

Será de colocar como hipótese que a vila de Coruche só terá extravasado a segunda muralha, adossando a esta novas construções, como defendemos nesta dissertação, por volta dos séculos XIV e/ou XV. Para tal terão concorrido os benefícios que D. João I concedeu ao concelho, indo não só ao encontro do que defendia D. Afonso Henriques aquando da conceção do primeiro foral, mas reforçando a intenção de estimular o povoamento da vila com vista a conduzi-la ao imprescindível progresso que já o nosso primeiro Rei almejava. De entre os benefícios concedidos destacam-se a criação da Bolsa e da Estalagem, a restituição da parcela que havia sido retirada à vila para doar à Erra, facilitando a formação deste novo concelho, a doação de rendas destinadas a melhoramentos de infraestruturas bem como a regulação da repressão aos abusos e conceção de privilégios.

Terá sido também a partir desta altura que se começa a assistir ao aforamento, à sesmaria e à instituição de casais na periferia de grandes áreas de cultivo. Pessoas vindas do Minho e das Beiras, vieram a estabelecer-se no concelho, embora tal se não tivesse refletido diretamente na zona da vila.

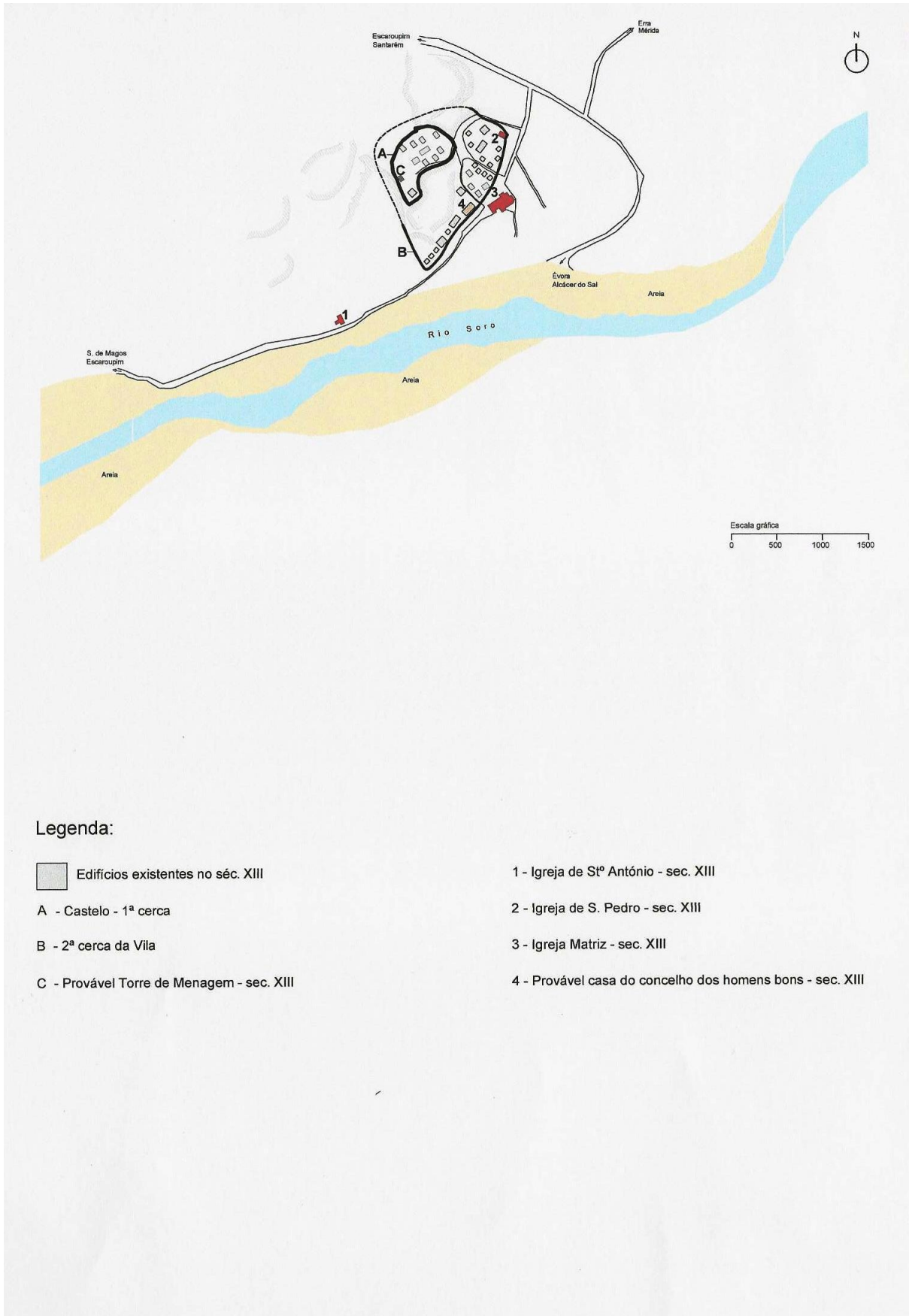


Fig. 14 - Representação da vila de Coruche no século XIII. (Autor, 2016)

CAPÍTULO III

3 - Evolução urbana da vila de Coruche

3.1 - A vila Medieval

O espaço urbano apresenta-se-nos multifacetado assumindo ora um caráter citadino ora um caráter rural. Estas duas diferentes formas de apropriações do espaço resultaram do modo como as várias gerações dele fruíram, permitindo-lhe, com a maior ou menor dificuldade face aos recursos disponíveis, que ali se fixassem e criassem relações de sociabilidade.

Quando nos referimos à forma urbana das vilas e cidades portuguesas não se pode deixar de ter presente que, desde o século XII a.C., diferentes povos passaram pelo território continental no qual deixaram marcas indeléveis. Daí que os traçados urbanos das vilas e cidades portuguesas possam manifestar características que evidenciam referências da matriz cultural desses povos.

No caso da presença visigótica, apenas se sabe que deram a sua contribuição para o reforço das muralhas, construídas pelos romanos e, nalguns casos, será possível que tenham sido os responsáveis pela construção das fortificações então erigidas em algumas vilas e cidades. Foi ainda na vigência da ocupação visigótica que foram construídas muitas igrejas, implantadas fora das muralhas, como é o caso da Basílica de Mértola.

Nas vilas e cidades medievais, não obstante algumas delas terem tido origem nas suas congéneres islâmicas, mas agora também habitadas por população cristã, ocorreram diferenciações funcionais e sociais, com incidência mais profunda nas aglomerações mais relevantes. As zonas de maior densidade comercial também albergavam os estratos sociais mais elevados, enquanto os arrabaldes e áreas mais degradadas acomodavam os estratos sociais mais desprotegidos que, em muitos casos, partilhavam espaços onde o ambiente era destituído de qualidade em virtude de ali estarem instaladas indústrias de olaria, curtumes, etc. A malha urbana apresentava características mais racionais, verificando-se ortogonalidade entre as ruas que se intersetavam, donde resultavam quarteirões, lotes e edifícios com configurações regulares. Ao contrário do que acontecia no período de ocupação muçulmana, o traçado das ruas principais seguia paralelo ao rio, sendo atravessadas ou a partir das quais saíam outras que, sendo perpendiculares às primeiras, davam acesso à zona ribeirinha (Gaspar, 1969, pp. 198-199).

Os recentes estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento urbano das cidades e vilas medievais têm sustentado a ideia de que, na maioria dos casos, as concretizações levadas a cabo nessa época, não se devem a um propósito particular de projeto urbano, encontrando analogia na estruturação espacial de áreas mais rurais, com quem instituem

uma relação ativa. A urbanização torna-se um método de ordenamento do lugar que beneficia a concentração humana, ao invés da dispersão que dificulta a interação social. Como refere Lewis Mumford, a planificação urbana na época medieval tem um caráter muito mais informal do que regular, uma vez que muitas das cidades e vilas desse tempo, tiveram fortes preocupações defensivas e, como tal, localizaram-se em sítios íngremes e de penoso acesso. Para este investigador, a origem histórica, as particularidades geográficas e o modo de crescimento bem como as formas organizacionais do território tradicionalmente ligadas aos meios rurais, eram as três grandes linhas de força que condicionavam o desenvolvimento urbano da vila e cidade medievais. Há um claro recuo da cidade medieval face à *civitas* romana, ocupando a primeira uma ínfima parte em relação à segunda.

O desenvolvimento comercial e industrial que começa a nascer por volta do ano 1000, na Europa Ocidental, vindo a propiciar o emergir de uma classe de mercadores e artesãos, provoca o surgimento da urbe na época medieval. A sociedade burguesa que daí resulta, vai torna-se no motor da nova economia urbana, alicerçada na permuta de mercadorias e bens, no aumento do tráfego de pessoas que giram entre portos, cidades de passagem, vilas de artesãos e centros mercantis. As cidades e vilas ribeirinhas, que dispunham de portos, vieram a ganhar nova hegemonia nesta época, atraindo a si grande número de pessoas provenientes do meio rural que, encontrando uma ocupação e um ofício, as libertou das árduas tarefas do campo.

Terá sido por volta de meados do século XIII que foi dado início à adoção de modelos racionais diligenciados por quem então detinha o poder. Tais modelos vieram a ter maior visibilidade entre os séculos XVI a XVIII, inseridos nos traçados urbanos do renascimento, em intervenções nas cidades militares no período iluminista. Todavia, terá sido durante finais do século XV e todo o século XVI, que ocorreu em Portugal um movimento de modernização urbanística, no sentido de renovar, alterar ou promover a expansão das vilas e cidades existentes. Esta modernização veio trazer novas dinâmicas no que diz respeito à reformulação dos espaços públicos existentes, à criação de novas praças associadas à construção das casas da Câmara, das Misericórdias e das igrejas Matrizas, cujos edifícios confinavam e estruturavam essas praças (Bettencourt, 2010. pp. 40-42).

Do mesmo modo, para além de apresentarem um estudo profundamente fundamentado sobre a questão atrás abordada, os investigadores Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, enumeram algumas características fundamentais comuns no que às cidades e vilas portuguesas diz respeito. Uma delas aborda a escolha apurada do local de implantação e a sua adaptação a esse território e, bem assim, a importância que os edifícios institucionais tiveram na estruturação da sua urbanização. Defendem ainda que a herança clássica é manifestamente presente na genética da cidade portuguesa.

Por outro lado, a cidade marítima está fortemente ligada a influência da cidade grega na qual se desenvolviam, com grande proeminência, as trocas comerciais. Este tipo de cidade apresentava dois polos distintos: a acrópole ou cidade alta, institucional e religiosa, e a cidade baixa, portuária e comercial.

Segundo os mesmos investigadores, o modelo das *civitas* romanas pressupõe um modelo de desenvolvimento assente na existência de dois eixos perpendiculares que se interseccionam, na circunstância o *cardus* e o *decumanos*, em cujo ponto se localiza o centro da vida urbana e institucional. Foi a partir destes dois eixos que se desenvolveram outros arruamentos, quer paralelos quer perpendiculares que, para além de estruturarem o crescimento urbano das vilas e cidades portuguesas, vão fazer com que a expansão urbana verificada nos séculos XIII e XIV venha a crescer para os arrabaldes.

Mas, no que à vila de Coruche diz respeito, poderemos identificar alguns elementos morfológicos que nos possam fornecer, de uma forma muito concreta, esse testemunho?

Margarida Ribeiro, na sua monografia *Estudo Histórico de Coruche* (2009, pp. 77-78), refere-se à existência de uns muros arcados que, na sua opinião, deveriam servir para suportar as terras que ameaçavam desabar. Descreve a localização dos ditos muros relativamente a construções que ainda hoje existem, mencionando também os nomes dos seus proprietários, à data.

Com base na informação atrás aludida, desenvolveu-se o traçado do muro em apreço, como se pode observar na representação cartográfica do que presume ter sido a vila no século XIII, que se inclui no capítulo II deste trabalho. (Fig. 14)



Fig. 15 - As cercas de Lisboa no século XVI. (s/d).
Fonte: Traçado das malhas de Lisboa.

A existência deste muro faz todo o sentido, constituindo-se numa preciosa ajuda na explicação de parte da morfologia urbana que estará na génese da vila.

Aliás, a necessidade da construção da segunda cerca revelava-se imprescindível quando se verificava um declive muito acentuado da encosta, no cimo da qual se encontrava instalado o dispositivo de defesa, comumente designada por crista militar. Assim, a segunda

cerca funcionava não apenas como um novo limite da ampliação ao povoado, à semelhança do que terá acontecido noutras povoações, como é o caso da cidade de Lisboa, que já não

oferecia capacidade para albergar a população intramuros, mas também como primeira linha de defesa, já que impedia a aproximação do inimigo à fortaleza militar sem ser visto. (Fig. 15)

Todavia, a forma e função do muro descritas pela autora atrás citada, não são coadunáveis. A geometria em arco nunca poderia, como é bom de ver, ser utilizada em construções com a função de suporte de terras, uma vez que não são apropriadas para resistir a cargas horizontais, para além de não conterem as terras que continuariam a erodir por entre os vãos abertos dos arcos. A função do arco era, pois, a de resistir a cargas axiais (verticais), sendo muito utilizados na construção de pontes, aquedutos e edifícios.

Seria este muro a simples demarcação de um qualquer limite? Não nos parece plausível uma vez que se não conhece, nem aos romanos nem a qualquer outro povo, tradição de construir obras sem uma utilidade muito premente.

Afigura-se mais plausível a existência do muro como limite da povoação que, após a reconquista cristã, foi doada por D. Afonso Henriques à Ordem de São Bento de Évora, mais tarde designada por Ordem de Avis. Neste caso, a probabilidade de existirem construções no sopé da colina, na zona intramuros, para proteção dos moradores contra pilhagens e guerras, não se afigura destituída de fundamento.

Sobre esse muro, cujos arcos deveriam corresponder às entradas da antiga vila, terão sido construídos, entretanto, edifícios que, em alguns casos, entre as suas frentes e o tardoz, apresentam uma diferença de nível correspondente a dois pisos. Uma boa parte das fachadas principais desses vetustos edifícios vieram a conformar a Praça Principal, a Rua Direita e a Rua de São Pedro, que se constituem como os elementos mais preponderantes e de excelência na organização da matriz estrutural urbana da vila. Nessa medida, a praça terá surgido extramuros como espaço público, em função dos edifícios que a ladeavam e representavam, em cada momento, o poder económico, político e administrativo instituído.

Embora não haja certezas mas tudo aponta para que, extra segunda cerca, existisse uma rua estruturante que estabelecia a ligação entre os dois extremos opostos da vila. Do lado poente, desde o adro da igreja com orago de São Miguel, que segundo alguns historiadores terá, numa fase anterior, existido na colina do castelo e que a partir do século XVII passou a ter como orago Santo António. Do lado nascente o adro da igreja com orago São Pedro. Um terceiro templo religioso existia sensivelmente a meio deste percurso, designado como igreja matriz ou igreja da praça, de invocação de São João Batista, marcando indelevelmente este espaço como elemento central aglutinador das relações sociais. Não obstante se desconhecer o exato ano de construção de qualquer um destes templos religiosos sabe-se, no entanto, que no século XIII já todos eles existiam.

Mas, esta importante via estruturante, não serviria apenas para estabelecer a ligação entre os extremos poente e nascente da vila. Enquanto para sul ela ligaria ainda a *villae* romana de Santa Luzia e o Monte do Lacrau, num contexto mais periférico, alargaria ainda a ligação, num âmbito mais regional, ao Paul de Magos, a Salvaterra de Magos e, conseqüentemente, a Santarém pelo Escaroupim. Para nascente fazia a ligação à via que estabelecia o percurso entre Évora e Santarém e, provavelmente, seguiria para a Erra, Montargil até Mérida.

O cruzamento destas duas vias, que se localizaria nas imediações da igreja de São Pedro e do atual Largo Terreiro do Brito, em tempos designada por Calçada Grande, onde se crê ter existido outra das portas principais de entrada do castelo, ter-se-á revelado da maior importância, não só para os habitantes da vila como também para os viajantes que por ali passavam.

Não será de excluir, naquela zona, a existência de uma estrebaria, onde se prestava assistência aos viajantes e montadas aquando das suas deslocações entre povoados mais distantes. A sustentar esta hipótese poder-se-á adiantar que ainda em meados do século XX, nas imediações do local que se designa, existia um chafariz, uma oficina de ferreiro e uma oficina de ferrador.

Outro indicador relevante é trazido à colação pela Dr.^a Ana Maria Diamantino Correia, na sua obra *A saúde pública no concelho de Coruche 1820-1910*, (2015), que, na sua página 109, apresenta um quadro intitulado *profissões dos doentes do sexo masculino do hospital de Coruche*, no qual menciona um indivíduo com a profissão de almocreve.

À medida que a praça se foi consolidando, mormente em consequência da



Fig. 16 - Inundações na Vila por volta dos anos 30 do século XX. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.

construção da igreja de São João Batista, a toponímia interferiu naquela vetusta rua fragmentando-a em três troços:

1 - Rua Direita, no troço poente, entre o largo a igreja de Santo António e a Praça;

2 - Praça propriamente dita no troço central;

3 - Rua de São Pedro, no troço nascente, entre a Praça e o largo de São Pedro.

Pelo que se sabe tudo leva a crer que a vila, no século XIII, se localizava no cimo da colina e, porventura, numa diminuta plataforma existente entre o sopé desta e a segunda

cerca. O espaço entre a segunda cerca e o rio seria uma zona inundável na maior parte da sua área, onde a construção seria praticamente impossível à época. Note-se que a zona a que aludimos, ainda se encontrava sujeita a grandes inundações até aos anos 80 do século XX. (Fig. 16)

São do início deste século as primeiras imagens que nos chegaram das muralhas e da torre sineira, com relógio, do Castelo de Coruche. É também manifesta a existência de torres de vigia nos cantos das muralhas. (Fig. 17, 18)



Fig. 17 - A muralha e torre do Castelo vistas do lado poente. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.



Fig. 18 - A muralha e torre do Castelo vistas do lado sul. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.

3.2 - A vila no século XVI

Até ao século XVI não se vislumbra grande evolução na vila. No censo de 1532, publicado no título da vila de Coruche pode aferir-se “tem esta vila duzentos e onze moradores (...) no seu termo tem trinta moradores (...) ao todo são trezentos e quarenta e um moradores. De entre todos cento e cinquenta são homens mancebos que vivem com seus pais” (Ribeiro, M. 2009, pp. 106-107).

É na toponímia que também se conseguem alguns elementos prenunciadores do processo evolutivo da povoação. Na segunda metade desta centúria, existe uma referência à Rua do Terreiro de São Pedro e à rua da Ostearia. A primeira será a atual rua de São Pedro e, a segunda, perpendicular à primeira e servindo o adro da igreja da Misericórdia, já deixava clara a intenção de um crescimento da vila para sul, em direção ao rio Sorraia.

Com a queda de Constantinopla, por volta de meados do século XIV, o império Otomano procede ao bloqueio das rotas comerciais, quer terrestres quer marítimas que, sob o domínio de mercadores do norte de África, do Médio Oriente e no caso do Mediterrâneo a República de Veneza faziam chegar as especiarias aos vários pontos do mundo então conhecido e à Europa. Estes bens, à época essenciais e de custos muito elevados face à

sua escassez, não só faziam parte da cadeia alimentar dos povos, como também eram utilizados para conservação dos alimentos perecíveis, para produzir medicamentos e até, em consequência do seu valor monetário, utilizados como meio de pagamento de bens e serviços.

Perante a falta das especiarias, em resultado do bloqueio operado pelos Otomanos,urgia encontrar alternativas que mitigassem tal situação.

Uma das respostas que o povo Coruchense encontrou passou por um imediato progresso na produção agrícola, sustentado nos latifúndios instituídos, que tiveram maior preponderância por força do foral manuelino então concedido por aquele rei. A exploração da cortiça, a plantação de vinhas, a indústria de curtumes e laticínios viriam a dar origem à implantação de oficinas de tanoaria, de caldeireiro, de calafate, etc. Estes ofícios revelaram-se de extrema importância para dar respostas às solicitações, em termos de fabrico e reparação, de equipamentos e alfaias quer no que respeita à indústria naval querem no que à agricultura diz respeito.

Uma resposta mais global é posta em prática pelo rei de Portugal que lança os seus marinheiros à descoberta do caminho marítimo para a Índia, com o objetivo de vir a controlar uma nova rota das especiarias, o que veio a acontecer.

Estas circunstâncias terão feito com que a vila se voltasse para o rio, no momento a mais promissora via de transporte fluvial para os produtos provenientes do desenvolvimento agrícola que se estava a manifestar. Será a partir desta data que os portos fluviais se irão revelar cruciais não só para expedir os produtos excedentários produzidos nos férteis terrenos agrícolas como também para ali aportarem os barcos que traziam os produtos importados das mais diversas partes do mundo e se revelavam necessários para obviar às carências dos habitantes da vila e seu termo.

Para responder às necessidades emergentes da instalação dos portos fluviais e do consequente posto de controlo alfandegário, começaram a acomodar-se, na sua periferia, não só alguns ofícios mas também algumas construções de apoio.

É de admitir também, tendo em conta o desenvolvimento agrícola então desencadeado e a existência de portos fluviais, que tivessem sido instaladas azenhas naquelas imediações, de forma a transformar os cereais em farinha, tornando assim menos oneroso e mais fácil o seu transporte para outras regiões. Estes equipamentos, dependentes da água do rio que lhe fornecia a força motriz, eram instalados nas imediações deste, ficando, no entanto, salvaguardados das inundações que ocorriam com alguma frequência. Nessa medida, terão sido executadas algumas obras de hidráulica que faziam passar, por esses locais, pequenos cursos de água que, umas vezes com a velocidade constante da corrente, consequência do acentuado desnível do próprio rio, outras vezes

através de pequenas quedas de água tinham a força suficiente para imprimir movimento às suas pesadas mós.

Numa escavação levada a cabo há cerca de um ano, para acomodar a colocação de contentores enterrados para recolha com vista à reciclagem de resíduos sólidos urbanos, sensivelmente na interseção dos eixos do Largo Porto João Ferreira com a Travessa das Atafonas, foi encontrada uma galeria construída em tijolo, que estabelecia o princípio dos vasos comunicantes com o nível da água do rio Sorraia, que se coloca como hipótese poder ter sido essa a sua função.

O século XVI traz ainda à vila de Coruche a construção da igreja da Misericórdia, a fundação de parte da ermida de Nossa Senhora do Castelo e a anexação de casas à confraria da Misericórdia de Coruche, por alvará do Cardeal D. Henrique, para que servissem de hospital (Janeiro, 2006, p. 26).

Porém, no primeiro ano da terceira década do século XVI a vila sofre mais um revés em resultado de um sismo que fez ruir algumas casas e igrejas, motivando, quiçá, alguns atrasos e constrangimentos no que à evolução da vila diz respeito. Desde então e até meados do século XVIII, a vila parece ter beneficiado de tempos de sossego no que às catástrofes diz respeito, permitindo o seu desenvolvimento urbano, social e económico.

Todavia, durante este período, outros acontecimentos relevantes ocorrem pela Europa, relativamente aos quais Portugal e necessariamente a vila de Coruche, não terão passado incólumes.

Um deles teve a ver com a profunda crise em que se encontrava a igreja católica em consequência do luxo e opulência em que viviam muitos membros do alto clero, contrastando com o despojamento e humildade manifestados pelos elementos de outras congregações religiosas. Surge então o movimento da Contra Reforma que tem como mentor o monge alemão Martinho Lutero que, com a doutrina que defende, não tarda a ter apoio por parte dos príncipes alemães, já que estes vislumbravam vir a ter a posse dos bens pertencentes à igreja católica. Mas, a igreja católica lança o movimento de renovação interna, designado por Reforma Católica, assumindo novamente uma posição hegemónica relativamente ao protestantismo preconizado por Martinho Lutero. Para defender o Catolicismo e promover a sua difusão pelo mundo, Inácio de Loyola cria uma nova ordem religiosa denominada Companhia de Jesus. Será de crer que, as dúvidas suscitadas pela posse dos bens da igreja, durante este período, se tenham refletido negativamente no que ao desenvolvimento da vila de Coruche diz respeito.

O outro acontecimento relevante teve a ver com o fato do reino de Portugal ter caído no domínio espanhol dando origem à Dinastia Filipina, com a aclamação de Filipe I como rei de Portugal nas cortes de Tomar. Neste novo contexto, Portugal teve que ombrear com

outras grandes potências no que respeita às rotas marítimas, nomeadamente com a Holanda e os países baixos por se encontrarem em guerra com Espanha, grandes potentados no domínio dos mares. Esta forte concorrência, mormente no que ao comércio do oriente diz respeito, que terá inevitavelmente provocado constrangimentos de várias ordens, terá levado a que os portugueses viessem a perder o controlo de alguns portos no Brasil e norte de África e se direcionassem para a exploração dos territórios mais atlânticos, nomeadamente São Tomé e Príncipe. Esta nova opção vem dar origem a um período de prosperidade do qual os portugueses souberam tirar vantajosos proveitos que consubstanciam o desenvolvimento que a burguesia mercantil adquiriu tanto no porto de Lisboa como em vários outros portos portugueses. Terá sido este desenvolvimento que acaba por trazer aos portos fluviais de Coruche maior dinâmica.

No dia 1 de Dezembro de 1640 Portugal restaura a sua independência com a proclamação de D. João IV como Rei de Portugal. Após esta façanha e tendo D. João IV a forte convicção de que, a qualquer momento, viria a sofrer nova investida por parte de Espanha, no sentido de reaver o poder no território, empreendeu uma forte campanha na restauração, reforço e modernização das vilas, cidades e fortalezas estratégicas, com mais enfoque nas fortificações fronteiriças, de modo a resistirem eficazmente ao novo poder bélico daquela potência militar. É neste contexto que surgem os novos preceitos da arquitetura militar que, em alguns casos, ainda hoje podemos testemunhar.

No entanto, face a esta nova situação, as vilas, cidades e fortificações do interior do país, onde reinava a acalmia e a paz, assistiam ao seu declínio em termos militares e de defesa. A vila e particularmente o castelo de Coruche não terão permanecido imunes a esse declínio. Fig. 19)

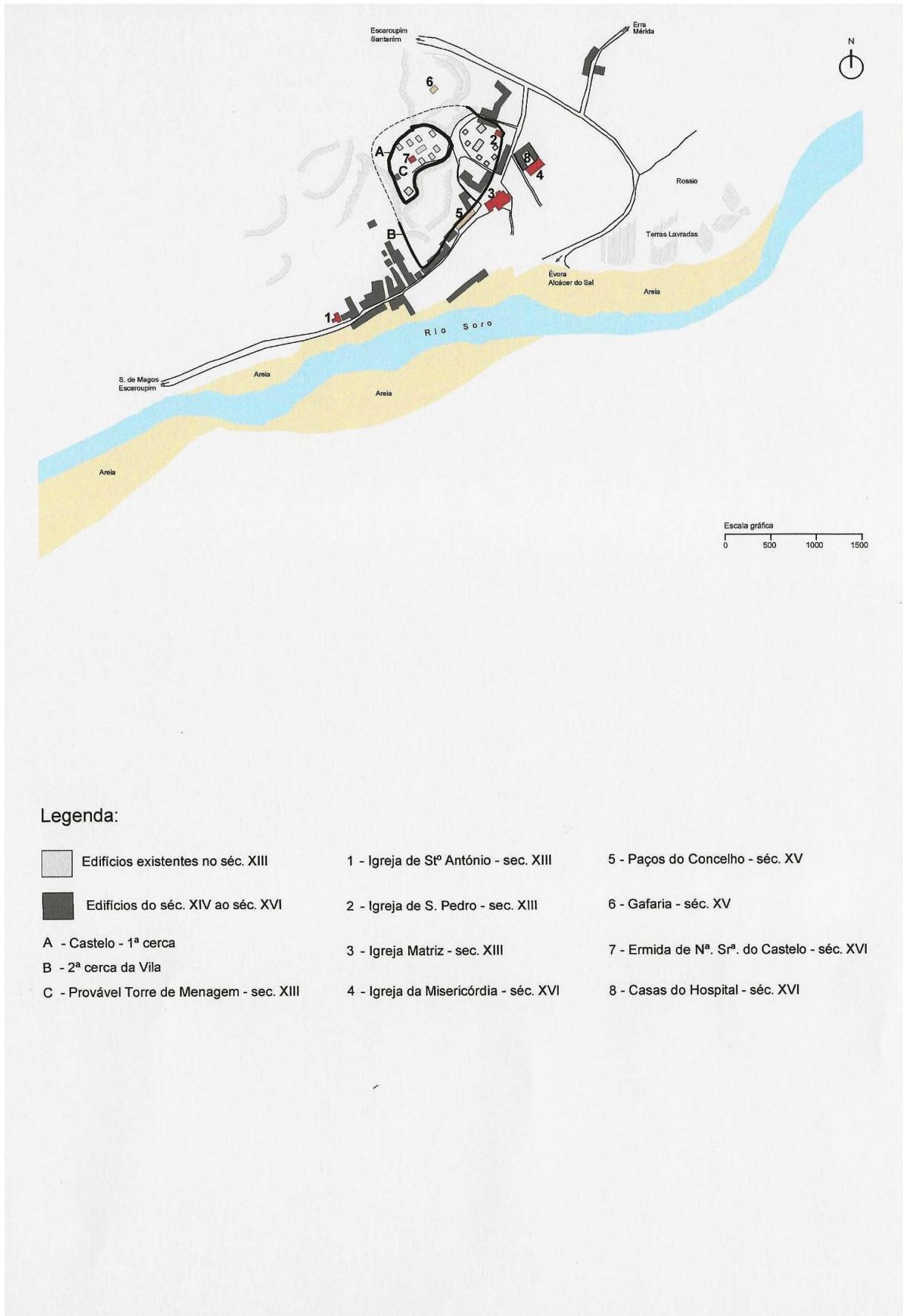


Fig. 19 - Representação da vila de Coruche no século XVI. (Autor, 2016)

3.3 - A vila em finais do século XVIII

Segundo os dados a seguir mencionados, terá sido nos séculos XVII e XVIII, que se assiste a uma evolução significativa no que concerne à ocupação da vila de Coruche, que se acercou da margem direita do rio Sorraia, com forte proeminência na zona dos portos fluviais. “No século XVIII, com os dados fornecidos pelas cartas de resposta ao Marquês de Pombal, inseridas no Dicionário Geográfico do Padre Cardoso (Torre do Tombo), podemos analisar a densidade populacional dentro do termo de Coruche... 2851 habitantes.” (Ribeiro, 2009, p. 110). Todavia, estes dados não nos revelam o número de habitantes circunscritos ao perímetro ocupado pela vila, incluindo também os que viviam no seu termo, relativamente ao qual se desconhece a sua abrangência geográfica. Segundo Margarida Ribeiro (2009), eram considerados arrabaldes da vila as terras que se encontravam situadas a oeste da



Fig. 20 - Carta topográfica da vila de Coruche de 1789.

Fonte: Nazareth, M. & Sousa, F. (1983) in: A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime.

Igreja de Santo António, o sítio então designado por palheiros ao qual se veio a juntar, em fase posterior, o Bairro Alegre. Ora, se o termo da vila correspondia a terras de uso predominantemente agrícola, não seria significativo o número de habitantes que por ali vivia. De notar ainda que, a densidade populacional atrás referida, excluía outros povoados designadamente o Couço, Santa Ana do Mato, São Torcato, Nossa Senhora do Peso, São Romão, vila Nova da Erra e Santa Justa. Assim sendo, é de crer que à densidade populacional de 2851 habitantes, poucos se poderão subtrair para se obter os que viviam dentro dos limites da vila.

É também no século XVIII, mais precisamente no ano de 1789 que, por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor, é elaborado o primeiro mapa topográfico da vila de Coruche. É de salientar que, não obstante o mapa ser enquadrado no século XVIII, a data da sua execução é, praticamente, de finais deste século. (Fig. 20) Significa esta alusão que, a representação urbana nele contida foi diferida no tempo ao longo do século XVII e de quase todo o século XVIII. Este mapa mostra-nos claramente uma ocupação urbana que se aproxima cada vez mais do rio, na altura designado por Soro, assumindo-se quase tangente a este na zona do Porto João Ferreira. O traçado das ruas e a definição dos quarteirões tem uma forte analogia aos que ainda hoje existem, não obstante terem sido objeto de reconfiguração face à expansão de que a malha urbana tem vindo a ser alvo ao longo dos tempos.

Sem agravo de que tenham existido construções, porventura mais rudimentares e mais antigas, no espaço hoje ocupado pela vila, estas não terão chegado ao conhecimento dos que aos vários estudos sobre esta terra se têm dedicado. O que parece não restarem dúvidas é que os habitantes da vila não se dedicavam aos trabalhos agrícolas. Eles dedicavam-se ao comércio e serviços, uns na qualidade de empregadores outros de empregados. O alvo do investimento das famílias mais poderosas do país nunca foi esta região, não obstante os benefícios e regalias oferecidas pelos sucessivos monarcas para que tal viesse a acontecer. Este fato veio a favorecer a concentração de recursos num número muito reduzido de latifundiários a quem pouco interessava o crescimento económico e social deste concelho. Os dois períodos de crescimento económico mais relevantes deram-se mais tarde. O primeiro na transição do século XIX para o século XX, marcado pela transição do regime monárquico para o regime republicano que faz emergir a cultura do patriotismo cívico e o segundo a partir dos anos quarenta do século XX com o plano de desenvolvimento agrícola introduzido por Salazar.

Os trabalhadores agrícolas habitavam em pequenos povoados instalados nas grandes herdades que proliferavam pelo concelho e que eram compostos, regra geral, por uma casa senhorial, residência dos patrões, casa dos criados, designação dada aos

trabalhadores contratados anualmente, instalações para acolher pessoal migrante para trabalho sazonal e instalações para armazenamento de maquinaria, alfaias e produtos obtidos na exploração dos terrenos.

Em finais do século XVII/início do século XVIII, em resultado da oferta de comércio e serviços então instalados na vila, as famílias mais poderosas do concelho sentiram-se atraídas para ali construírem as suas casas e nelas viverem evidenciando, dessa forma, o seu alto estatuto social. Também a maior proximidade dos centros do poder concelhio, cujas deliberações interessava conhecer antecipadamente se não influenciar, terá entrado na equação que levou a tal decisão.

Na planta que a seguir se apresenta, desenhada pelo autor sobre o mapa topográfico datado de 1789, já se encontram representados os edifícios a que atrás se aludiu, aos quais se aplicou um código cromático alusivo às prováveis datas da sua construção. (Fig. 21) Esta datação teve por base não só elementos recolhidos na Câmara Municipal de Coruche, para os edifícios relativamente aos quais existem processos de obras ou foram objeto de obras de melhoramento, mas também um trabalho encomendado pela Câmara Municipal e Museu Municipal e levado a cabo pelo Centro de Arqueologia de Almada no ano de 2006.

No entanto, enquanto o trabalho atrás referido contempla a zona do Centro Histórico, a planta que ora se apresenta reflete uma zona mais abrangente, nomeadamente o Bairro Novo e Santo Antonino, uma vez que ambas traduzem uma expansão significativa da vila, sendo para a segunda que foram deslocalizados a maioria dos edifícios públicos outrora acomodados no Centro Histórico.

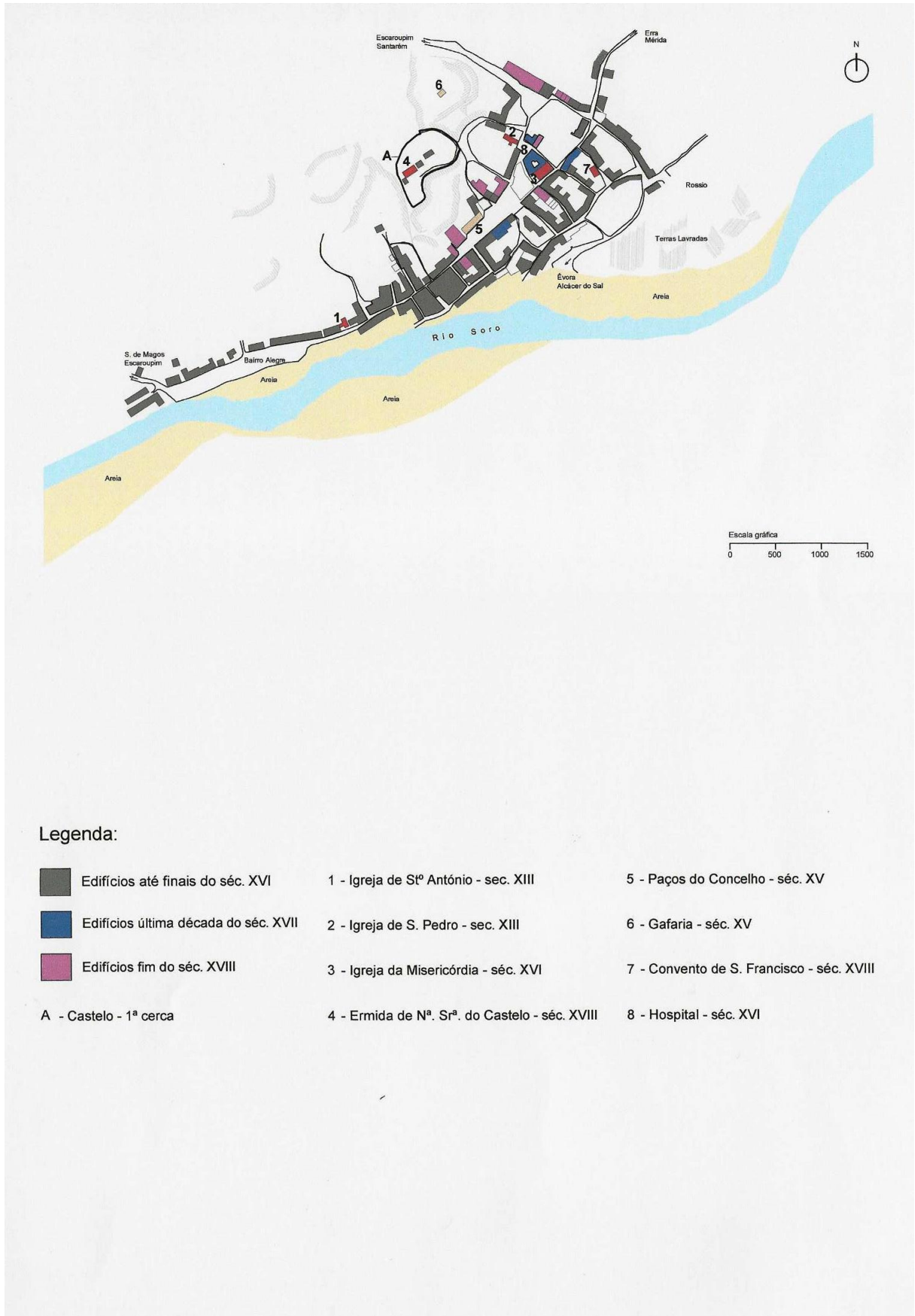


Fig. 21 - A vila de Coruche no século XVIII. (Autor, 2016).

3.4 - A vila no século XX

Em inícios do século XX, a vila, nomeadamente a área geográfica representada neste estudo, tinha um total de 329 fogos. (Quadro I – Anexo 6)

A sismicidade histórica no Ribatejo caracteriza-se por ocorrências de alta densidade, tal como demonstram os sismos dos anos de 1531, 1909 e 1914. Foi no dia 23 de abril de 1909, pelas 17 horas, que teve lugar um sismo que atingiu uma magnitude ligeiramente inferior a 7, na escala de Richter, com origem no sistema de falhas do Vale do Tejo e cujo epicentro se localizou na zona de Benavente/Samora Correia. (Fig. 22)



Fig. 22 - A destruição provocada pelo sismo de 1909. (s/d).
Fonte: <http://fotos.sapo.pt/fotosamora/perfil>. Acedido em 10 agosto 2016

Nesta região a catástrofe veio a causar, para além de avultados estragos no parque habitacional, 46 vítimas mortais e 75 feridos. Os prejuízos humanos não terão sido mais devastadores pelo facto de, àquela hora, grande parte da população se encontrar a trabalhar nos campos agrícolas, logo fora das habitações. É de salientar o carácter precário das construções que existiam à data. A partir daqui começam a ser introduzidas novas técnicas de

construção com o propósito de lhe conferir maior resistência às ondas de vibração impostas pelos sismos. Opta-se pela construção de piso térreo, com cobertura de duas águas, planta retangular alongada e regular. Em termos construtivos os paramentos estruturais recorrem ao sistema de parede frontal, socorrendo-se do emprego de esqueleto de madeira, preenchido com alvenaria de pedra ou adobe, numa versão mais simples da gaiola pombalina. Os muros dos pátios posteriores surgiam no prolongamento das paredes estruturais conferindo uma maior eficácia na solidez do conjunto. Outro dos elementos mais frequentemente utilizados para resistir aos sismos é o contraforte. São, regra geral, aplicados na fachada tardoz e nos ângulos de remate dos conjuntos.

Dada a proximidade da vila de Coruche, crê-se que também tenha sofrido as consequências desta catástrofe. Daí que o número de fogos acima referido possa representar o levantamento dos que tenham resistido a tal catástrofe.

Diz-nos Ribeiro (2009, p. 109), que o número de fogos existente em Coruche era de 350 em 1673 e de 336 em 1755, presumindo-se que esta diminuição se deu em resultado do terramoto deste último ano. Nessa medida, será de crer que a quantificação do número

de fogos, que se cifra em 329 no ano de 1909, se refira a data posterior ao sismo ocorrido neste ano e que, antes deste, a vila contaria com um mais elevado número de residências.

Ao longo da primeira metade do século XX, verifica-se uma evolução na malha urbana da vila, para a qual contribuíram, uns negativamente e outros positivamente, os fatos que a seguir se enumeram:

- Em 1904 é inaugurada, pelo rei D. Carlos, a linha do caminho-de-ferro entre Setil e Vendas Novas, com estação em Coruche, bem como as respetivas pontes que, por insistência do Eng.º Vasconcelos Porto foram construídas junto a Coruche, sobre o rio Sorraia e sua lezíria. Sem a insistência deste engenheiro, o traçado da linha ter-se-ia afastado da vila com todas as consequências negativas que daí advinham.

- A transição da monarquia para a república, que acabaria por ser confirmada em 1910, refletiu-se, inevitavelmente, no processo evolutivo da vila.

- Em 1914, a participação de Portugal na Segunda Guerra Mundial, traz ao país e particularmente a Coruche, um novo revés.

- Em 1923, a Empresa Ferro-Esmalte de Coruche Limitada, inicia a sua atividade de fabrico e venda de louça de ferro em preto, estanhada, e polida, louça sanitária e artigos congéneres e, sob encomenda, peças decorativas. Porém, essa empresa veio a falir em 1928, passando aquelas instalações a funcionar como fábrica de descasque de arroz.

- Em 1930 é inaugurada, pelo General Carmona, a primeira e mais extensa ponte rodoviária sobre o rio Sorraia e, as restantes seis, no ano de 1932. Terminou aqui a era das pontes e pontões de madeira e dos barcos e jangadas que, em tempo de cheias, faziam a travessia do rio transportando trabalhadores, animais e produtos.

- Em 1940, O Dr. Oliveira Salazar introduz um plano de desenvolvimento industrial para responder à crise aberta pela grande depressão promovida pela retração da oferta externa e das acrescidas dificuldades económicas e financeiras de exportação.

- Em 1941 foi construído o mercado municipal, concentrando ali a venda de hortaliças e frutas, antes transacionadas na Praça do Comércio, hoje Praça da Liberdade, e a venda de peixe, antes realizada na antiga Praça do Peixe, hoje Largo Porto João Felício. Nas imediações do mercado municipal, num espaço então designado por Rossio, passou a realizar-se, desde meados do século XVIII, a feira anual de São Miguel e, cerca de dois séculos mais tarde, ali passou a instalar-se o mercado mensal.

Assim sendo, a então Praça do Comércio, começou a perder a sua hegemonia de espaço central, começando a dividi-la com esta nova centralidade que, com o decorrer do tempo, foi ganhando mais consistência.

Assiste-se ainda à construção do Matadouro Municipal, que veio dar origem à ampliação dos Bairros de Baixo, juntando-se-lhe o chamado Bairro do Matadouro,

ampliando a vila para poente, enquanto para nascente esta se expandia com a construção do então designado por Bairro Novo, que mais tarde se denominou Bairro Luís Alberto de Oliveira. Surgindo para responder às necessidades habitacionais de um conjunto de pessoas que, trabalhando no comércio, indústria e serviços, designadamente comerciantes e seus funcionários, elementos das forças de segurança, funcionários públicos, sapateiros, barbeiros, etc., se foram instalando no edificado da parte mais antiga da vila, apresenta-se como o primeiro Bairro planeado, com um traçado racional das ruas e dos lotes. Os edifícios eram, à data, na sua maioria de apenas um piso com raras exceções com dois pisos.

Ora, esta situação, vem reforçar aquilo que já atrás se disse, quando se colocava como hipótese que os habitantes da vila de Coruche, não se dedicavam aos trabalhos na agricultura. A vila terá sido o centro motor do paulatino crescimento que se foi verificando no setor da agricultura, apoiada na utilização desses serviços. Tanto a vila como a agricultura, só vão sentir um desenvolvimento mais rápido com a implementação do Plano de Rega do Vale do Sorraia que, nesta data, se encontrava em fase de projeto.

As duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, também não trouxeram à vila maior incremento em termos de evolução urbana. O forte fluxo de emigração e as guerras coloniais revelaram-se devastadores para o desenvolvimento tanto do país como da vila de Coruche. A agricultura debatia-se com graves problemas de falta de água provocada pelas secas ocorridas em anos sucessivos. A construção do aterro, na extensão compreendida entre o Monte da Barca e a margem esquerda do atual rio Sorraia, no qual se intercalam as sete pontes metálicas, terá contribuído em grande medida para a mutação dos caudais e o conseqüente desvio dos mesmos, culminando no assoreamento dos seus leitos. A conjugação destes dois fatores levou a que o rio Sorraia, no período de verão, tivesse completamente vazio, situação que era aproveitada, pelas pessoas mais pobres, para ali desenvolverem a criação de animais que posteriormente abatiam para sua alimentação. A insalubridade que daí resultava levou a que os proprietários dos terrenos confinantes com o rio, ao construírem as suas habitações, lhe voltassem as costas, dando para ele os logradouros das suas casas.

Para obviar à circunstância da falta de água, começa a ser implementada, no ano de 1951, a construção da obra do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia, que ficou concluída no ano de 1959. O florescimento da agricultura, que se verifica a partir daqui, vai dar lugar à mecanização e, conseqüentemente, à necessidade de instalação de oficinas para reparação das mesmas na zona das hortas. A atual Rua 5 de outubro acaba por ficar ladeada a norte por edifícios destinados a oficinas e pavilhões de máquinas agrícolas e, a sul, pelos edifícios públicos ligados àquele setor de atividade, na circunstância as sedes da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia e do Instituto Nacional de

Investigação Agrária. Um pouco mais tarde, deste mesmo lado, vieram a instalar-se a estação rodoviária e a sede do então Banco Nacional Ultramarino. No ano de 1956, na periferia do Rossio, é construída a praça de touros de Coruche e, na década de 80 o pavilhão gimnodesportivo. Recentemente foi levada a cabo a obra do arranjo urbanístico da zona do Rossio, tornando-a num espaço polivalente devidamente ordenado. Um amplo espaço de estacionamento bem organizado transforma-se, esporadicamente, num recinto onde também de forma muito organizada, ocorrem as festas ou eventos culturais e/ou desportivos.

Ora, a instalação de todos estes equipamentos nesta latitude, logo na zona periférica do Rossio onde, como se diz atrás, já havia sido construído o edifício do Mercado Municipal e ocorriam as feiras e os mercados mensais, veio fortalecer ainda mais a dinâmica de circulação de pessoas e bens. Esta nova centralidade, firmada em razão dos equipamentos e serviços de que dispunha, trouxe consigo a necessidade de edifícios de habitação. Assim, assiste-se à densificação e ampliação da vila a nascente. Para responder às necessidades dos antigos e novos habitantes desta zona, instalou-se, recentemente, uma grande superfície comercial.

Por outro lado, na zona de planalto designada por Santo Antonino, já algumas construções ladeavam, ainda que muito pontualmente, a estrada que ruma a Santarém. Ora, sendo esta uma das poucas zonas para onde a vila tinha hipóteses de se vir a expandir em termos urbanos, não tardaram os políticos a tomar medidas para que tal viesse a acontecer. O primeiro passo nesse sentido foi dado no ano de 1975, quando foi criado o curso complementar dos liceus. Para fazer face a esta nova realidade houve necessidade de recorrer à instalação de pavilhões em material pré-fabricado, já em Santo Antonino. Este novo espaço acomodava os alunos do ensino liceal enquanto os alunos dos cursos técnicos continuavam a ter aulas no edifício particular, inicialmente designado por Externato de Santo António e, em 1971, arrendado pelo Estado Português para funcionar como Secção de Coruche da Escola Comercial e Industrial de Santarém, situado no Bairro Alegre. Nas imediações dos pavilhões pré-fabricados é construída a Escola Secundária de Coruche que começa a funcionar no ano de 1986. Em 1996 são abandonados os pavilhões pré-fabricados para, no mesmo local, ser instalada a Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos. Hoje em dia, todos os equipamentos escolares se encontram praticamente concentrados naquela zona.

Em 1991 é aprovado o Plano de Pormenor de Santo Antonino Norte que vem dar um forte impulso na expansão da vila para aquela latitude. Não tardam a surgir loteamentos que, seguindo todos os parâmetros urbanísticos plasmados naquele importante instrumento de planeamento urbanístico, levaram à reconfiguração daquele pedaço de território que,

com o emergir de edifícios de habitação, se nos apresenta hoje como um espaço onde é agradável viver.

Daí que no ano de 1993 para lá tenha sido deslocado o Centro de Saúde de Coruche, a funcionar até ali e desde a sua criação no edifício do Hospital da Misericórdia, no Largo de São Pedro. No ano de 2000 são transferidos, também para aquelas imediações, o Tribunal Judicial e a Conservatória do Registo Civil e Predial, que anteriormente funcionavam no edifício dos Paços do Concelho, na Praça da Liberdade. Dois anos depois assiste-se à inauguração das Piscinas Municipais e, poucos anos mais tarde à inauguração do Estádio Municipal Professor José Peseiro, ambos naquela zona.

Hoje, na zona de praça antiga, em termos de edifícios públicos em funcionamento, apenas existe o que alberga os serviços centrais do Município de Coruche, que também dispõe de instalações no Rossio e na Zona Industrial do Monte da Barca.

A instalação de duas grandes superfícies comerciais nas imediações desta zona veio reconfirmá-la como um novo espaço capaz de reivindicar para si uma nova centralidade.

É bom de ver que, todas estas opções, levadas a cabo pelos decisores políticos que foram ocupando os cargos ao longo dos tempos, levaram a que a vila se fragmentasse de tal forma que, hoje, não existe um espaço que possamos identificar como elemento único de centralidade. Sabemos sim que, a zona de praça antiga está cada vez mais abandonada e decrépita e, se nada for feito a curto médio prazo, acabará por ficar deserta e sucumbirá ao paulatino mas implacável passar do tempo.

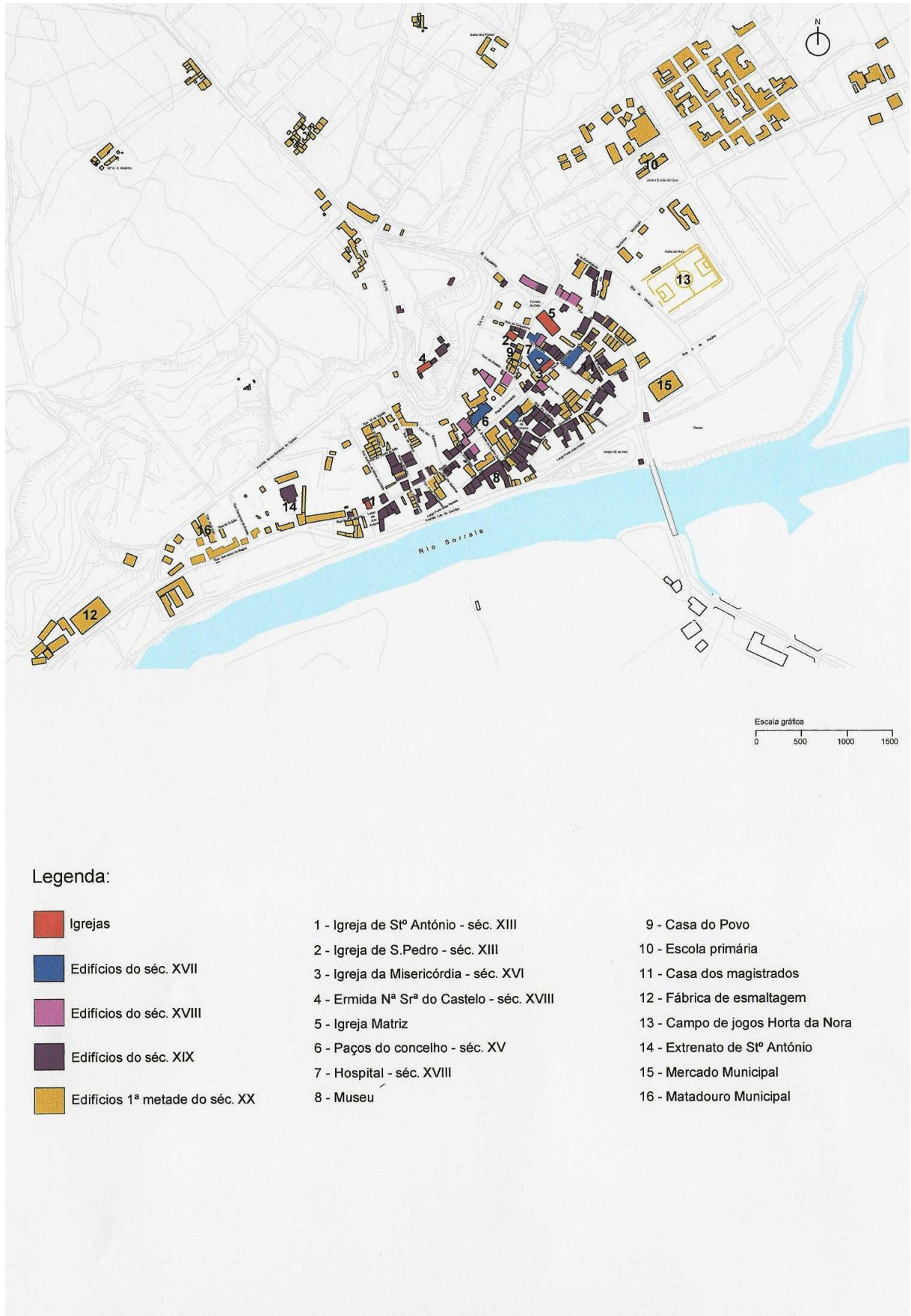


Fig. 23 - A vila de Coruche em meados do século XX. (Autor, 2016).

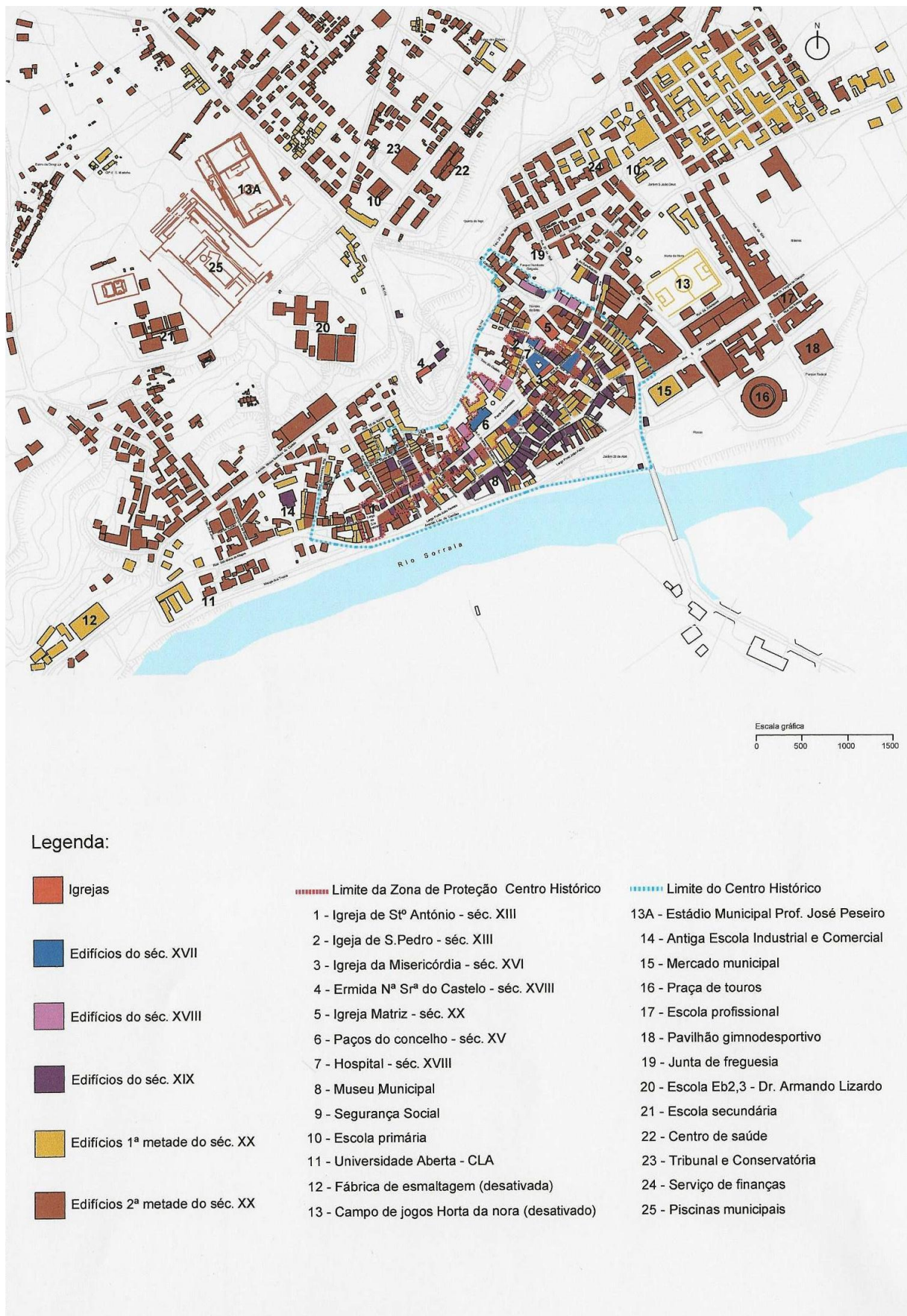


Fig. 24 - A vila de Coruche em finais do século XX. (Autor, 2016)

3.5 - Paisagem urbana da vila de Coruche

A imagem do espaço urbano revela-se fundamental enquanto elemento gerador de relações de afabilidade ou desapego que cada ser humano perfilha com o meio que o rodeia. Um espaço urbano projetado e gerido com qualidade induz no ser humano uma sensação de segurança, tranquilidade e bem-estar, logo uma apetência para a criação de laços com esse lugar. Pelo contrário, um espaço onde grasse o caos urbanístico, transmite ao ser humano uma sensação contrária à anterior, levando a que dificilmente ali se instale.

Trata-se, pois, de uma opção por qualidade de vida, que não deverá somente ser entendida nesse momento, mas também no que se perspectiva em relação ao crescimento e prosperidade desse lugar. O espaço urbano é, por excelência, um lugar de exercício de cidadania e, nessa medida, o ser humano, de forma individual e/ou coletiva, tem a possibilidade de intervir no sentido de escolher o seu rumo.

As escolhas dos indivíduos na cidade são influenciadas pelos aspetos sociais, culturais e económicos refletidos nas características morfológicas que a conformam. São as relações estabelecidas entre cada indivíduo e o ambiente que o rodeia que dão origem a um processo cognitivo, firmado tanto nas representações presentes na mente desse indivíduo quanto nas representações externas, contidas nos elementos de um dado sistema urbano, que lhe permitem essa descodificação. Nessa medida, indivíduo e ambiente, são elementos indissociáveis do processo cognitivo.

Ao interagirem com o espaço urbano, os indivíduos tendem, de forma distinta em função dos objetivos pelos quais cada um o percorre, reconhecer a hierarquia que se manifesta na organização dos diversos trechos do sistema espacial da cidade.

A temática da morfologia urbana tem sido objeto de diferentes formas de abordagem em razão dos diversos perfis disciplinares dos autores que ao seu estudo se têm dedicado.

Desde os aspetos da perceção visual, passando pelas possíveis leituras de cariz mais técnico ou ainda pelas situações em que é a história que condiciona os olhares, são as abordagens defendidas pelos vários autores, de entre os quais aqui se destacam Camillo Sitte, Kevin Lynch e Gordon Collen.

Camillo Sitte (1843-1903), na sua obra intitulada *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* (1992), defende que se tem de compreender e identificar as regras que estão presentes na forma das cidades, sobretudo nas mais antigas, que manifestam não só sociologias distintas, acumuladas ao longo da história, mas também a sedimentação de intervenções sucessivas que foram reconfigurando a sua morfologia. Esta obra, não obstante ter sido escrita em 1889, não só porque as regras se mantêm inalteradas como também pelas críticas que encerra ao urbanismo daquela época, pode e deve considerar-se

atual, pois reflete a ausência de pensamento urbanístico coerente nas modificações e manifestações que decorreram por todo o país.

O autor dedica metade da sua obra ao estudo detalhado das relações entre os edifícios e os monumentos com as praças, defendendo a libertação de ocupação destas, mantendo-as como espaços fechados, logo, limitados. Estuda ainda a forma e dimensão das praças, a sua irregularidade e a articulação entre elas.

Na segunda parte da sua obra empreende uma crítica ao sistema vigente e à frivolidade do ordenamento urbano de então. Defende que não é essencial conhecer os planos das cidades modernas segundo as práticas habituais, nem renegar a tudo o que a arte tem de belo e, bem assim, às aquisições do passado. Nem a circulação moderna nem a exigência da higiene a tal obrigam, tornando-se tão-somente de falta de imaginação, busca de facilitismo e falta de vontade de enfrentar a especulação imobiliária e alinhamentos de fachadas eternamente repetidos. Manifesta-se ainda negativamente relativamente a um falso modernismo com que estamos confrontados, que se revela incapaz de impedir que os habitantes das cidades antigas delas se afastem para viver em periferias pensadas à luz do que critica. Compara ainda as cidades antigas portuguesas com as congéneres de outros países que, tratadas segundo os princípios que defende, conseguem cativar os habitantes.

Mas é na obra de Kelvin Lynch (1918-1984), com o título *A imagem da cidade* (1960), que se encontram as bases para um entendimento sistematizado da perceção visual da cidade. Segundo este autor, a perceção faz parte de um processo complexo onde a memória é um elemento essencial. A legibilidade e orientação apresentam-se como os pilares imprescindíveis na formulação da imagem da cidade, que é, na verdade, aquela que cada um pode construir e, a partir da qual, se pode definir a identidade, a estrutura e o significado de cada elemento ou lugar.

De modo a poder desenvolver uma análise morfológica de cada território urbano, quer nas condições mais simples quer nas mais complexas, Kelvin Lynch propõe um conjunto de conceitos a partir dos quais se pode atingir tal objetivo. Os laços materiais da imagem urbana foram caracterizados em cinco tipos:

- As vias de vária ordem, que se assumem como elementos facilitadores da deslocação do observador, constituindo-se como componentes predominantes na imagem da cidade.
- Os limites, enquanto elementos organizadores fundamentais do espaço da cidade.
- Os Bairros, regiões urbanas concebidas como tendo uma extensão bidimensional, nas quais o observador penetra mentalmente e lhe reconhece algo de comum e identificável.

- Os cruzamentos, que se afirmam como pontos estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador pode entrar ou escolher em qual das direções se desloca.

- Os pontos marcantes que, não obstante serem pontos de referência externos, que não permitem ao observador colocar-se dentro deles, são comumente representados por um objeto físico que se destaca relativamente aos outros elementos da cidade.

No que se refere à forma urbana, este autor elege várias qualidades:

- A singularidade ou clareza das figuras de fundo, dando como exemplos um cessar abrupto do desenvolvimento urbano ou um largo fechado.

- A simplicidade de forma adquirida a partir da sua geometria e limitação de partes de modo a poderem ser mais facilmente incorporadas na imagem que o observador delas apreende.

- A continuidade que corresponde à continuação de um limite ou superfície, na circunstância uma rua, um canal, num horizonte ou um cenário.

- A predominância de uma parte comparativamente ao conjunto das demais face à sua intensidade ou interesse.

- A clareza de ligação que deveria ser francamente perceptível face à condição de pontos estratégicos que encerram.

- A diferenciação direcional que consiste em assimetrias ou mudanças de referência radiais que diferenciam um fim de outros.

- O alcance visual que radica nas qualidades que aumentam ou organizam uma possibilidade de visão quer real quer simbólica, da qual são exemplo as transparências ou quando se consegue visualizar uma estrutura que se apresenta por detrás de outra.

- A consciência do movimento enquanto qualidades que tornam o observador, através dos sentidos visuais e cinestésicos, sensíveis aos seus próprios movimentos reais ou potenciais.

- As séries temporais das quais o observador se apercebe para além da questão temporal, através de ligações simples entre elementos na medida em que o anterior está associado tanto ao que o precede como ao que se lhe segue.

- Os nomes e significados que se refletem nas características não físicas e que podem reforçar a imagem dos elementos, revelando-se de extrema importância na cristalização da sua identidade.

Já Gordon Cullen (1914-1994), na sua obra com o título *Paisagem urbana* (1996), reconhece o princípio que distingue um edifício de um conjunto de edifícios, não como resultado de fator puramente quantitativo mas, sobretudo, como um fator qualitativo promotor de uma nova situação morfológica e social. Para este autor, a existência de conjuntos de maior ou menor dimensão, redundam na criação de novos espaços urbanos,

em função da relação estabelecida entre os edifícios, dando origem à produção de ruas, praças e terrenos comunais, que não deixam de criar alguns constrangimentos ao nível do entendimento formal e social. Esta questão leva, inevitavelmente, dependendo da sua dimensão e do contexto social que gera, a diversas formas de apropriação e de perceção do espaço. Reconhecendo as questões da perceção visual defende que a visão tem o poder de invocar as nossas memórias e experimentações, com todo o seu corolário de emoções.

Assim, propõe três campos de reflexão que têm por base a descoberta, a localização e a especificidade de cada lugar. A descoberta assenta na ideia de percurso, no qual será referenciada uma sucessão de imagens que sustentarão o apelo à memória. É este exercício que conduz ao que este autor define como visão serial.

A partir deste elemento essencial, que se traduz na perceção do lugar, o observador, habitante ou não, tem a possibilidade de se orientar, localizando-se física e psicologicamente naquele espaço. Esta localização, cuja perceção tem que ir para além da que fornece uma simples fotografia, tem que ser capaz de suscitar um fulgente processo de relacionamento do observador com o lugar, conducente a uma clara consciência entre o “aqui e o além”.

Este autor defende que, o terceiro elemento da paisagem urbana, compreende as qualidades próprias de cada lugar, nomeadamente as formais, bem como as resultantes da sua própria história e da sedimentação das várias intervenções a que foi estando sujeita, isto é, a diferença e a identidade ou “isto e aquilo”

3.5.1 - O Largo de Santo António

A igreja de Santo António, cuja data exata de construção se desconhece, sabe-se no

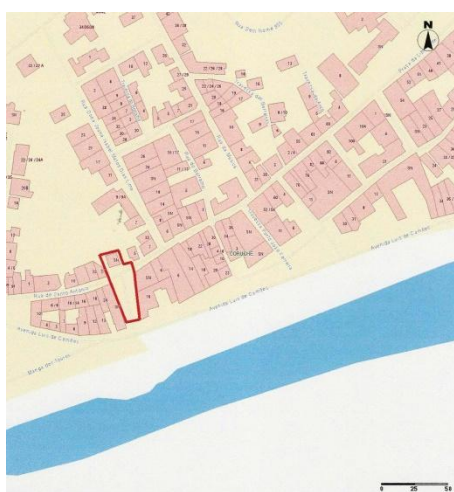


Fig. 25 - Cartografia da Igreja e do Largo de Santo António.
Fonte: C. M. de Coruche – Mapas Online.

entanto que existe pelo menos a partir do século XIII, marcando indelevelmente, à data, a entrada poente da vila. (Fig. 28 e 29) Embora não apresente quaisquer vestígios que a liguem à época visigótica ou muçulmana, pensa-se que possa ter origem neste segundo período, em consequência da sua orientação para a cidade de Meca. Porém, as sucessivas obras de recuperação de que tem vindo a ser alvo, ter-lhe-ão apagado as marcas do passado que poderiam ser fundamentais para trazer ao nosso conhecimento a sua origem e identidade.

No início do século XX, mais precisamente no ano de 1909, segundo elementos atrás mencionados, existia

neste largo apenas um fogo. (Fig. 25) Porém, tal não significa que apenas existisse uma construção para habitação. Foi neste largo que, durante boa parte do século XX, funcionou



Fig. 26 - Inundações no Largo de Santo António no ano de 1907. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.

um dos melhores e mais prósperos cafés da vila. Era o café Tadeia, um dos poucos que acumulava aquela função com uma grande diversidade de jogos, tornando-se num polo de atração para os mais jovens que na altura frequentavam o externato de Santo António e também para os mais graúdos que ali podiam passar uns bons momentos com a família e amigos. A Fábrica de Esmaltagem, mais tarde convertida para Moagem e o Matadouro Municipal, situados a poente deste Largo, bem como as pessoas

provenientes de Benavente, Salvaterra de Magos, Fajarda, etc., que se deslocavam a vila, por ali faziam a sua passagem. O Cartório Notarial de Coruche também estava instalado nas imediações. Todos estes fatos levavam a que este Largo chegasse a ser um espaço público muito relevante em termos sociais e culturais uma vez que estava fortemente vinculado à centralidade da vila. Hoje, não obstante para ele darem oito fogos, não conseguiu resistir à força das novas centralidades que a vila foi adquirindo, tendo perdido o vigor que outrora lhe pertencia. Mesmo a café Tadeia, que ainda se mantém no mesmo local, conheceu uma nova gerência que o submeteu a grandes obras de remodelação e ampliação, mas hoje mais não é do que um espaço sem gente e sem futuro tal como o largo para o qual se debruça.



Fig. 27 - O Largo de Santo António visto da porta da igreja. (Autor, 2016).

Este espaço apenas ganha alguma vitalidade por altura das festas em Honra de Nossa Senhora do Castelo, enquanto local de passagem da procissão e do cortejo etnográfico, beneficiando ainda das largadas de touros bravos nas ruas da vila. Também a associação “Encostatamim”, criada em Coruche em 18 de julho de 2008, para prestar apoio ao doente oncológico, organiza as marchas de Santo António, cujo desfile se realiza neste largo.

Todavia, com o crescimento da vila para sul, crê-se que por volta dos séculos XVIII e XIX, este Largo foi perdendo a sua posição de entrada principal poente. A construção dos edifícios dos chamados Bairros de Baixo, mormente o Bairro Alegre, situado no ponto mais ocidental do aglomerado urbano, passou a assumir

essa designação. Mas, o Largo de Santo António só veio a conhecer o seu declínio, por volta do último quartel do século XX.

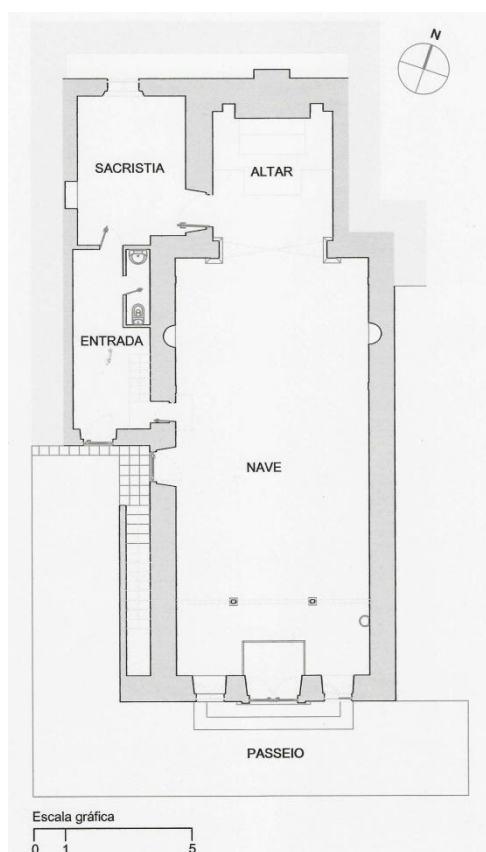


Fig. 28 - Planta da igreja de Santo António. (2012)
Fonte: Fábrica da Igreja Paroquial de Coruche.



Fig. 29 - O Largo e fachada da Igreja de Santo António (atual). (Autor, 2016).

3.5.2 - A Rua Direita

Na tradição da cultura portuguesa, a formação das vilas e cidades, tem como elemento fundamental processos de produção assentes em ruas principais que se assumem como trajetórias de ligação entre polos geradores, firmados no território segundo uma ordem estabelecida.

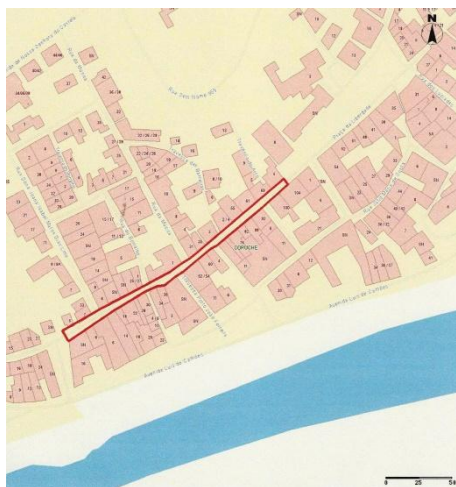


Fig. 30 - Cartografia da Rua Direita.
Fonte: C. M. de Coruche – Mapas Online.

De entre as ruas que compõem a estrutura urbana dessas vilas e cidades, a Rua Direita é uma das que mais tem cativado a atenção dos investigadores dos campos da linguística e da etnologia. (Fig. 30) Para eles, a questão primeira que se colocava era, por que é que a rua direita assim era designada, quando, na maioria dos casos esta era bastante sinuosa. Contudo, perante alguns casos de estudo realizados, cedo concluíram que o qualitativo “direita”, não se referia à sua forma física mas ao facto desta, para além de ser funcionalmente o centro comercial de excelência, ligar dois espaços importantes de uma vila ou cidade. Perante este novo conceito, que fez avançar o próprio conhecimento na abordagem do topónimo “direita” quando associado ao nome de uma rua, esta passou a ser vista como o elemento disciplinador do desenvolvimento urbanístico português. Doravante, o elemento urbano com tal designação, para além da função comercial que desempenhava, passou a assumir-se como o eixo a partir do qual se organizava todo o espaço que a partir dele se fosse expandindo.



Fig. 31 - Inundações na Rua Direita no ano de 1907. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Alguns estudos históricos de toponímia, remetem para a segunda metade do século XIV, o aparecimento de documentação referindo abundantemente a qualificação da palavra “direita” associada ao nome de ruas.



Fig. 32 - Imagem atual da Rua Direita, vista do Largo de Santo António. (Autor, 2016).

Tal como na maioria das vilas e cidades, a rua Direita em Coruche que, conforme defendemos nesta dissertação, terá resultado de um troço de rua que em

tempos remotos corria junto à segunda cerca da vila, revela-se não apenas por isso mas também pelo papel importante que teve na estruturação e desenvolvimento da malha

urbana que hoje se nos apresenta, um elemento morfológico de excelência. (Fig. 31 e 32) “Em Leiria e Coruche a Rua Direita revela-se como um eixo estruturador de uma nova área que surge a uma cota inferior àquela onde se localizou o núcleo originário da vila e está associada à presença do rio, assumindo uma disposição paralela ao percurso deste”. (Amado, 2012, p. 199).



Fig. 33 - Construção ocupada na Rua Direita. (Autor, 2016).



Fig. 34 - Construção devoluta na Rua Direita. (Autor, 2016).



Fig. 35 - Travessa Porto João Ferreira. (Autor, 2016).

Estreita, algo sinuosa e de contornos irregulares, características peculiares que de uma forma geral estão associadas às suas congêneres, esta artéria vem estabelecendo, ao longo dos séculos, a ligação entre o Largo de Santo António e a Praça Central, hoje designada por Praça da Liberdade.

Em consequência dessa ligação e, bem assim, da sua proximidade com o rio Sorraia, mormente na zona do mais relevante porto fluvial, esta Rua veio a assumir um papel importante enquanto ponto de passagem de grande número de pessoas. Nessa medida, cedo se tornou num polo atrativo para a instalação não só de edifícios de habitação, mas também de edifícios nos quais se instalaram estabelecimentos comerciais e de serviços. Por volta do terceiro quartel do século XX, na Rua Direita, o comércio e os serviços eram abundantes. As tabernas, as casas de petiscos, as mercearias e as retrosarias, bem como as oficinas de alfaiate, de sapateiro, de correio e barbearias, polvilhavam os pisos térreos dos edifícios existentes. (Fig. 33 e 34)

Três das quatro travessas, a sul da Rua Direita e que nesta têm origem, dão diretamente para o largo dos portos fluviais, na circunstância o Porto João Ferreira e o Porto Zambado. O caso aqui ilustrado contempla a Travessa do Porto João Ferreira, vista exatamente da Rua Direita, onde tem a sua origem, e termina no largo com o mesmo nome, cujo limite sul é a margem direita do rio Sorraia. (Fig. 35) Esta situação espelha o que também se passa com a Travessa do Porto Zambado e a Travessa das Atafonas. Todas elas, através do cenário de transparência que se nos oferece, nos

seduzem para a zona ribeirinha enquanto limite. Enquanto para sul existem apenas artérias com a designação de travessas, para o lado oposto, para além de algumas travessas existem também ruas.



Fig. 36 - A Rua da Música vista da Rua Direita. (Autor, 2016).

A ocupação do espaço a norte da Rua Direita, à exceção do acomodado pelas construções confinantes com esta via, fez-se em época mais tardia. A topografia do terreno dificultava a expansão da vila para aquela latitude, constituindo-se num intransponível limite. Os caminhos e mais tarde as próprias ruas que ali foram levadas a cabo, apresentavam e ainda hoje apresentam, inclinações que esfalfavam muito as pessoas que as tinham que subir a pé e, mesmo para o trânsito de carroças, puxadas por animais, se afiguravam perigosas.

Mais tarde, quando houve necessidade de expansão da vila para aquela zona, por se afigurar impossível outra alternativa, foram construídas ruas que, face aos constrangimentos impostos pelas barreiras intransponíveis, tiveram que ficar sem saída. Só por volta de meados do século XX, com a pavimentação da atual Avenida Nossa Senhora do Castelo, foi possível estabelecer a ligação entre todas estas vias. Porém, essa ligação foi, e ainda hoje é, estabelecida por escadaria, já que doutra forma seria impossível vencer tais desníveis. (Fig. 36)



Fig. 37 - A Travessa do Arco. (Autor, 2016).

A única artéria que ainda hoje não tem qualquer comunicação a não ser com a Rua Direita é a Travessa do Arco. (Fig. 37 e 38) Combinando agrupamentos de lances de degraus com zonas inclinadas, continua a dar serventia a um conjunto de vetustos edifícios, uns ocupados outros devolutos. Não existem documentos que o possam provar mas, no entender de algumas pessoas mais antigas da vila, era ali que, após a reconquista cristã, se localizava o Beco da Judiaria.



Fig. 38 - A Rua Direita à entrada da Praça da Liberdade. (Autor, 2016).

A segunda cerca da vila, que com base nos elementos

disponibilizados na monografia de Margarida Ribeiro (2009), a que atrás aludimos,

implantamos com o rigor possível, aponta para que fosse sensivelmente coincidente com a parte posterior deste arco, imediatamente antes do início do primeiro lance de degraus. A existência da Travessa das Barreiras, antiga Travessa dos Soldados, a cerca de quarenta a cinquenta metros a poente do arco, e com origem na Rua Direita, local aproximado onde infletimos o alinhamento do muro, parece-nos corroborar não só a existência desse muro naquelas imediações mas também uma porta por onde os soldados entrariam no espaço cercado.

3.5.3 - A Praça



Fig. 39 - Cartografia da Praça.
Fonte: C. M. de Coruche – Mapas Online.

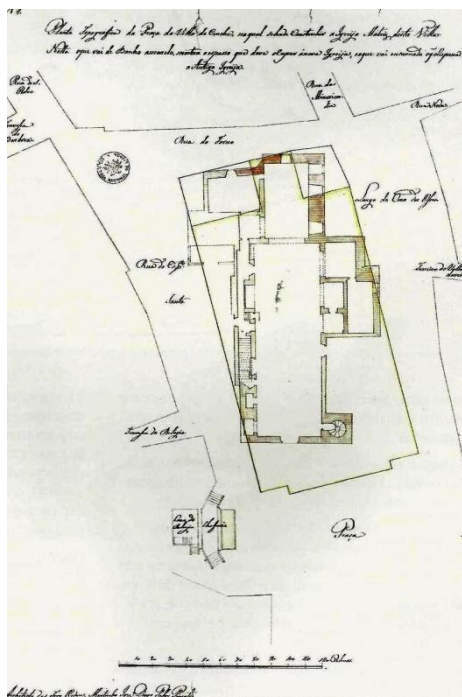


Fig. 40 - Planta da Praça no século XIX.
Fonte: Biblioteca Nacional – Lisboa.

Presume-se que seria a partir da praça que se estabelecia a uma das entradas principais na vila murada. (Fig. 39) Ainda hoje por ali se acede, através de escadaria, ao local onde se encontra erigida a ermida de Nossa Senhora do Castelo. Será também de admitir que, a casa do governador, a ter existido, como aconteceu no Castelo de São Jorge em Lisboa, tivesse sido no local onde hoje se encontra o edifício dos Paços do Concelho. Outra das hipóteses que se pode levantar será a da existência, naquele local, da casa onde se reunia o concelho de homens bons, formado em consequência do foral dado pelo Rei D. Afonso Henriques aos moradores de Coruche. Mesmo não havendo documentos que o sustentem, afigura-se pertinente supor que este foi o local de excelência que funcionou, e de certa forma ainda funciona, como cordão umbilical na ligação entre a vila murada antiga e toda a zona histórica atual. Para tal, terá concorrido, num primeiro momento a existência de um edifício público, na circunstância a casa do governador ou a casa do concelho de homens bons e, num segundo momento, mesmo que ainda em data menos remota, a construção da igreja de São João Batista, também designada por igreja da Praça. (Fig. 40) Data do século XIX a mais antiga planta topográfica que representa a Praça já com algum pormenor. Nela se pode verificar a linha de contorno da igreja existente à data, no dizer de

alguns historiadores já bastante danificada, em resultado do sismo de 1531 e, com um desenho já mais pormenorizado, para a construção de uma nova igreja. A toponímia aqui apresentada também nos revela que, para além de algumas ruas ainda hoje manterem aqueles nomes, como por exemplo a Rua da Misericórdia, a Rua de São Pedro e a



Fig. 41 - A Praça no século XIX. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.



Fig. 42 - O mercado na Praça, anos 30, século XX. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.



Fig. 43 - Conjunto de edifícios alinhados que conforma a Praça a sul.
(Autor, 2016).

Travessa de Valadares, outras há em que tal não aconteceu. A Rua do Forno, a Rua do Espírito Santo e o Largo da Casa dos Ossos que, em consequência do desaparecimento da igreja, foram absorvidas e passaram a fazer parte da praça hoje designada por Praça da Liberdade, ampliando substancialmente a área daquele espaço público. Por outro lado, a Travessa dos Barbosas e a Travessa do Relógio, (Fig. 41) em consequência da reconfiguração a que foram sujeitas, são hoje, respetivamente, a Travessa do Castelo e o Largo do Pelourinho.

À semelhança do que acontecia em quase todas as localidades e desde tempos remotos, era na praça que se procedia à compra e venda de bens, (Fig. 42) em tempos mais longínquos apenas em mercado de rua e, em período mais recente, também em lojas que se foram instalando nos edifícios que a foram conformando. A característica de espaço central que a Praça assumia propiciava também momentos de lazer e de diferentes manifestações de sociabilidade.

Este espaço central, de configuração alongada e a partir do qual a vila se desenvolveu, com um vínculo indelével com a Rua Direita, bem marcado pelo canal de cota inferior à da restante plataforma da Praça, é definido a sul por um conjunto alinhado de edifícios de tipologias, dimensões e vetustez diversas. (Fig. 43) Em regra, as cotas de soleira destes edifícios acomodam-se ao plano da Praça à cota inferior, sendo que

apenas um escapa a essa regra, posicionando-se à cota do plano superior desta. Este edifício terá sido construído em finais do século XVII/início do século XVIII. Sabe-se que, em finais do século XIX, a Praça foi sujeita a algumas transformações, designadamente a construção dos muros, que definiram a sul e poente os dois planos e os concordaram a

nascente, bem como o calçamento das ruas do centro da vila. (Fig. 44) Quer isto dignificar que, o edifício em causa foi o primeiro a ser construído e a configurar a praça a sul, sendo a



Fig. 44 - Edifício com cota de soleira mais elevada. (Autor, 2016).

sua cota de soleira semelhante à da antiga Igreja Matriz que lhe ficava em frente. Em resultado dos sucessivos tremores de terra, que lhe foram impondo vários estragos e da incúria dos seus responsáveis, este Templo Religioso acaba por ruir, ficando de pé apenas a torre sineira. É o proprietário do edifício a que atrás aludimos que, em meados do século XIX e as expensas suas, manda demolir aquela torre, já que temia que a mesma viesse a cair sobre a sua casa causando-lhe

avultados danos. Já a norte a Praça é delimitada por um conjunto de edifícios cujos alinhamentos lhe conferem uma frente bastante recortada, de onde se destacam os edifícios da Câmara Municipal e da Biblioteca Municipal, que anicham o pequeno espaço onde está implantado o pelourinho que tem adjacente uma ladeira de grande declive que culmina numa escadaria que dá acesso ao cimo do monte onde se encontra a Ermida de Nossa Senhora do Castelo. (Fig. 45)

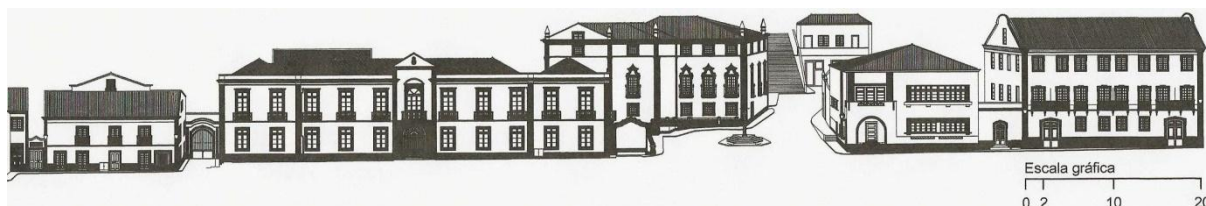


Fig. 45 - Alçado norte da Praça da Liberdade. (Autor, 2016)
Fonte: Câmara Municipal de Coruche.

O recorte dos elementos das fachadas, a localização e configuração do talude, a relação do espaço com os arruamentos que a ele afluem, conjugados com as características e dimensões da Praça, permitem a criação de diferentes ambientes e subespaços. Estes diferentes fragmentos acabam por se identificar com construções e funções específicas representativas que, na sua maioria, contribuem para a valorização do espaço.

O edificado que define a Praça e retrata o seu processo de sedimentação, assenta em construções sobradas dos séculos XVII/XVIII, século XIX e algumas de meados do século XX que se propunham representar uma arquitetura de índole nacional.

A forte concentração, neste local, de elementos simbólicos representativos do poder municipal, levam a crer, como já se disse, que sejam sucedâneos dos existentes logo após a Reconquista Cristã, e que aqui tivesse sido uma das entradas principais da vila murada.



Fig. 46 - Edifício dos Paços do Concelho.
(Autor, 2016).

O edifício onde hoje funcionam os Paços do Concelho (Fig. 46) foi sendo submetido, ao longo dos tempos, a sucessivas obras de melhoramento, tendo albergado, até cerca de meados do século XX, o tribunal judicial, a repartição de finanças, a conservatória do registo civil e predial e a cadeia. Chegou a estar ladeado por uma torre do relógio e chafariz, local onde posteriormente, após a demolição daqueles, foi construído o edifício do açougue. Outro elemento marcante da manifestação

do poder naquele local é a existência do pelourinho. Numa fase mais remota ele estava implantado em frente ao Edifício Municipal, sendo posteriormente transferido para o local do edifício do açougue, quando este foi demolido.

Assim sendo, a praça terá tido origem extra muros, tendo evoluído ao longo dos tempos e à medida que a povoação se foi fortalecendo com construção de edifícios que a foram fechando, conferindo-lhe cada vez maior importância enquanto espaço público. (Fig. 47 e 48)

Estamos em crer que a evolução da povoação se deu após a reconquista cristã e,



Fig. 47 - Planta atual da Praça s/escala.
Fonte: A Praça em Portugal. Vol I, p. 321.



Fig. 48 - Corte transversal atual da Praça s/escala.
Fonte: A Praça em Portugal. Vol I, p. 320.

fundamentalmente, após a conceção do foral. Este espaço terá sido, desde a primeira metade do século XIII e até à segunda metade do século XX, o principal polo aglutinador em termos sociais, comerciais, económicos e políticos.

3.5.4 - O Largo de São Pedro

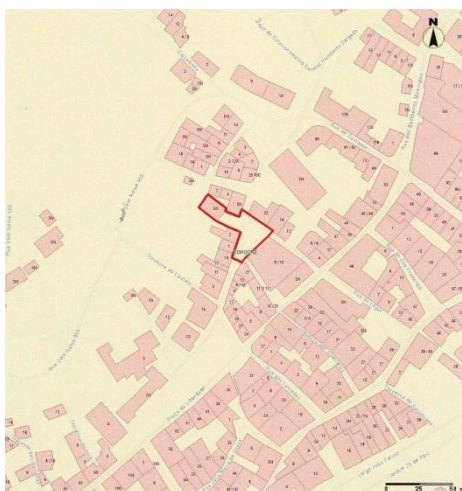


Fig. 49 - Cartografia da Igreja e do Largo de São Pedro.
Fonte: C. M. de Coruche – Mapas Online.



Fig. 50 - Esboço da casa Lagos e Fróis.
Fonte: H. Barata, L. Garcia e J. Roque



Fig. 51 – Alçado principal da igreja matriz.
(Autor, 2016)

Em oposição ao Largo de Santo António, situado a poente do primitivo burgo, o Largo de São Pedro assumiu, durante alguns séculos, o estatuto de entrada nascente da vila. (Fig. 49) A toponímia deste espaço teve origem na igreja com orago a São Pedro, cujo adro e escadaria de acesso se acomodam na reentrância do alinhamento das construções adjacentes a nascente e o alinhamento mais avançado dos edifícios posicionados a poente. (Fig. 51, 52 e 53) A sua ligação à Praça é feita por uma curta artéria, com cerca de 40 metros de extensão. Este curto trecho de rua, que na altura da Reconquista Cristã corria junto à segunda cerca e poderá ter assumido o papel de Rua Direita, uma vez que ligaria um extremo ao outro da vila, veio a ser chamada, mais tarde, Rua da Misericórdia, sendo a sua designação atual de Rua de São Pedro.

Porém, a expansão da vila para Nascente, para a então zona das hortas, veio retirar tal título a este Largo. Em finais do século XVIII foram construídos alguns edifícios, entre os quais se encontram a casa Lagos e Fróis, (Fig. 50) proprietários da Quinta do Lago, mais tarde o solar medieval dos Britos, e na segunda metade do século XX a igreja matriz, (Fig. 51) junto ao atual Largo Terreiro do Brito e alguns junto à Rua de Palhais, atual Rua de Santarém, antiga casa dos Barretos e agora propriedade da família Veiga Teixeira. Durante largos anos, a atual Rua de Santarém, fez a separação entre a zona urbana da vila e os terrenos das hortas, com uma intensa ocupação

agrícola. Tanto assim é que, para a Rua de Palhais, no troço compreendido entre a Rua da Misericórdia e a Rua dos Guerreiros, davam os quintais dos edifícios cujas frentes estavam orientadas para a Rua de São Francisco.

Esta Praça está ladeada por edifícios antigos que lhe têm conferido, até aos nossos dias, uma relevante importância. O mais significativo deles é a igreja com o orago de São Pedro, que lhe veio a conferir o topónimo, cuja construção remonta ao século XIII. Mais tarde, em frente a parte do seu alçado principal, foi erigido um pórtico, contendo três

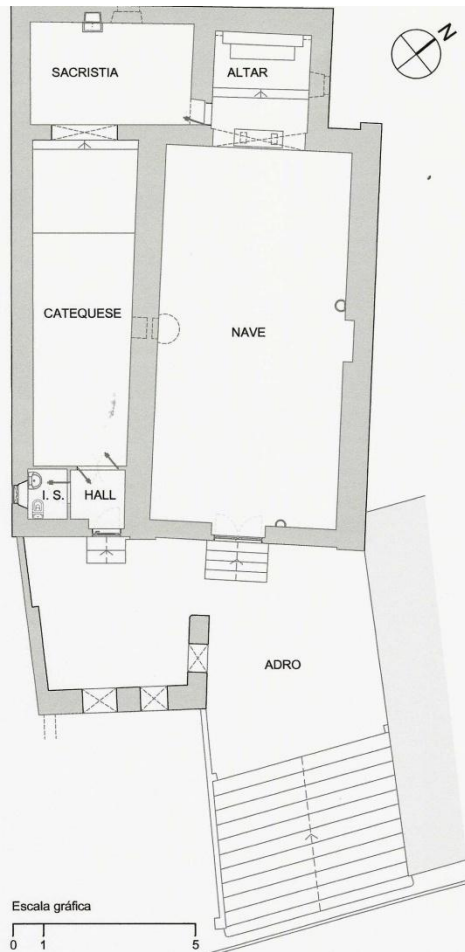


Fig. 52 - Planta da Igreja de São Pedro.
Fonte: Fábrica da Igreja Paroquial de Coruche.

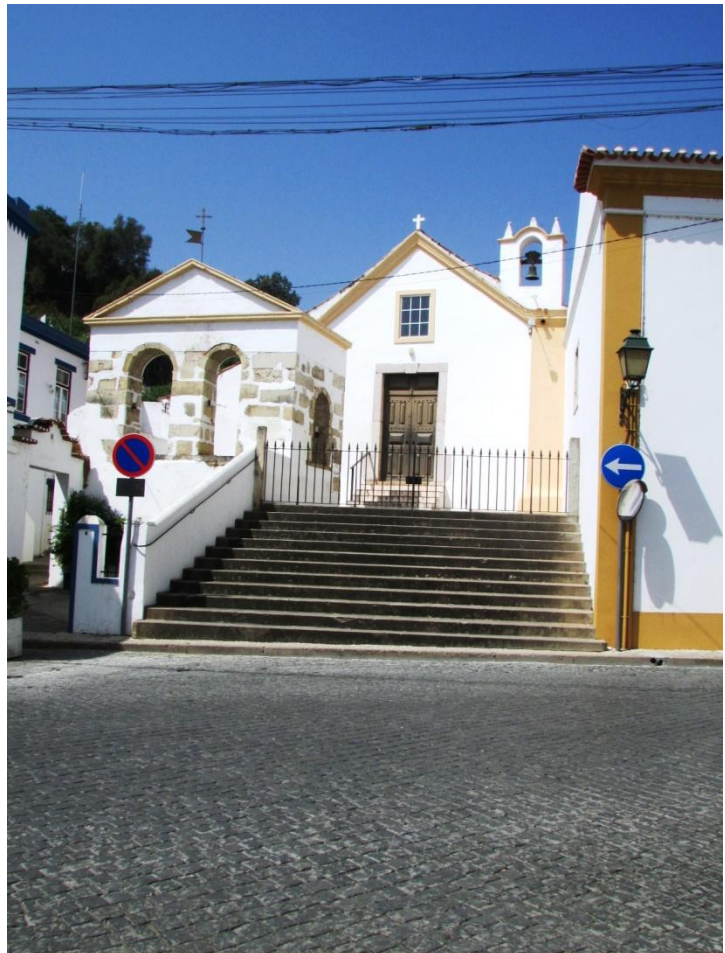


Fig. 53 - Fachada Principal da Igreja de São Pedro.
(Autor, 2016).

aberturas em arco. Fig. 52 e 53) Ali foram colocados os sinos retirados da torre sineira da



Fig. 54 - Edifício da residência paroquial.
(Autor, 2016).

antiga Igreja da Praça (Igreja Matriz), aquando da sua demolição em meados do século XIX. Com a construção da atual Igreja Matriz, em meados do século XX, aqueles sinos foram dali retirados para serem colocados nas torres sineiras daquela nova estrutura religiosa e ainda hoje repicam para anunciar as cerimónias litúrgicas que ali têm lugar. Outro dos edifícios mais antigos desta Praça é o que serve de residência paroquial e sede do corpo nacional de



Fig. 55 - Antigo Hospital da Misericórdia. (Autor, 2016).



Fig. 56 - Secretaria e Farmácia da Santa Casa da Misericórdia. (Autor, 2016).

escutas. (Fig. 54) A sua construção é de finais do século XVII/início do século XVIII e, antes de ser adaptado para os fins que agora desempenha, destinava-se a armazém de apoio aos terrenos agrícolas que, à época, abundavam nas cercanias daquele espaço público.

Da mesma época e ladeando o Largo pelo lado sul, apresenta-se o edifício onde, durante alguns séculos, funcionou o Hospital da Misericórdia de Coruche. (Fig. 55) Com a implementação do Serviço Nacional de Saúde, este espaço funcionou como unidade básica de saúde daquele sistema quase até finais da última década do século XX. Hoje em dia, uma empresa privada de prestação de cuidados de saúde é a locatária de boa parte deste edifício. A parte remanescente acomoda dos arquivos da Santa Casa da Misericórdia. Num outro edifício, que também conforma o Largo a norte e que terá sido erigido na

primeira metade do século XX, funciona no piso térreo a farmácia e no piso superior a secretaria, ambas propriedade da Santa Casa da Misericórdia. Contígua a este edifício, verifica-se a existência de outro, que também dá para este Largo e com frente estreita, onde outrora funcionou a Casa do Povo de Coruche. (Fig. 56)

Tal como a Praça da Liberdade, também o edificado deste Largo, na sua frente norte, se apresenta recortado, oferecendo maior desafogo ao adro da igreja que lhe dá o nome.

3.5.5 - A Frente Ribeirinha



Fig. 57 - Cartografia da Frente Ribeirinha. Fonte: C. M. de Coruche - Mapas Online.

A vila de Coruche usufrui de uma extensa zona de frente ribeirinha que, ao longo dos tempos, se foi consolidando na justa medida em que a vila foi abandonando o cimo da colina e se aproximou da lezíria. (Fig. 57) Em tempos remotos era o rio Soro que corria junto à vila, com se pode constatar na carta topográfica de 1789 (Fig. 20) e, crê-se que a partir do século XIX, em resultado de mudanças geomorfológicas ocorridas, passou a ser o rio Sorraia que tomou a posição anteriormente

ocupada pelo rio Soro. As primeiras imagens que nos chegam desta frente ribeirinha datam dos anos 30 do século XX, correspondendo ao período em que ocorreu a construção das



Fig. 58 - Frente Ribeirinha junto ao atual jardim 25 de Abril. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.

pontes metálicas sobre o rio Sorraia. (Fig. 58 e 59). É visível a forte erosão que a fúria das águas, em tempo de chuvas, provocava nas margens do rio. Daí que, perante este cenário, ao qual se adicionava um outro provocado pela instalação de pequenas construções precárias para acomodar os animais e aves, que ocorria na época de estival, ali desincentivasse qualquer atividade de lazer. Será de crer que, por esta altura, só os pescadores, as lavadeiras e os mais

desfavorecidos, tiravam partido deste rio para a sua própria sobrevivência. A estabilidade das margens do rio só ficou resolvida com a construção de uma muralha, levada a cabo por altura da implementação das obras do perímetro de rega do Vale do Sorraia.



Fig. 59 - Frente Ribeirinha junto ao atual Largo Porto João Ferreira. (s/d).
Fonte: Museu Municipal de Coruche.

Uma das grandes mais-valias do rio Sorraia foi sempre a sua diversificada e abundante fauna piscícola. De tal forma que, em 16 de fevereiro de 1984, um grupo de coruchenses funda a associação Coruche Pesca Desportiva. Esta instituição veio mudar o paradigma no que concerne à forma como, a partir desta data, se começa a fruir das potencialidades do rio Sorraia. A participação regular de alguns dos seus associados em concursos de pesca desportiva, quer a nível nacional

quer a nível internacional, veio despertar as entidades oficiais do concelho para a importância que o rio poderia vir a ter se respondesse aos desígnios daquela atividade desportiva. Desde logo começaram a ser desenvolvidos esforços no sentido de proceder ao melhoramento das suas margens com a criação de uma larga plataforma em areia para acomodar os atletas da modalidade. Não demorou a que ali passassem a ter lugar vários concursos de pesca, não só a nível regional como também europeu e até mundial.



Fig. 60 - Açude insuflável que controla o nível do espelho de água em frente à Vila e a ponte pedonal. (Autor, 2016)

Todavia, não obstante as novas condições que tinham sido criadas, tornava-se cada vez mais premente a resolução do problema das redes de esgotos domésticos que para ali desaguavam a céu aberto. Também os meios que proporcionavam a criação do espelho de água frente à vila eram rudimentares e



Fig. 61 - O muro e o areal da Frente Ribeirinha. (Autor, 2016)



Fig. 62 - Avenida, passeios, ciclovia e muro. (Autor, 2016)



Fig. 63 - O antigo Rossio hoje Parque do Sorraia. (Autor, 2016)



Fig. 64 - Bar e esplanada do Parque do Sorraia. (Autor, 2016)

sendo atualmente denominado de Parque do Sorraia. (Fig. 63) Não obstante toda a zona do

urgia modernizá-los para que se minimizasse ou anulasse os enormes estragos que as cheias resultantes das chuvas de inverno lhe provocavam. Para mitigar tal situação, a edilidade encetou o estudo para elaboração de um projeto que envolvesse a reformulação da rede de águas residuais domésticas, a construção de um muro para proteção das cheias, um açude insuflável e uma ponte pedonal. (Fig. 60 e 61) Embora a obra tivesse sido lançada a concurso ainda nos últimos anos do século, por motivos que se prenderam com reclamações por parte dos concorrentes e, numa fase posterior, com a falência do empreiteiro ao qual a obra tinha sido adjudicada, esta só veio a ficar concluída no ano de 2003. Pena é que esta obra tivesse incluído a construção do dito muro, com uma altura assinalável, funcionando como um obstáculo visual que se interpõe entre o rio e a vila. Os transeuntes que circulam nos passeios que ladeiam a avenida ou se deslocam de carro nesta, não conseguem disfrutar da vista do rio, conseguindo os primeiros apenas fazê-lo quando se abeiram do muro. (Fig. 62)

A introdução de uma ciclovia e de um passeio mais franco e apelativo, que incluiu a construção de pérgulas, bancos e diverso mobiliário urbano, fez com que as pessoas aderissem a este espaço público reconfigurado no qual podiam colher momentos de sociabilidade, bem-estar, contemplação e até de exercício físico. Esta obra acaba por ser complementada com o arranjo urbanístico do espaço do antigo Rossio, que foi transformado numa zona polivalente servindo de parque de estacionamento durante a maior parte do tempo, mas que é também frequentemente convocado para a realização de eventos de ordem cultural, desportiva e recreativa,

Parque do Sorraia se passar a uma cota muito baixa relativamente às águas do rio Sorraia, situação resolvida com a preservação e melhoramento do dique existente, este espaço tem



Fig. 65 - Arranjo da antiga Manga dos Touros. (Autor, 2016)



Fig. 66 - Vista geral do arranjo da antiga Manga dos Touros. (Autor, 2016)

uma forte ligação com o rio através do bar ali existente. Implantado no dorso do dique, dispõe de uma esplanada panorâmica num espaço conquistado ao rio e assente em pilotis numa clara evocação às construções palafitas. (Fig. 64)

O ano de 2013 trouxe a Coruche a requalificação de mais um importante trecho da frente ribeirinha, na circunstância a antiga manga dos touros. Esta área, até então completamente desqualificada e sem qualquer utilização digna de uma frente de rio, cuja geografia a reveste sempre de grande importância, surge completamente transfigurada encerrando a boa qualidade que se espera e exige a um espaço urbano digno e atrativo. Ainda que partindo de premissas e conceitos diferentes, as duas obras fundem-se na perfeição através dos elementos de unidade, não obstante exibirem componentes caraterísticos claramente diferenciadores em termos de opções

técnicas e arquitetónicas. (Fig. 65 e 66)

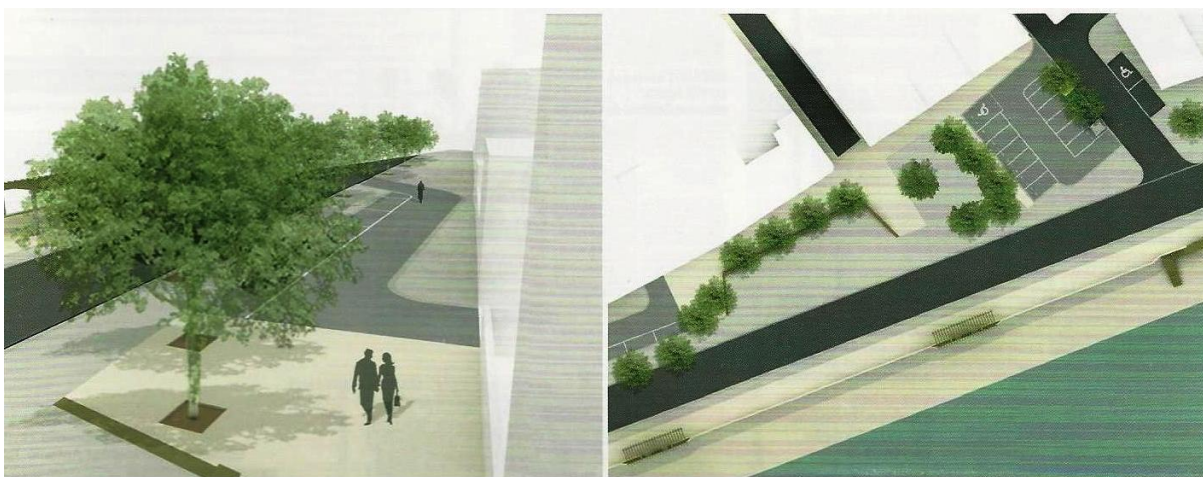


Fig. 67 - Projeto com a proposta de requalificação do Largo Porto João Ferreira.
Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Coruche magazine: Setembro - Dezembro/2014, Nº 57/3ª Série.

O Largo Porto João Ferreira tem uma localização privilegiada relativamente ao rio Sorraia. A sua proximidade é tal que, apenas a avenida Luís de Camões, se interpõe entre ambos. Há muito tempo utilizado como parque de estacionamento desordenado, este Largo



Fig. 68 - Arranjo do Largo Porto João Ferreira 1. (Autor, 2016)



Fig. 69 - Arranjo do Largo Porto João Ferreira 2. (Autor, 2016)

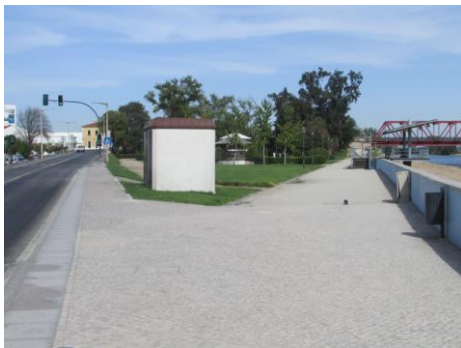


Fig. 70 - O Jardim 25 de Abril. (Autor, 2016)



Fig. 71 - Jardim 25 de abril e Largo Porto João Felício. (Autor, 2016)

reivindicava para si uma marca indelével no espaço urbano que ocupa enquanto frente ribeirinha de excelência. No projeto proposto verifica-se uma clara separação entre a zona de circulação e estacionamento de veículos e a zona pedonal. (Fig. 67) Porém, a obra concluída revela a introdução de mais lugares de estacionamento, reconfigurando aquele espaço e, de certo modo, subvertendo o propósito que a ideia de projeto manifestava. Nessa medida, se nas duas intervenções referidas anteriormente se consegue identificar perfeitamente uma lógica de apropriação de espaço, nesta última tal não se afigura evidente. Quer a organização espacial quer a tectónica utilizada se apresentam escassas relativamente à qualidade que um espaço desta natureza e nesta localização reclamavam. Zonas de estacionamento e de lazer coabitam em espaços reduzidos e sem dispositivos de segurança que delimitem efetivamente cada um deles. (Fig. 68 e 69)

O troço de frente ribeirinha retratado na figura 58 corresponde ao local para onde, no ano de 1942, a Câmara Municipal de Coruche encomendou um projeto para construção do jardim municipal. Até esta data era ali que se realizava o mercado do gado. Em 1943 foi iniciada a obra de arborização daquele espaço e em 1948 foi construída a casa do guarda, as instalações sanitárias públicas e o parque infantil. Em 1952 este espaço passou a designar-se por jardim Marechal Carmona e, após a revolução de 1974 por jardim 25 de Abril. Muito bem cuidado foi durante muitos anos o único local de lazer à beira rio, onde afluíam crianças e adultos para ali passarem alguns momentos de convívio. (Fig. 70) A Avenida Luís de Camões constitui-se no elemento físico que separa este jardim do Largo Porto João Felício que, tal como acontecia no Largo Porto João Ferreira, funciona como parque de

estacionamento desordenado, situação à qual o Município de Coruche se propõe pôr termo. (Fig. 71) Nesse sentido, procedeu à encomenda do estudo urbanístico deste espaço, cuja apresentação pública já teve lugar no início deste ano. (Fig. 72) Este estudo propõe uma



Fig. 72 - Projeto com a proposta de requalificação do Jardim 25 de Abril e do Largo Porto João Felício.
Fonte: Câmara Municipal de Coruche – Coruche magazine: Setembro - Dezembro/2014, Nº 57/3ª Série.

intervenção no jardim para que este se constitua numa base de recreio ao ar livre e numa ligação entre a zona ribeirinha e o centro da vila. A criação de uma clareira para fomentar a existência de um espaço que sirva de palco para jogo e recreio e melhorar a área de prado é outro dos objetivos da proposta. No que respeita ao Largo a intervenção propõe-se materializar e organizar os espaços de fruição e deslocação pedonal e circulação automóvel.

Esta obra encerrará a requalificação da totalidade da extensa frente ribeirinha da vila de Coruche, contribuindo indelévelmente para a sua boa imagem, condição imprescindível para que se possa vir a tornar num polo de atratividade não só para os habitantes da vila como para todos aqueles que a queiram visitar.

Porém, a vila não é apenas e só a frente ribeirinha. Só a concomitante requalificação do edificado, que se encontra decrépito e abandonado, poderá garantir que a requalificação da frente ribeirinha faz sentido e será fruída. Só o repovoamento da vila poderá gerar fluxos que consubstanciem a apropriação do espaço público ribeirinho, sem o que tudo não passará de um plano de boas intenções.

CONCLUSÃO

São ainda muitas as dúvidas que se colocam relativamente à origem e expansão da vila de Coruche. A generalidade dos autores que se têm dedicado ao estudo deste tema, mais não conseguiu alcançar senão o vislumbre de hipóteses quanto a esta questão, situação que se entende face à inexistência de provas físicas ou documentais que possam sustentar algo que vá para além disso.

Assim, o presente trabalho, não sendo de modo algum algo que se possa colocar num patamar diferente do que se tem conseguido apurar, uma vez que se situa também e ainda no campo das hipóteses, procura fazer uma abordagem um pouco diversa daquela que se conhece.

Foi assim que, tendo por base muito daquilo que está escrito, como não podia deixar de ser, bem como da análise morfológica da vila atual, mormente nas relações que se estabeleceram, ao longo dos séculos, entre o monte onde se encontrava a atalaia, o rio e as vias que estabeleciam ligação com outros pontos importantes, se reuniram os elementos que consubstanciam a tese que aqui se defende.

É consensual o facto de, na região de Coruche, se terem instalado, desde tempos muito remotos, povos de diversas origens, tal como se pode depreender da apreciação do conteúdo da figura n.º 3 do presente texto, não obstante este refletir somente sítios de ocupação do povo romano. Porém, nele se não vislumbra ocupação no local onde atualmente está instalada a vila, a não ser nos sítios de Nossa Senhora do Castelo e São Pedro, localizados nas imediações da via de acesso às cidades de Santarém e Évora, na circunstância a Rua da Calçadinha.

De referir ainda que, na sua monografia, Margarida Ribeiro dá-nos que na vila existiam várias ordens de muros, localizando-os relativamente a alguns edifícios, dos quais dava o nome dos respetivos proprietários. Se a tal informação adicionarmos o que a topografia do terreno nos apresenta, constata-se que existe uma diferença de cotas substancial que coincide com a posição do dito muro citado por Margarida Ribeiro. Estes dois indicadores forneceram os elementos utilizados para desenhar a localização da segunda cerca, tal como decorre da figura n.º 16. Essa diferença de cotas, manifestada nos edifícios que se foram adossando à segunda cerca, ainda hoje se revela claramente. Desconhecendo-se a existência de qualquer outra ordem de muros mais próxima do rio, crê-se que a povoação murada que D. Afonso Henriques refere no documento de doação de Coruche à então Ordem de São Bento de Évora, mais tarde Ordem Militar de Avis, no ano de 1176, se circunscrevia aos limites da segunda cerca.

Não se pode esquecer também que, durante longo período e por esta zona ter permanecido submersa, porque inserida na bacia dos rios Sado e Tejo, sendo, por isso, toda a lezíria abrangida pelas marés de água salgada, não seria provável o seu aproveitamento agrícola desde tempos muito remotos. Daí que os assentamentos romanos a que atrás aludimos, tivessem acontecido perto do rio Sorraia, que servia como via de transporte fluvial, mas também sempre junto a vales onde existisse água doce proveniente de nascentes, das quais faziam aproveitamento para alimentação, para a prática da hidroterapia e, através da construção de pequenas obras de hidráulica, para irrigação dos terrenos agrícolas.

Por outro lado, sendo os terrenos situados entre a segunda cerca e o rio compostos por lodos e espadonais, como refere Claude Bronseval, numa das suas passagens por Coruche em 11 de outubro de 1532, será de excluir a possibilidade de ali existirem edifícios. Até porque os materiais e processos construtivos disponíveis e utilizados naquele tempo, não ofereceriam condições de estabilidade para fazer face às inundações que inúmeras vezes ocorriam naquela zona. Note-se que, ainda no ano de 2003, integrado na construção do novo sistema de saneamento da vila, foi construído um muro para impedir que as cheias, que ainda persistiam, continuassem a provocar tais inundações.

Com a progressiva baixa das águas do antigo golfo dos rios Tejo e Sado, alguns espaços territoriais foram deixando de estar submersos e as correntes foram ocupando paulatinamente as zonas mais baixas da lezíria. Tendo em conta os dados escritos e desenhados existentes, o número de assentamentos romanos na margem esquerda da vasta lezíria bem como os principais portos mais antigos, como provam os achados das ânforas utilizadas no transporte marítimo, encontradas nas estações arqueológicas exploradas, conclui-se que o principal braço de rio, então denominado por Sorraia, correria junto à margem sul da lezíria. A corroborar esta interpretação encontra-se o que vem plasmado na primeira carta topográfica da vila, datada de 1789, figura n.º 18, que representa e denomina o curso de água que corre junto à vila como sendo o rio Soro. Saliente-se também que, o rigor gráfico e o pormenor que esta carta nos apresenta, não deixariam de assinalar os portos fluviais junto à vila, se àquela data já existissem.

Todavia, a fúria dos caudais revoltos provocados pelas intensas chuvas que se abatiam sobre a bacia hidrográfica que aflui a esta lezíria foram, ao longo dos tempos, modificando os percursos das linhas de água, fazendo com que, a mais volumosa viesse a banhar o sopé do monte, junto à vila. Terá sido a partir de fins do século XVIII/princípios do século XIX, que os portos da margem esquerda da lezíria começaram a perder a sua atividade e terão surgido, com algum fulgor, os portos do rio Sorraia junto à vila, provocando-lhe uma nova dinâmica de expansão. Existem vários documentos escritos que

dão conta da navegabilidade do rio Sorraia, até ao Couço, em meados do século XX. A partir desta data começa a assistir-se ao assoreamento do leito do rio, impedindo os barcos de nele transitarem. Este constrangimento veio a ser mitigado quando, em 1904, foi inaugurada a linha do caminho-de-ferro entre o Setil e Vendas Novas, com estação em Coruche e, em 1930, com a construção das pontes metálicas que vieram viabilizar o trânsito rodoviário.

No entanto, a partir do século XIV a vila começou a expandir-se, ainda que de uma forma muito tímida, para fora dos muros, por via dos edifícios que se lhe foram adossando. É na urbanização do espaço relativo a este período que ainda se podem constatar alguns aspetos morfológicos característicos da vila Medieval. Junto à parte mais ocidental da segunda cerca e mesmo junto a esta, podemos ver a Travessa das Barreiras, antiga Travessa dos Soldados, artéria estreita e sinuosa que deveria conduzir os militares a uma entrada na vila cercada. Poucos metros mais a nascente existe a Travessa do Arco, na opinião de alguns estudiosos, a antiga Travessa da Judiaria, também estreita, sinuosa e ainda hoje sem saída. Junto ao atual edifício dos Paços do Concelho, uma reentrância que acomoda o pelourinho, que poderá ter significado a existência de uma praça de armas reveladora de uma entrada principal na vila cercada. O adro da Igreja de São Pedro também se recolhe numa reentrância e manifesta a diferença de cotas, entre o plano intramuros e o extramuros, que se tem vindo a mencionar, através de uma escadaria, como se demonstra nas figuras n.º 52 e 53. O solar medieval dos Britos e a casa dos Cota Falcão, situadas nas imediações na zona atrás referida, também remontam àquela época.

Alguns autores defendem que, já no século XV, a vila e todo o Vale do Sorraia era uma região rica e próspera onde os habitantes apresentavam um bom nível de vida. Porém, é preciso ter em conta que os terrenos agrícolas do concelho eram um monopólio dos cavaleiros da Ordem Militar de Avis. Com o surgimento da crise política da oitava década do século XIV, parte desses terrenos foram entregues à classe da nova nobreza por terem apoiado a subida ao trono do mestre de Avis. Também o clero não militar dispunha de coutos. Mas, ainda assim, a propriedade agrícola era constituída por grandes latifúndios aos quais eram concedidos grandes privilégios, pois estavam isentos do pagamento de impostos. Nessa medida, estes grandes proprietários estavam em condições de contratar pessoas para executar os trabalhos nas suas propriedades, em condições mais vantajosas do que a do conselho dos homens bons poderia dispor, para contratar pessoal para executar os serviços municipais. Para obviar a esta circunstância foi fundada, na década de trinta do século XV, a bolsa do conselho que, pressupunha a ajuda financeira ou a cedência de pessoal, pago pelos que obtivessem privilégios sobre os seus terrenos, para acautelar os serviços municipais. Previa ainda esta bolsa a contratação de pessoal de outras regiões.

O que atrás se diz pode querer significar que, o pessoal que trabalhava nas grandes propriedades agrícolas, não residia necessariamente na zona da vila, mas sim em instalações circunscritas a cada uma das herdades. Esta ideia ganha consistência se forem tidos em conta dois aspetos fundamentais: um deles tem a ver com o facto da travessia da lezíria ser bastante penosa, particularmente em época de cheias e a outra mostra que, ao longo dos tempos, as casas agrícolas sempre acomodaram os criados em instalações próprias. Ainda hoje se pode observar, mesmo que na sua maioria em adiantado estado de ruínas, esse tipo de instalações, ao longo dos limites da lezíria do Sorraia. Logo, a prosperidade referida pelos autores atrás aludidos, aconteceria nas herdades e não propriamente na vila. Disso nos dá conta Margarida Ribeiro (2009, pp. 111, 114), na qual elenca uma série de herdades, da época medieval, evidenciando-as como locais de permanência e residência.

Terá sido a reforma dos forais levada a cabo pelo rei D. Manuel I, no século XVI, que trouxe à vila de Coruche uma expansão mais evidente que aparece refletida no primeiro levantamento topográfico que se conhece, datado do ano de 1789, em pleno século XVIII. Contudo, este novo urbanismo apresenta já características dos traçados mais racionais utilizados na construção das cidades planeadas dos séculos XIII a XVIII. No entanto, a dimensão e organização dos lotes estão pouco refletidas no urbanismo desta época levado a cabo na vila de Coruche. Os lotes com frentes estreitas não abundam assim como a sua profundidade, na maioria dos casos, não ocupa a extensão que medeia entre duas ruas paralelas. As mais recentes zonas de expansão, nomeadamente o Bairro Novo e Santo Antonino, já respondem às regras dos conceitos urbanísticos modernos.

Ao nível do edificado crê-se que as primeiras construções a surgir na vila terão sido os solares ou casas senhoriais que tentavam transportar dos meios rurais o conforto urbano e a opulência que simbolizavam o poder económico e social. De dimensões pródigas mas apresentando volumetrias básicas, estes edifícios, quando integrados em meios urbanos, assumem-se como elementos polarizadores e estruturadores do núcleo de praça antiga da vila, em redor dos quais esta se terá desenvolvido e crescido. A relação do rio Sorraia com o edificado da frente ribeirinha, pelo menos até meados do século XX, também não terá sido pacífica. Dum modo geral, todos os edifícios construídos até àquela data dispunham a sua frente para a rua interior, denotando alguma apatia pelo rio ao qual reservavam os logradouros. Nessa medida, será lícito supor que, a relação do rio com a vila talvez nunca tenha correspondido ao que algumas fontes escritas nos têm feito chegar. O receio das cheias e a eventual insalubridade provocada pelas épocas estivais poderá estar na origem dessa manifesta falta de empatia. Os recursos do rio foram aproveitados, sobremaneira, no que ao transporte fluvial diz respeito, permitindo as trocas comerciais, na faina da pesca, na

lavagem da roupa e na criação de gado para abate e consumo, garantindo a subsistência das classes mais desfavorecidas.

Coruche, na sua condição de vila periférica, não ficou imune a influências dos grandes centros, no que respeita ao replicar de maneiras ali em voga, designadamente no que concerne às que denotam uma certa elite bem-sucedida. Não obstante se situar geograficamente entre as Beiras, a Estremadura e o Alentejo, Coruche parece ter adotado, em maior escala, elementos de inspiração mediterrânica, consequência da sua pacata vizinhança com o Alentejo. Nessa medida, não se reconhece em Coruche qualquer modelo arquitetónico característico mas sim a fusão entre modelos de matriz alentejana e estremenha, que se foi desenvolvendo à medida que os maiores acessos económicos e demográficos foram surgindo. O facto de a vila não ter tido o mesmo índice de crescimento que se foi verificando no resto do país e de ter sido apropriada por gentes de várias proveniências, poderá explicar os motivos que conferem às casas de Coruche tal tendência. Porém, foi neste contexto que a vila se foi deixando paulatinamente apropriar, que cresceu e se desenvolveu, apresentando-se-nos hoje impregnada de história e de poética características de uma vila ribeirinha Ribatejana de génese Medieval.

A deslocalização de serviços públicos do centro da vila para as periferias, tem levado a que a sua desertificação se dê a um ritmo cada vez mais acelerado. Não obstante alguns esforços levados a cabo pela autarquia para reverter tal tendência, estes têm-se revelado insuficientes. Há que empreender maior esforço quer por parte das instituições públicas quer ao nível dos privados, para que o Centro Histórico ganhe a vitalidade que outrora teve. Revela-se da maior urgência a concretização de um estudo aprofundado, de âmbito global, visando a sua reabilitação. Têm-se verificado algumas intervenções, ao nível da reabilitação do espaço público, cuja incidência se tem limitado à zona ribeirinha, não obstante outras, a este nível, estarem previstas. Porém, não se conhece qualquer estudo que tenha em conta a reorganização e adaptação a novas funções do edificado do Centro Histórico, de modo a que este possa voltar a promover os laços de convivialidade humana essenciais para a sua reapropriação.

A acupuntura urbana só produz efeitos benéficos se for implementada numa parte de um projeto que vise um todo e não apenas e especificamente essa parte. Assim nos provou Jaime Lerner quando introduziu esse sistema na Cidade de Curitiba, nos três mandatos enquanto prefeito, que levou a cabo naquela cidade do Brasil.

A deslocalização atrás exposta não foi acompanhada da melhoria das acessibilidades entre a zona alta e a zona baixa da vila. Também aqui se verifica a ausência de qualquer estudo que, a curto médio prazo, possa mitigar tal situação.

Outro aspeto para o qual se sugere maior atenção prende-se com a delimitação do Centro Histórico da vila de Coruche, uma vez que estando a origem da vila umbilicalmente ligada à colina do castelo, não se encontra esta área abrangida por tal demarcação.

O retorno do Centro Histórico a elemento ativo da vila, com capacidade de criar uma simbólica urbana adaptada à sociedade do século XXI, tem que se perfilar como meta a atingir a curto prazo, sob pena de jamais se poder reerguer. Porém, tal terá que se verificar respeitando os sinais do passado, com uma leitura atenta do presente e a certeza de que o futuro jamais velará as marcas indelévels da sua origem, logo, da sua identidade.



Fig. 73 - Adro da ermida de N. S. do Castelo.
(Autor, 2016)



Fig. 74 - Local de onde foi retirado um esqueleto humano.
(Autor, 2016)

É nesta trilogia temporal, passado, presente e futuro, que se terão que concentrar todas as atenções e empreender todos os esforços para que, em conjunto e somando todas as vontades, quer dos particulares quer das instituições públicas, se tentem perceber de onde se veio, onde se está e para onde se quer ir.

As escavações arqueológicas que decorreram em julho de 2016, junto à ermida de Nossa Senhora do Castelo, em resultado das obras que se encontravam em curso tendo por fim a requalificação do seu adro, já deram os seus frutos. (Fig. 73 e 74) Pedacos de cerâmica, moedas, ossos de animais e um esqueleto humano completo, já foram trazidos à luz do dia. Numa primeira análise pensa-se que a topografia do local das escavações veio sendo alterado, talvez em função das várias datas de ocupação por que terá passado, mas só com um estudo aprofundado levado a cabo pelas entidades competentes, se poderão retirar conclusões mais precisas.

“A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.”

Walter Benjamim

(Filósofo alemão, 1892-1940)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**Livros**

- AAVV. (2007). *A Praça em Portugal. Inventário do Espaço Público*. Vol. I. Coord. Lamas, J. & Coelho, C. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (pp. 314-321).
- Aguiar, J. (2005). *Cor e Cidade Histórica*. Porto: Publicações FAUP.
- Alarcão, J. (1974). *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Andrade, A. (2003). *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Appleton, J., Aguiar, J. & Cabrita, A. R. (1992). *Manual de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: CML e LNEC.
- Arantes, O. (1995). *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp
- Archival (ed.) (2005). *Jornadas Internacionais Sobre Rehabilitacion de Centros Históricos*. Valência: Ed. ARCHIVAL.
- Ascher, F. (2012). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Benevolo, L. (2003). *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Bento, H. (2002). *O Rio Sorraia e Coruche*. Coruche: Câmara Municipal
- Bento, H. (2003). *Um Olhar sobre Coruche*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal.
- Bettencourt, L. (2010). *Malha Urbana nº 10. A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus Espaços Públicos Estruturantes*.
- Bilou, F. (2000a) - *Testemunhos arqueológicos da rede viária romana na região de Évora*. Sep. do Boletim a Cidade de Évora, 2ª Série, 4. Évora: Câmara Municipal.
- Brandão, P. (2011). *O Sentido da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Brito, R., Fabião, C., Macias, S., Mattoso, J. & Torres, C. (s/d). *História de Portugal: Antes de Portugal*. Vol 1. Coord. Matosso, J. Lisboa: Editora Estampa.
- Carita, H. (1990). *Bairro Alto - Tipologias e Modos Arquitetónicos*. Lisboa: Ed. C.M.L.
- Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Choay, F. (2015). *As Questões do Património: Antologia Para um Combate*. Lisboa: Edições 70. (edição original de 2012).
- Correia, A. (1967). *O Tejo*. Lisboa: Verbo Editora
- Correia, A. M. (2015). *A saúde pública no concelho de Coruche 1820-1910*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal.
- Cullen, G. (2010). *A Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70. (edição original 1971).
- Fadigas, L. (2010). *Urbanismo e Natureza. Os desafios*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Faria, C. (2009). *As Cidades na Cidade. Movimentos sociais urbanos em Setúbal 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Fleury, E. (1916). *Sur la morphologie du massif de Porto-de-Móz: sur l'hydrologie souterraine de l'Alviele*. Lisboa: Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, t. XI.
- Gaspar, J. (1969). *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Goitia, F. (2010). *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Janeiro, C. (2006). *O que nos dizem as casas. Conceitos e preconceitos na arquitetura doméstica de Coruche*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal.
- Krafta, R. (2014). *Morfologia Urbana – Notas de aulas*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Lamas, J. (2008) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (edição original 1990).
- Lynch, K. (2009). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70. (edição original de 1960).
- Maciel, M. (2006). *Vitrúvio – Tratado de Arquitetura*. Lisboa: IST Press.
- Magalhães, M. (2001). *A Arquitetura Paisagista*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mattoso, J. (1993). *O essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa (séculos XI a XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Mumford, L. (1982) *A cidade na História, suas Origens, Transformações e Perspetiva*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pereira, J. (1995). *Coruche velhinha...ninguém sabe a tua idade*. Coruche: Câmara Municipal de Coruche.
- Pereira, M. & Ribeiro, A. (2004) - *Memória de uma Fábrica de Esmalte*, Coruche: Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho de Coruche.
- Pinto, J. (1987). *Coruche e suas gentes*. Coruche: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coruche.
- Queiroz, F. & Portela, A. (2009). *Conservação Urbana e Territorial Integrada. Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, M. (2009). *Estudo Histórico de Coruche*. Coruche: Museu Municipal. (edição original 1959).
- Rodrigues, M., Sousa, P. & Bonifácio, H. (2002). *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura*. Coimbra: Quimera Editores.
- Rordão, F. & Serafim, J. (2012). *O Foral de Coruche de 1182*. Coruche: Museu Municipal/Câmara Municipal.

- Rossi, A. (2001). *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos. (edição original 1966).
- Salgueiro, T. (1992). *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, G. (2014). *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sitte, C. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ártica.
- Távora, F. (2006). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP. (edição original 1964).
- Teixeira, M.C., Valla, M. (1999). *O Urbanismo em Portugal. Séculos XIII – XVIII Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ZEVI, B. (1984). *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

Artigos

- Andrade, A. (1987). *Um percurso através da paisagem urbana medieval. Povos e Culturas*, nº 2. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (pp. 57-77).
- Calais, C. (2003). *A aventura do trabalho: do talhe da pedra à descoberta dos metais*, in: *O homem e o trabalho: a magia da mão*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, (pp. 33-43).
- Correia, A. M. (2012). *A evolução da malha urbana de uma vila ribeirinha: contributos para o conhecimento do caso de Coruche*. *Revista Portuguesa de História*, vol. 43. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (pp. 191-218).
- Correia, A. M. (2014). *Coruche: do século V ao século XIII*, in: *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, (pp. 96-103).
- Malta, A. (2014). *As encostas do poente: uma paisagem do sagrado em Coruche*, in: *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens*. Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, (pp. 15-19).

Webgrafia

- Adam, R. (2008). *Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen*. Disponível em: <http://www.up.edu.br/davinci/5/pdf21.pdf>. Acedido em 09 de abril 2016.
- Aguiar, J. (s/d). Comunicação oral. *Cidade Antiga, Problemas Novos. Conferência “Centros Históricos e Vida Contemporânea”*. Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/Jose_Aguiar_intervencao_oral.pdf. Acedido em 12 Fevereiro 2015.
- Almeida, C. *at al.* (2000). *Sistema de aquíferos de Portugal continental*. Disponível em: <http://snirh.apambiente.pt>. Acedido em 12 de maio 2015.
- Amado, Ana Elisabete Martinho (2012). *A Rua Direita nas cidades portuguesas: Leitura Tipo-Morfológica do elemento urbano*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FAUTL. Disponível

em: [www:http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/membros-2/urbanismo/investigadores-colab?id=914](http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/membros-2/urbanismo/investigadores-colab?id=914). Acedido em 17 de dezembro 2015.

Aspetos históricos da conservação e restauro, (2002). Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABejYAI/aspectos-historicos-conservacao-restauro>.

Acedido em 5 de abril de 2016.

Blogue: Bem comum. (s/d). *Carta de Leipzig*. [2007]. Disponível em:

<http://bemcomum.wordpress.com/2007/09/20/carta-de-leipzig-sobre-cidades-europeias-sustentaveis/>. Acedido em 7 de janeiro 2014.

DGCP. *Carta de Cracóvia - Sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. [2000]. Disponível em DGCP: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-cracovia-2000-sobre-os-principios-para-a-conservacao-e-o-restauro-do-patrimonio-construido---2000>. Acedido em 12 de abril 2015.

ICOMOS. *Carta de Veneza – Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios*. [1964]. Disponível em IGESPAR: www.icomos.org.br/cartas/Carta_Veneza_1964.pdf. Acedido em 12 de abril 2015.

ICOMOS. *Carta de Washington – Sobre a Conservação das Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas*. [1987]. Disponível em Wordpress:

[hptt://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-washington.pdf](http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-washington.pdf). Acedido em 12 de abril 2015.

Infopedia. (s/d). *Bacia cenozoica do sado e do tejo*. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$bacia-cenozoica-do-tejo-e-do-sado](http://www.infopedia.pt/$bacia-cenozoica-do-tejo-e-do-sado). Acedido em 21 de setembro 2015.

Património Cultural. *Carta de Toledo. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. [1987]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDASCIDADESHISTORICAS.pdf>. Acedido em 12 de abril 2015.

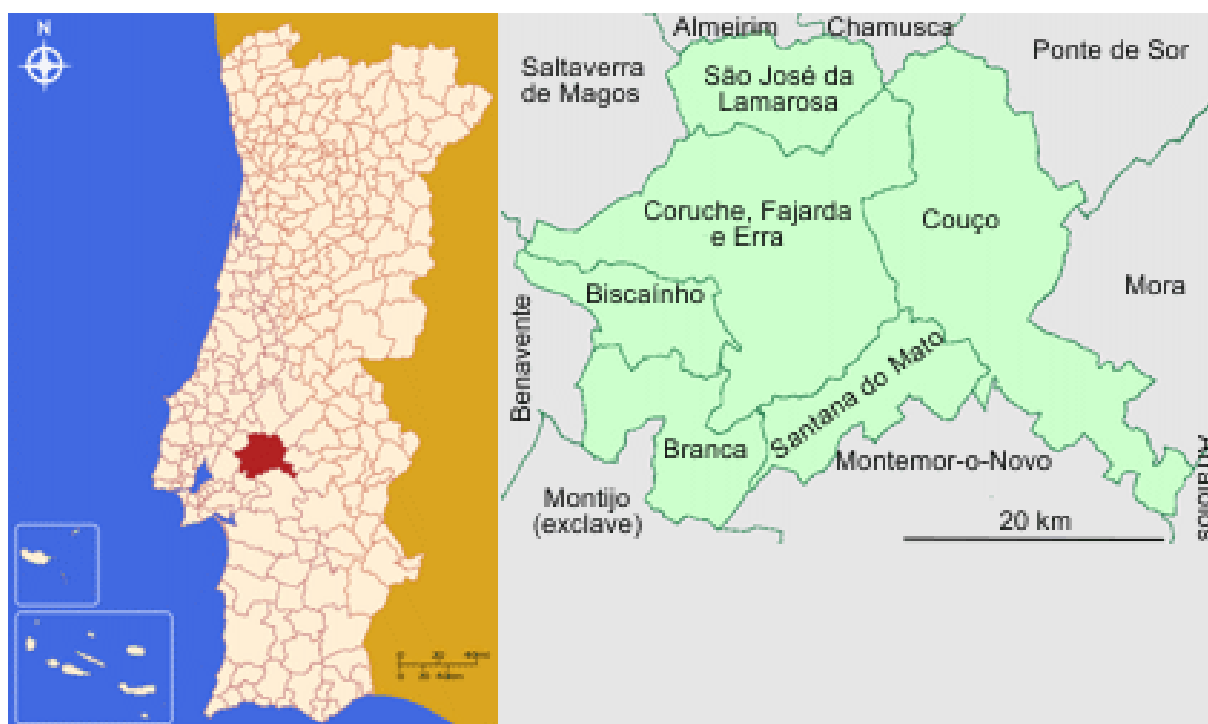
Sampayo, M. (2001). *O modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas, séc. VIII-XIII*. Disponível em: http://www.academia.edu/4042808/O_modelo_urban%C3%ADstico_de_tradi%C3%A7%C3%A3o_mu%C3%A7ulmana_nas_cidades_portuguesas_s%C3%A9c._VIII_XIII_MSc_in_Urban_Design_on_the_topic_of_An_Urban_Model_of_Muslim_Tradition_in_Portuguese_Cities_. Acedido em 5 de junho 2016.

Itinerários das Vias Romanas. (s/d). Disponível em: <http://viasromanas.planetaclix.pt/>. Acedido em 8 de junho 2016.

Serviço Internacional de Museus. (2012). *Carta de Atenas – Conclusões da conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Museus*. (1931). Disponível em: [hptt://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf](http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf). Acedido em 5 de setembro 2015.

ANEXOS

1 - Mapas de Portugal e do concelho de Coruche



Contextualização geográfica e administrativa do concelho de Coruche.

Disponível em: <http://www.visitarportugal.pt/distritos-d-santarem-c-oruche>. Acedido em 28 de agosto 2016.

2 - Cartografia da vila de Coruche



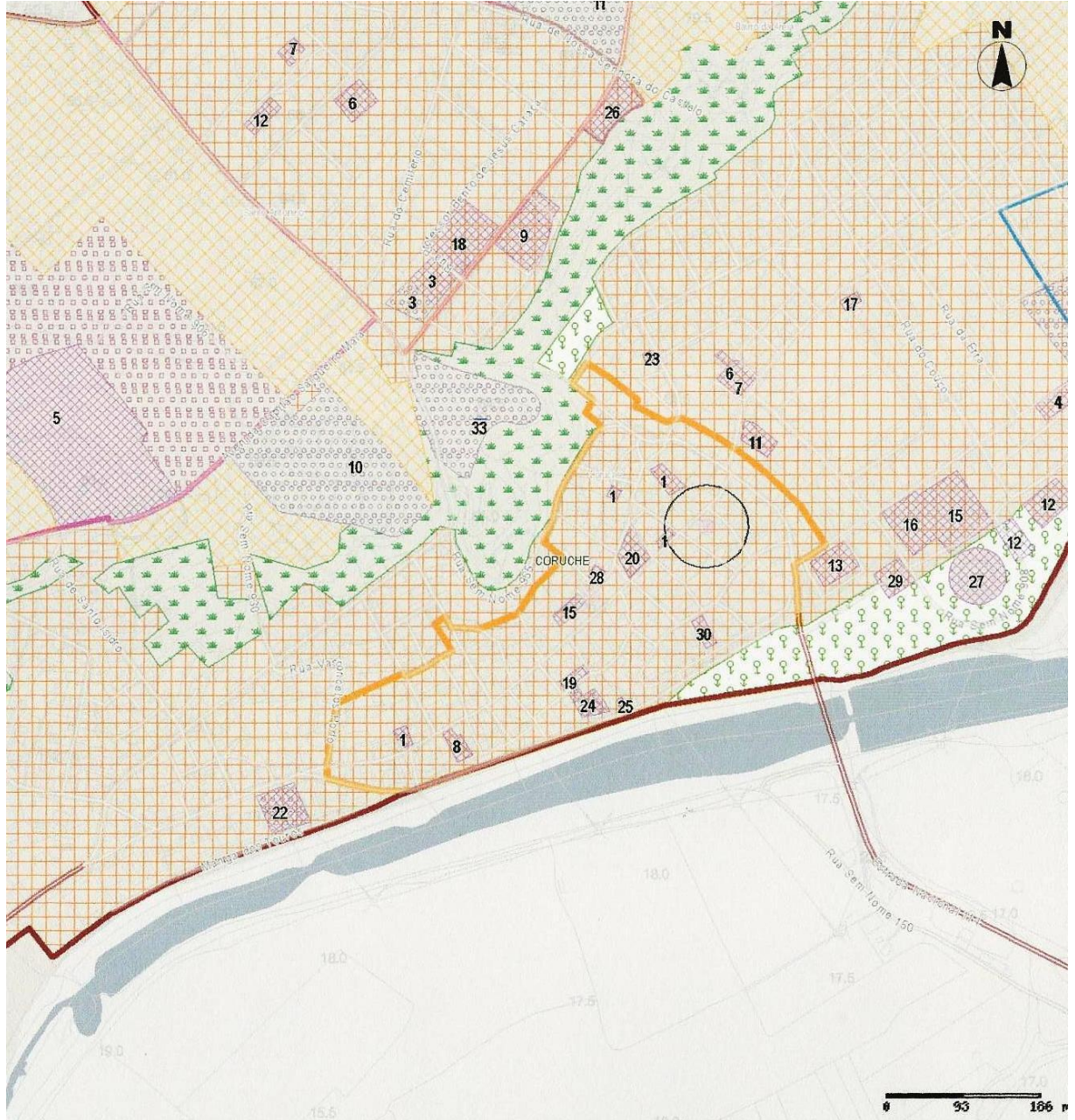
Extrato da cartografia 1:10.000 (CIMLT/CMC - 2006)
Fonte: CMC - Mapas Online

3 - Ortofotomapa da vila de Coruche



Extrato dos ortofotomapas (CIMLT/CMC - 2006)
Fonte: CMC - Mapas Online

4 - Plano Diretor Municipal de Coruche



Extrato do PDM. (2000)
Fonte: CMC - Mapas Online

5 - Legenda do extrato do Plano Diretor Municipal de Coruche

Legenda:

■ PDM - Aglomerados Urbanos:			
	Coruche Vila - Cartografia de base		Coruche Vila - Reserva agrícola nacional
	Coruche Vila - Espaço urbano		Coruche Vila - Espaço urbanizável (expansão)
	Coruche Vila - Espaço industrial		Coruche Vila - Zona verde de recreio e lazer
	Coruche Vila - Zona verde de protecção e enquadramento		Coruche Vila - Reserva para equip. desportivo, de recreio e lazer
	Coruche Vila - Equipamentos colectivos propostos		Coruche Vila - Equipamentos colectivos existentes
	Coruche Vila - Perímetro do AHVS		Coruche Vila - Plano de Pormenor de Santo Antonino Norte
	Coruche Vila - Área a submeter a P.M.O.T.		Coruche Vila - Centro histórico
	Coruche Vila - Perímetro urbano		Coruche Vila - Zona de protecção de 50 metros
	Coruche Vila - Imóvel em vias de classificação		Coruche Vila - Valor concelhio
	Coruche Vila - 1 - Igreja		Coruche Vila - 2 - Cemitério
	Coruche Vila - 3 - Escola EB1		Coruche Vila - 4 - Escola do ciclo preparatório
	Coruche Vila - 5 - Escola secundária		Coruche Vila - 6 - Creche
	Coruche Vila - 7 - Jardim de infância		Coruche Vila - 8 - Centro de dia
	Coruche Vila - 9 - Centro de saúde		Coruche Vila - 10 - Escola C+S
	Coruche Vila - 11 - Bombeiros Municipais		Coruche Vila - 12 - Desporto
	Coruche Vila - 13 - Mercado		Coruche Vila - 14 - Campo da feira
	Coruche Vila - 15 - Câmara municipal		Coruche Vila - 16 - Pavilhão Multiusos Proposto
	Coruche Vila - 17 - GNR		Coruche Vila - 18 - Tribunal
	Coruche Vila - 19 - CTT		Coruche Vila - 20 - Centro de formação profissional
	Coruche Vila - 21 - Sociedade Recreativa		Coruche Vila - 22 - Sociedade de instrução coruchense
	Coruche Vila - 23 - Junta de Freguesia		Coruche Vila - 24 - Museu
	Coruche Vila - 25 - Turismo		Coruche Vila - 26 - Hotelaria
	Coruche Vila - 27 - Praça de touros		Coruche Vila - 28 - Biblioteca
	Coruche Vila - 29 - Pavilhão de exposições		Coruche Vila - 30 - ATL
	Coruche Vila - 31 - CP		Coruche Vila - 32 - Parque de Infantil
	Coruche Vila - 33 - Comércio e Turismo		

Legenda do extrato do PDM. (2000)
 Fonte: CMC - Mapas Online

6 - Quadro I

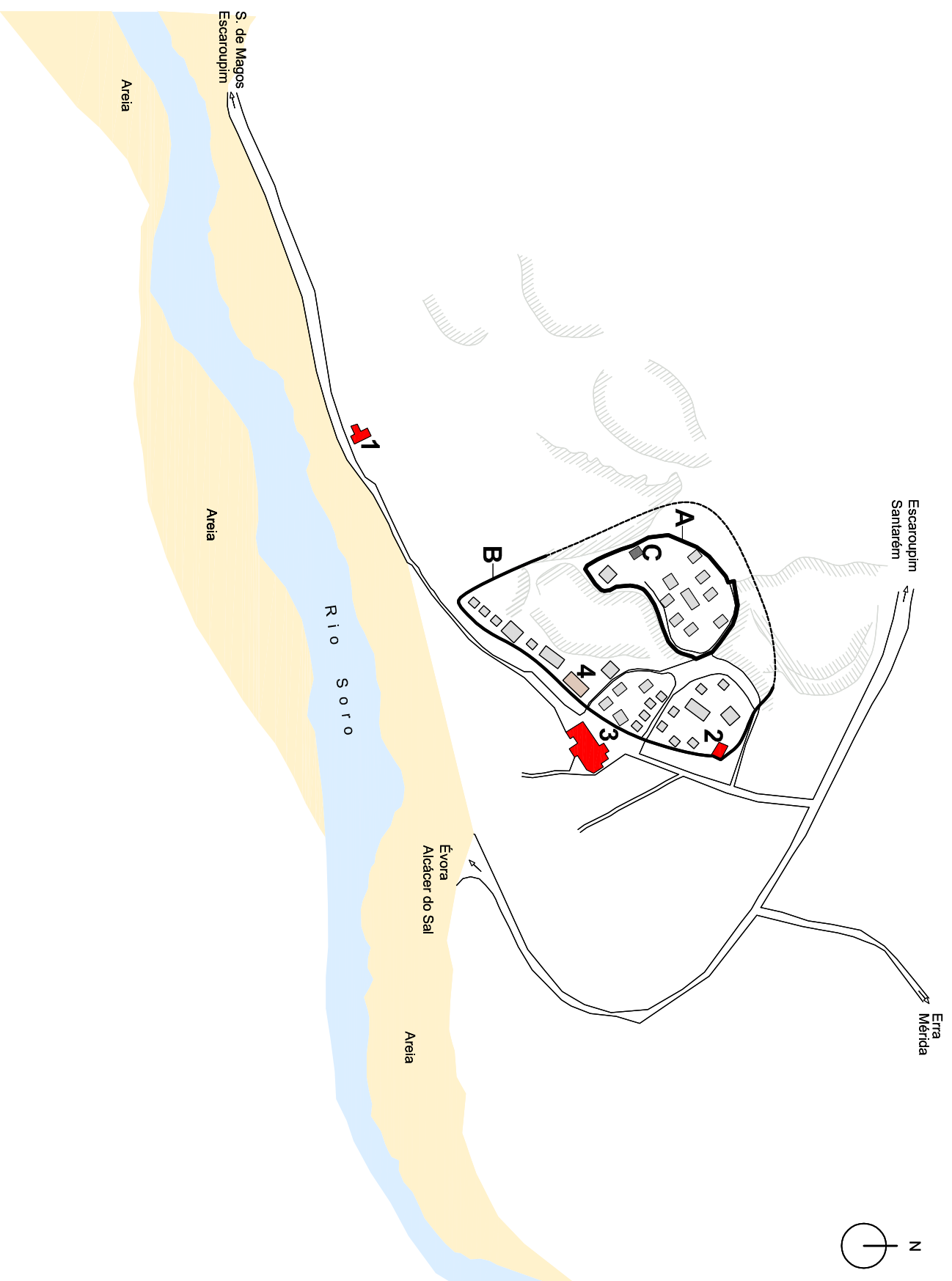
Inventário do número de fogos existentes na vila de Coruche no ano de 1909.

Designação em 1909	Designação atual	Nº de fogos
Bairro Alegre	Bairros de Baixo	22
Bairro Longo	Bairros de Baixo	27
Bairro dos Palheiros	Bairros de Baixo	13
Barrocas	Barrocas	9
Canto do Açougue	Largo do Pelourinho	3
Largo da Igreja		1
Largo da Feira	Rocio	7
Largo de Santo António	Largo de Santo António	1
Largo de São Pedro	Largo de São Pedro	3
Rua de São Pedro	Rua de São Pedro	8
Largo de Valadares	Largo de Valadares	1
Praça do Comércio	Praça da Liberdade	19
Rua das Atafonas	Travessa das Atafonas	4
Rua do Bom Nome	Rua da Música	10
Rua das Hortas	Rua 5 de Outubro	6
Rua Direita	Rua Direita	19
Rua da Estalagem	Rua Padre Evaristo R. Guerreiro	1
Rua Formosa		17
Rua dos Guerreiros	Rua dos Guerreiros	25
Rua do Lagar	Rua do Lagar	6
Rua da Misericórdia	Rua da Misericórdia	5
Rua de Palhais	Rua de Santarém	17
Rua de Santarém	Rua de Santarém	10
Rua de Santo António	Rua de Santo António	24
Rua de São Francisco	Rua de São Francisco	10
Rua de Valadares	Travessa de Valadares	6
Terreiro do Brito	Largo Terreiro do Brito	10
Travessa das Barreiras do Castelo	Travessa das Barreiras	1
Travessa do Borrvalho	Travessa do Borrvalho	4
Travessa dos Guerreiros	Travessa dos Guerreiros	2
Travessa da Machada		2
Travessa do Monteiro	Travessa do Monteiro	1
Travessa da Ponte		1
Travessa de São Pedro	Travessa de São Pedro	2
Travessa do Porto		2
Santo Antonino	Santo Antonino	30
Total		329

Quadro I (Autor, 2016)

Fonte: Arquivo Distrital de Santarém

APÊNDICES



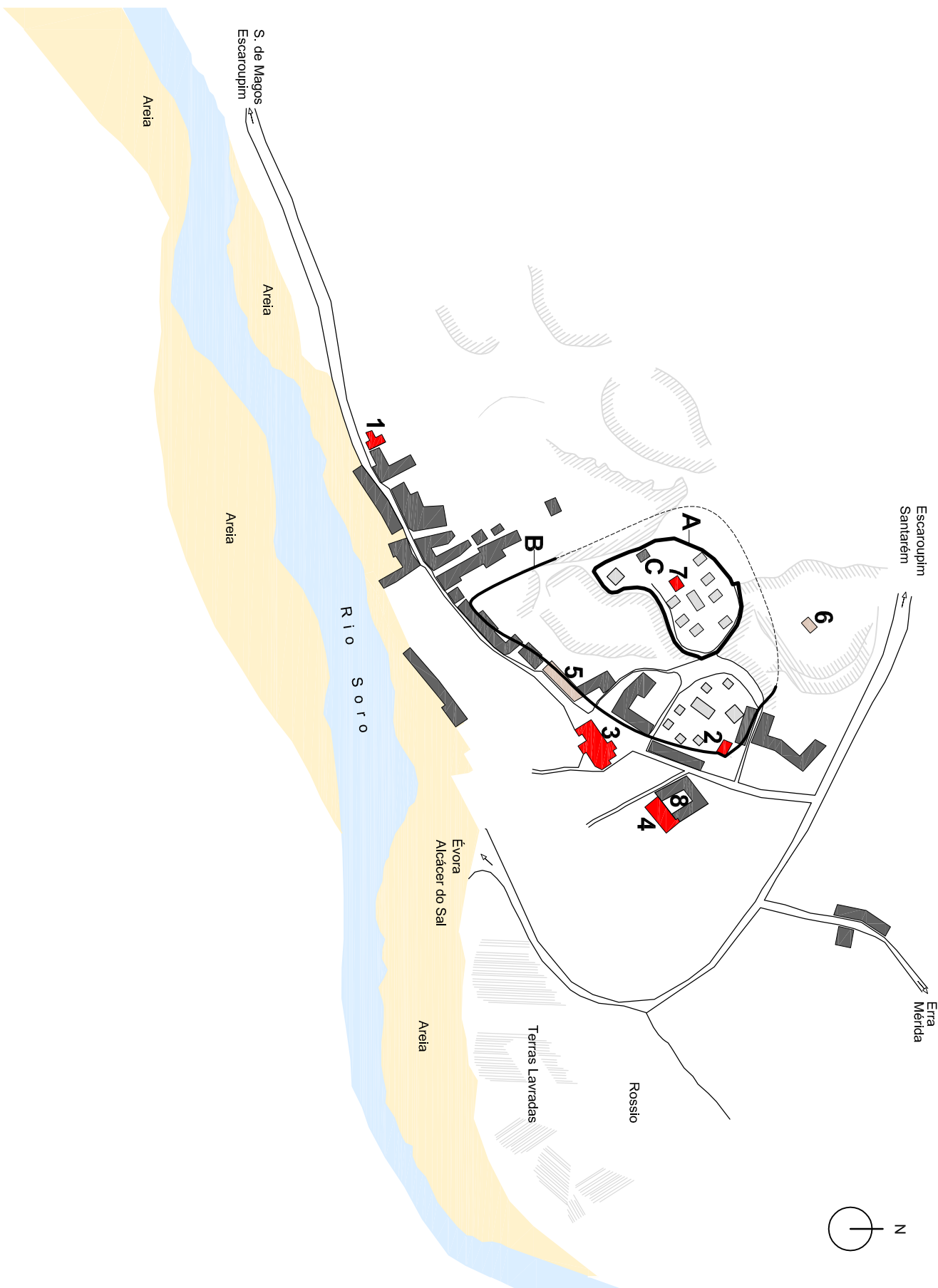
Legenda:

■ Edifícios existentes no séc. XIII

- 1 - Igreja de Stº António - sec. XIII
- 2 - Igreja de S. Pedro - sec. XIII
- 3 - Igreja Matriz - sec. XIII
- 4 - Provável casa do concelho dos homens bons - sec. XIII
- A - Castelo - 1ª cerca
- B - 2ª cerca da Vila
- C - Provável Torre de Menagem - sec. XIII

APÊNDICE I
Representação da vila de Coruche
no século XIII. (Autor, 2016).

Escala 1:5000



Legenda:

■ Edifícios existentes no séc. XIII

■ Edifícios do séc. XIV ao séc. XVI

1 - Igreja de Stº António - séc. XIII

2 - Igreja de S. Pedro - séc. XIII

3 - Igreja Matriz - séc. XIII

4 - Igreja da Misericórdia - séc. XVI

5 - Paços do Concelho - séc. XV

6 - Galeria - séc. XV

7 - Ermida de Nª. Srª. do Castelo - séc. XVI

8 - Casas do Hospital - séc. XVI

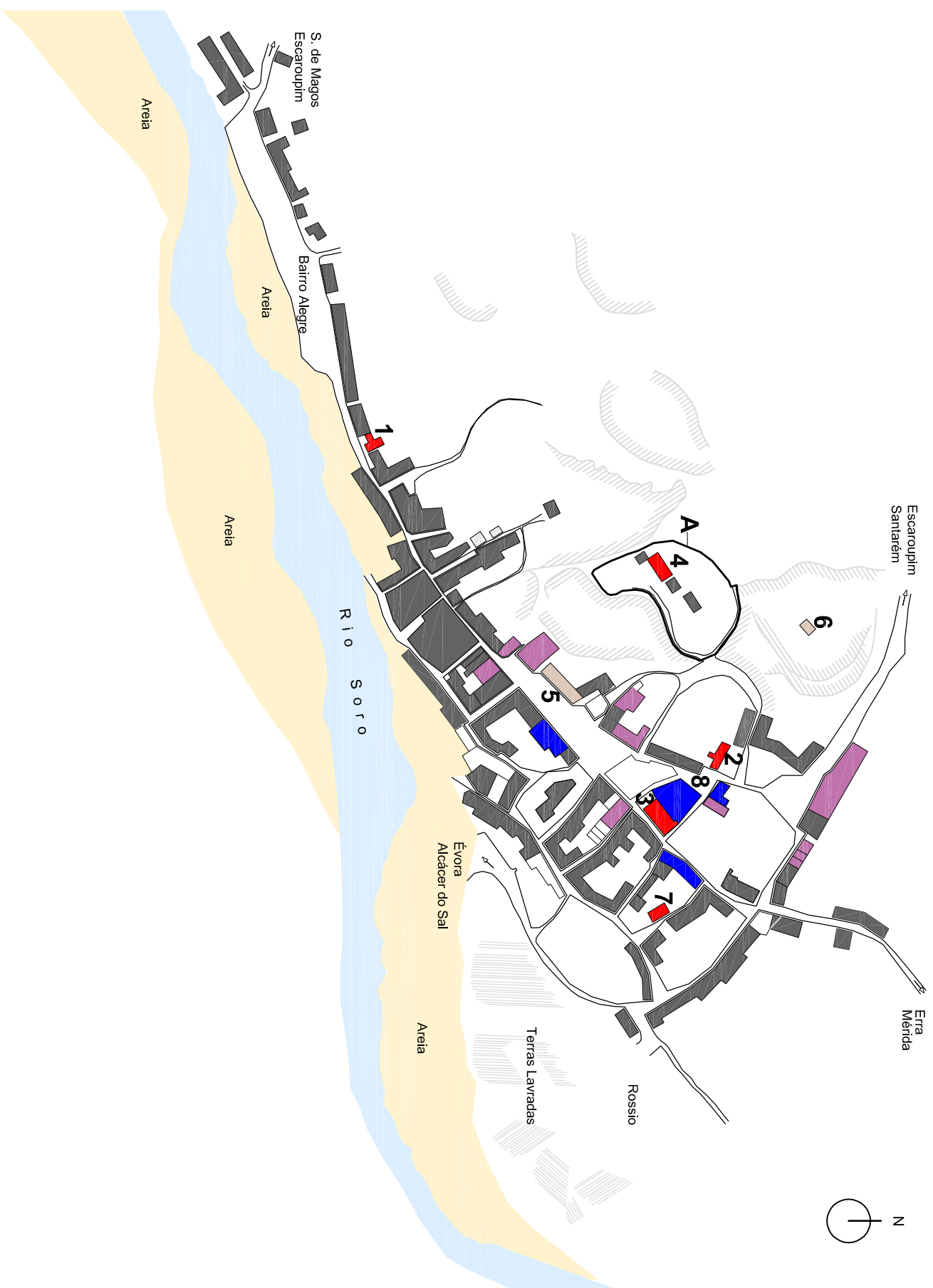
A - Castelo - 1ª cerca

B - 2ª cerca da Vila

C - Provável Torre de Menagem - séc. XIII

APÊNDICE II

Representação da vila de Coruche no século XVI. (Autor, 2016).



Legenda:

■ Edifícios até finais do séc. XVI

■ Edifícios última década do séc. XVII

■ Edifícios fim do séc. XVIII

A - Castelo - 1ª cerca

1 - Igreja de Stº António - séc. XIII

2 - Igreja de S. Pedro - séc. XIII

3 - Igreja da Misericórdia - séc. XVI

4 - Ermida de Nª. Sª. do Castelo - séc. XVIII

5 - Paços do Concelho - séc. XV

6 - Gaífarra - séc. XV

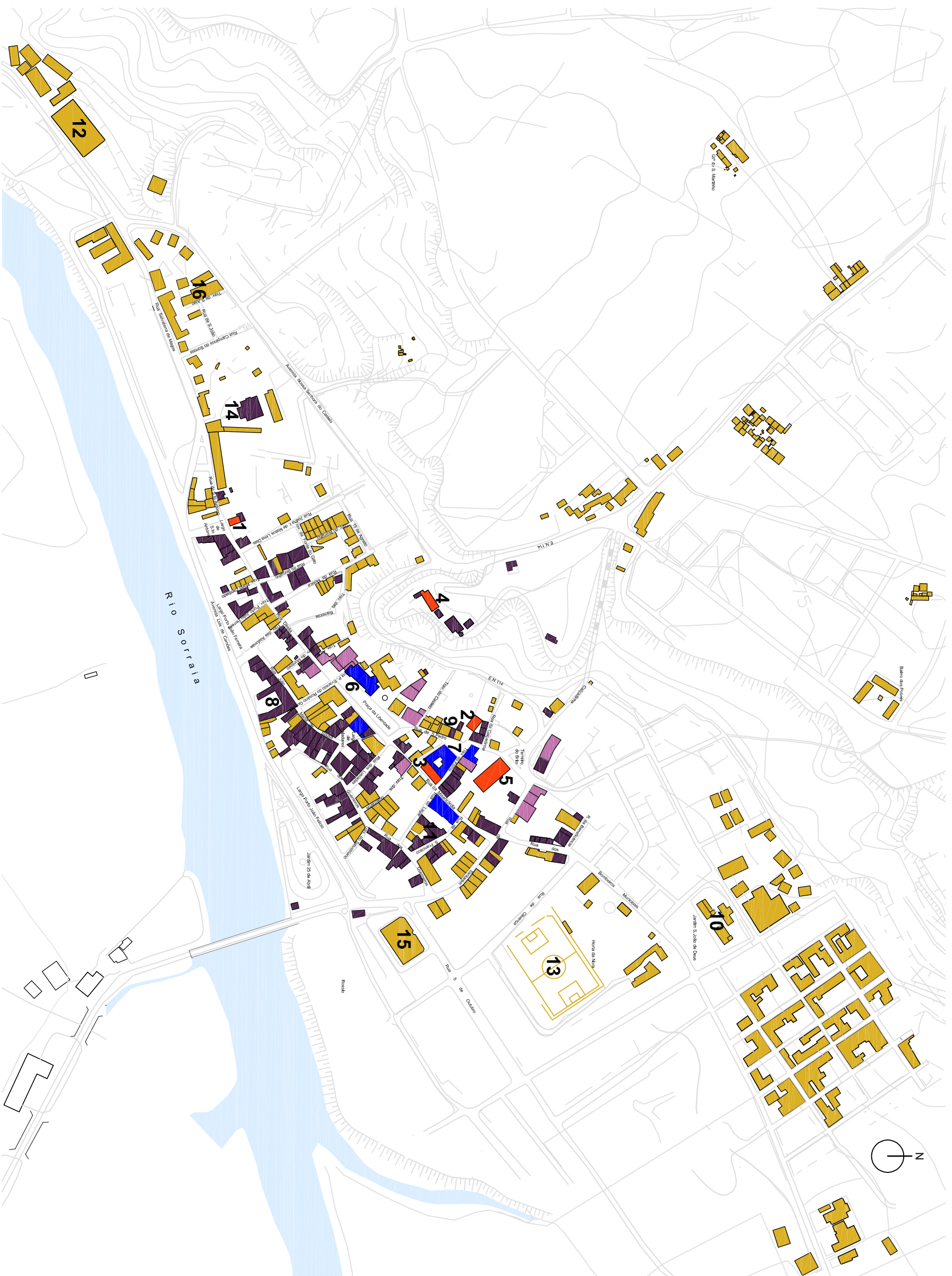
7 - Convento de S. Francisco - séc. XVIII

8 - Hospital - séc. XVI

APÊNDICE III

**A vila de Coruche
no século XVIII. (Autor, 2016).**

Escala 1:5000

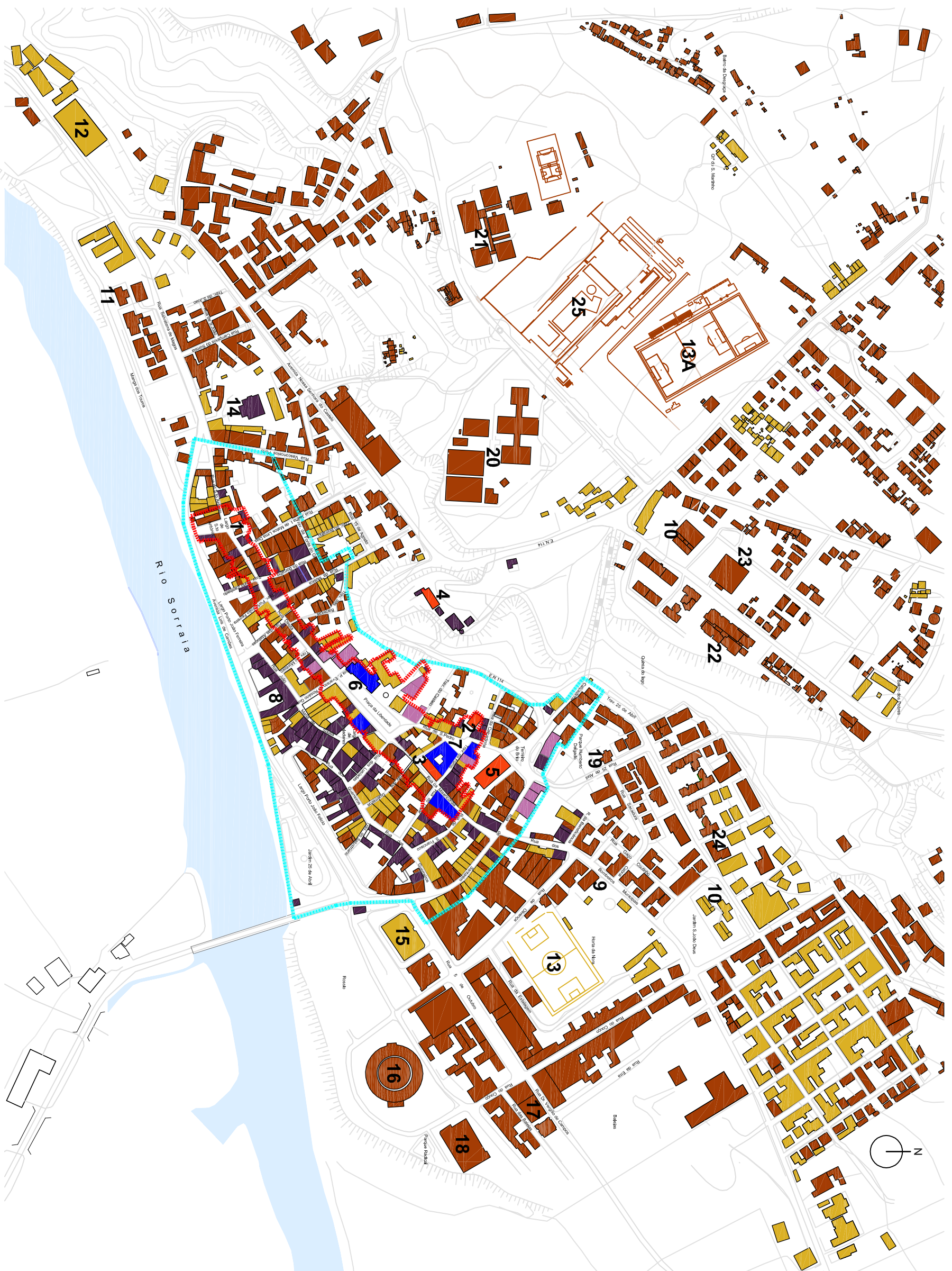


Legenda:

- Igrejas
- Edifícios última década do séc. XVIII
- Edifícios última década do séc. XVIII
- Edifícios última década do séc. XIX
- Edifícios 1ª metade do séc. XX
- 1 - Igreja de Stº António - séc. XIII
- 2 - Igreja de S. Pedro - séc. XIII
- 3 - Igreja da Misericórdia - séc. XVI
- 4 - Ermida Nª Sª do Castelo - séc. XVIII
- 5 - Igreja Matriz
- 6 - Paços do concelho - séc. XV
- 7 - Hospital - séc. XVIII
- 8 - Museu
- 9 - Casa do Povo
- 10 - Escola primária
- 11 - Casa dos magistrados
- 12 - Fábrica de esmaltagem
- 13 - Campo de jogos Horta da Nora
- 14 - Extrenato de Stº António
- 15 - Mercado Municipal
- 16 - Matadouro Municipal

APÊNDICE IV

A vila de Coruche em meados do século XX. (Autor, 2016).



Legenda:

■ Igrejas

■ Edifícios última década do séc. XVII

■ Edifícios última década do séc. XVIII

■ Edifícios última década do séc. XIX

■ Edifícios 1ª metade do séc. XX

■ Edifícios 2ª metade do séc. XX

 Limite da Zona de Proteção Centro Histórico

 Limite do Centro Histórico

1 - Igreja de Stº António - séc. XIII

2 - Igreja de S. Pedro - séc. XIII

3 - Igreja da Misericórdia - séc. XVI

4 - Ermida Nª Sª do Castelo - séc. XVIII

5 - Igreja Matriz - séc. XX

6 - Paços do concelho - séc. XV

7 - Hospital - séc. XVIII

8 - Museu Municipal

9 - Segurança Social

10 - Escola primária

11 - Universidade Aberta - CLA

12 - Fábrica de esmaltagem (desativada)

13 - Campo de jogos Horta da nora (desativado)

13A - Estádio Municipal Prof. José Peseiro

14 - Antiga Escola Industrial e Comercial

15 - Mercado municipal

16 - Praça de touros

17 - Escola profissional

18 - Pavilhão gimnodesportivo

19 - Junta de freguesia

20 - Escola Eb2,3 - Dr. Armando Lizardo

21 - Escola secundária

22 - Centro de saúde

23 - Tribunal e Conservatória

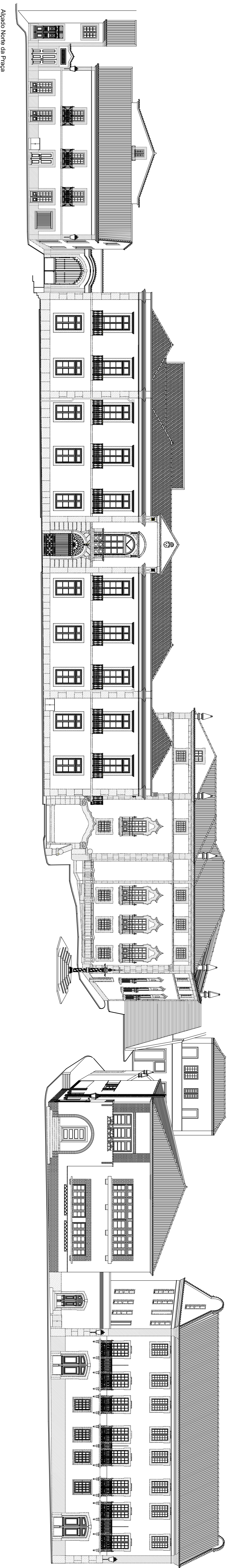
24 - Serviço de finanças

25 - Piscinas municipais

APÊNDICE V

A vila de Coruche em finais do século XX. (Autor, 2016).

Escala 1:5000

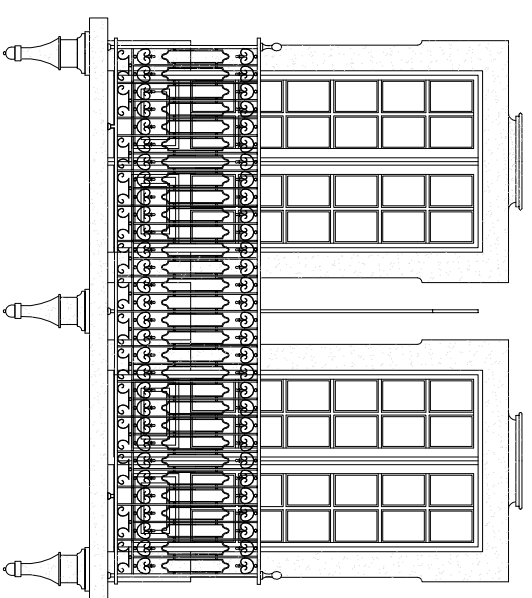
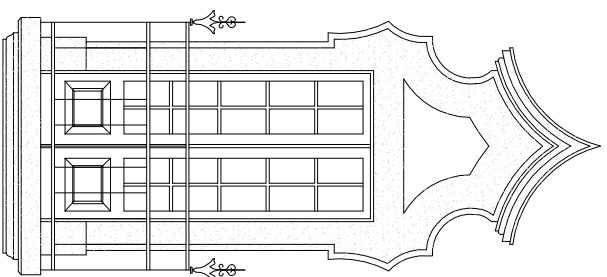
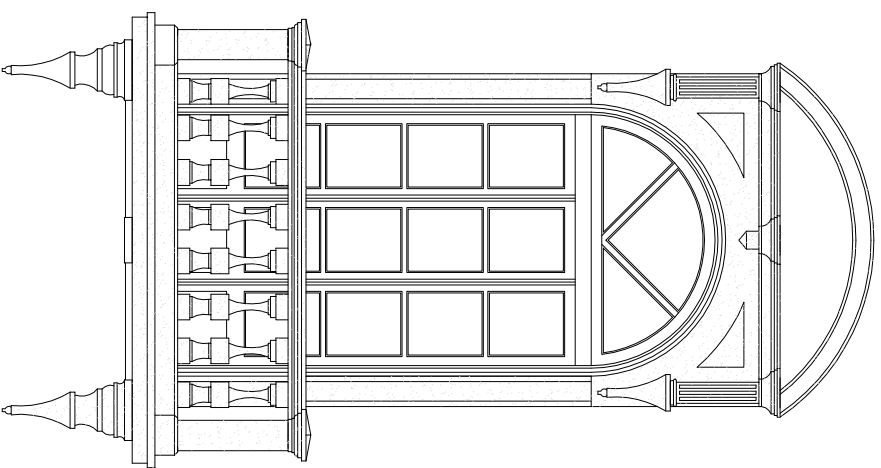
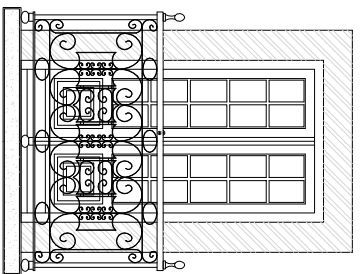


Alçado Norte da Praça

APÊNDICE VI

Alçado Norte da Praça. (Autor, 2016).

Escala 1:200



Pormenores de Vãos e Gradeamentos

APÊNDICE VII

Pormenores de Vãos e Gradeamentos. (Autor, 2016).

Escala 1:50